



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo



Dissertação

**CIDADES PEQUENAS:
território de um devir menor na contemporaneidade**

Luana Pavan Detoni

Pelotas, 2018.

Luana Pavan Detoni

**CIDADES PEQUENAS:
território de um devir menor na contemporaneidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de pesquisa: Urbanismo Contemporâneo

Orientador: Eduardo Rocha

Pelotas, 2018.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D482c Detoni, Luana Pavan

Cidades pequenas: território de um devir menor na contemporaneidade / Luana Pavan Detoni; Eduardo Rocha, orientador. — Pelotas, 2018.

324 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Cidades pequenas. 2. Urbanismo contemporâneo. 3. Cartografia. 4. Território devir menor. 5. Arquitetos e urbanistas. I. Rocha, Eduardo, orient. II. Título.

CDD: 720

Luana Pavan Detoni

CIDADES PEQUENAS:

território de um devir menor na contemporaneidade

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 03 de julho de 2018

Banca Examinadora

.....

Prof. Dr. Eduardo Rocha (orientador)

Doutor em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....

Prof. Dr. Sylvio Arnoldo Dick Jantzen

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....

Prof^a. Dr^a. Cristine Jaques Ribeiro

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....

Prof^a. Dr^a. Angela Maria Endlich

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

*Dedico esta dissertação à cidade que ainda ousou chamar de minha, às vidas e
aos encontros que compõem Itatiba do Sul.*

Agradecimentos

Ao professor Edu Rocha, por encarar o desafio da orientação com tanta sensibilidade e afeto, pela paciência e pela atenção, por estar constantemente me motivando na vida acadêmica.

Aos professores Cristine Jaques Ribeiro e Sylvio Arnaldo Dick Jantzen, por terem composto a banca de qualificação, cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, e por terem aceito compor também a banca de defesa da dissertação, ao lado da professora Angela Maria Endlich, a quem agradeço pelo apoio com o tema desde o envio da sua tese de doutorado, logo no início do processo desta pesquisa.

Ao professor Sylvio Arnaldo Dick Jantzen, agradeço ainda pelo compartilhamento dos seus tutoriais.

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, por ser minha morada desde a graduação. A tod@s da FAUrb – colegas, professores, funcionários, alunos – pelo convívio e aprendizado diário. Principalmente à galera do LabUrb e ao grupo de (des)orientação do Edu – Antonella dos Santos Pons, Bárbara de Bárbara Hypolito, Débora Souto Allemand, Emanuela Di Felice, Fabricio Sanz Encarnação, Fernanda Tomiello, Juan Manuel Diez Tetamanti, Lorena Maia Resende, Mariane Simões, Pierre Moreira Dos Santos e Rafaela Barros de Pinho – pelos encontros e pela amizade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, à secretária Cristiane Miritz e aos queridos colegas Anderson Pires Aires, Carolina Ritter, Camila Teixeira Martins, Felipe Dotto de Moraes, Hélen Kerkhoff, Matheus Gomes Chemello, Marco Leoni, Maria Lucia Lopes e Taiana Tagliani, aos colegas e amigos dos programas vizinhos Gustavo de Oliveira e Mariana Corteze, pelas trocas e conexões.

Aos professores André Carrasco, Carla Gonçalves Rodrigues, Fernando Fuão, Maurício Couto Polidori, por terem apresentado, no decorrer das suas aulas, questionamentos importantes para esta pesquisa.

Às professoras Celina Britto Correa e Isabel Salamoni, que, junto ao meu orientador, me acolheram tão gentilmente nas atividades do estágio docente.

Aos estimados Alexandre Maciel, Edith Neumann Buttow, Ervino Buttow, Gabriela Pinzon Maass, Maria Oliveira, Miriam Gonçalves, Miriam Bohlke, Natália Pinzon Maass, Patrícia Pinzon Maass e Yasmim Vellar Gomes, que contribuíram diretamente para o desenvolvimento desta dissertação.

À Ana Paula Neto de Faria, pela pulsão inicial desde a graduação, que possibilitou este estudo.

À Marcilene Buttow Krolow, pela amizade, pelas experiências e cumplicidade compartilhada.

Ao Lucas Boeira Bittencourt, pela amizade e pelos livros compartilhados.

Aos amigos Alana Machado de Oliveira, Ana Cláudia Matzembacher, Ana Laura Pereira, Franciane de Souza Goes, Cláudia da Fonseca Barros, Jacimara Ramos dos Santos, Juliano Moreira Coimbra, pela constante presença, mesmo que distante, e por me ensinarem a ver sempre o lado positivo.

À minha família, pelo amor: aos meus avós, por mostrarem o sentido mais profundo de apropriação do espaço no discurso ‘qua comando mi’; à minha mãe Carmen Pavan, pelo apoio incondicional; ao meu pai Gilberto Antonio Detoni e à Loiri de Picoli Detoni, pela constante torcida; à minha irmã Priscila Pavan Detoni, pela intensidade, pela inspiração e pelos poemas; ao meu irmão Felipe de Picoli Detoni, pela nossa afinidade, pelas series e pelos memes.

Ao Henrique dos Santos Ferreira, pelo companheirismo diário e nas viagens; também a sua família Cirlete dos Santos Ferreira, Renato Ferreira, Rafael dos Santos Ferreira e Caetano Pereira Ferreira pelo carinho e apoio.

Mesmo em meio aos dias de concentração e ao sentimento de solidão, é preciso reconhecer que uma dissertação não se faz sozinha. Meu muito obrigada a tod@s que fizeram parte disso tudo.

*Muita gente pequena
em lugares pequenos
fazendo coisas pequenas
podem mudar o mundo.*

Eduardo Galeano

Resumo

DETONI, Luana Pavan. **Cidades pequenas: território de um devir menor na contemporaneidade**. 2018. 324p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Esta pesquisa versa sobre as especificidades da arquitetura e do urbanismo quanto à apreensão das cidades pequenas, considerando o momento atual e as possíveis intervenções nesses territórios. Foram estudadas as cidades de Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu com base na aproximação entre as teorias do urbanismo contemporâneo e da filosofia da diferença, a fim de aprender com os modos de vida e os desejos das cidades. A partir do método da cartografia, esta dissertação transcorre a composição teórica, que procura refletir sobre o devir-urbano, noção construída pelo conceito de fronteira, entre o campo e a cidade; pelo conceito de “literatura menor”, experienciado nos modos de subjetivação; e pelo conceito de desejo, que trata da condição da contemporaneidade. Em seguida, este trabalho percorre a pedagogia da viagem, que revela, através da fabulação, um caminho possível para tornar mais perceptíveis as singularidades das cidades pequenas. Por fim, avança para a composição de pistas cartográficas sobre o papel dos arquitetos e urbanistas frente às questões relacionadas a planos e projetos, ao urbanismo contemporâneo e às intervenções urbanas nesses territórios de um devir menor. Como resultados, foram operados os conceitos de hospitalidade, subjetividade e “educação menor”, em meio a agenciamentos múltiplos, atravessados pelas composições anteriores e potencializados pelas entrevistas com arquitetos e urbanistas que atuaram nas cidades pequenas da microrregião de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras-chave: Cidades pequenas. Urbanismo contemporâneo. Cartografia. Território. Devir menor. Arquitetos e urbanistas.

Abstract

DETONI, Luana Pavan. **Small cities: territory of a minor becoming in contemporaneity**. 2018. 324p. Dissertation (Master's Degree in Architecture and Urbanism) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

This research runs upon the specificities of architecture and urbanism as to the apprehension of small cities, considering the current moment and possible interventions in these territories. In it, the cities of Arroio do Padre, Morro Redondo and Turucu were studied based on the approximation between contemporary urbanism theories and philosophy of difference theories, in order to learn from the ways of life and the desires of these cities. From the cartography method, this dissertation courses through theoretical composition, which seeks to reflect on becoming-urban. This notion was built by the concepts of border, between the countryside and the city; "minor literature", experienced in the modes of subjectivation; and desire, which deals with the condition of contemporaneity. Next, this work traverses the pedagogy of travel, which reveals, through fable, a possible way to make the singularities of small towns more perceptible. Finally, it advances towards the composition of cartographic clues about the role of architects and urbanists in relation to questions about plans and projects, contemporary urbanism and urban interventions in these territories of a minor becoming. As results, the concepts of hospitality, subjectivity and "minor education" were operated in the midst of multiple settlements, crossed by the previous compositions and enhanced by interviews with architects and urbanists who worked in small towns of Pelotas microregion, Rio Grande do Sul, Brazil.

Keywords: Small cities. Contemporary urbanism. Cartography. Territory. Minor becoming. Architects and urbanists.

Lista de Figuras

Figura 1 – Itatiba do Sul/RS..	8
Figura 2 – Cena do documentário <i>Gente</i> , Vila de Mundáu, Trairi/CE.	12
Figura 3 – Microrregião de Pelotas, localizada na Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul.	24
Figura 4 – Rotas de acesso das cidades da Microrregião de Pelotas com a cidade de Pelotas..	27
Figura 5 – Croqui dos eixos viários e das áreas urbanizadas de Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu..	32
Figura 6 – Quaraí/RS..	84

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Dados dos municípios da Microrregião de Pelotas.....	25
Tabela 2 – Rotas das cidades da Microrregião de Pelotas.	28

Sumário

O Acontecimento Gênese da pesquisa.....	1
1. Cidades pequenas Apresentação.....	9
1.1. Arquitetura e urbanismo nas cidades pequenas Tema e problemas ...	10
1.2. Contemporaneidade nas cidades pequenas Delineamento e objetivos	21
1.3. Cartografia nas cidades pequenas Método e procedimentos	35
1.3.1. Composição teórica Território de um devir menor	40
1.3.2. Composição das experiências O Fio de Ariadne	44
1.3.3. Composição de pistas Arquiteta-urbanista-cartógrafa	52
2. Território de um devir menor Fundamentação teórica	57
2.1. Fronteira entre campo e cidade <i>Territorialização</i>	58
2.2. “Literatura menor” <i>Desterritorialização</i>	72
2.3. Desejos das cidades pequenas <i>Reterritorialização</i>	85
3. O Fio de Ariadne Experiências nas cidades pequenas	100
3.1. Dionísio Morro Redondo	105
3.2. Diomedes Arroio do Padre	141
3.3. Hefestos Turuçu	179
3.4. Ágora Pelotas.....	213

4. Arquiteta-urbanista-cartógrafa | Pistas cartográficas 218

4.1. Planos e projetos | Pista de Hospitalidade 220

4.2. Urbanismo contemporâneo | Pista de Subjetividade..... 232

4.3. Intervenção urbana | Pista de “Educação menor” 240

5. Próximos passos | Considerações finais da pesquisa..... 247

Referências 259

Apêndices 1

Apêndice A | Pistas para as entrevistas cartográficas 2

Apêndice B | Entrevista arquiteta e urbanista de Morro Redondo..... 3

Apêndice C | Entrevista arquiteta e urbanista de Pedro Osório – Cerrito 6

Apêndice D | Entrevista arquiteta e urbanista de Cerrito – Pedro Osório 11

Apêndice E | Entrevista arquiteto e urbanista de Morro Redondo..... 21

Apêndice F | Entrevista arquiteto e urbanista de Pedro Osório..... 30

Apêndice G | Entrevista arquiteta e urbanista de Cristal..... 33

O Acontecimento | Gênese da pesquisa

“Uma ideia, assim como aquele que tem a ideia, já está destinada a este ou àquele domínio”. Ao ler esse trecho em *O ato de criação* (DELEUZE, 1999b, p. 2), ecoam várias vozes na minha memória, pois muitos foram os que me disseram: “Podemos até sair de uma cidade pequena, mas ela não sai de nós”. A ideia desta pesquisa de mestrado, de certa forma, já nasceu comigo; ou melhor, eu nasci nela: na cidade pequena. Além da necessidade de se voltar para a minha origem, esta pesquisa foi impulsionada pelas experiências vividas ao longo da minha trajetória acadêmica.

As forças que me fizeram buscar o aprofundamento dos questionamentos acerca das atividades de arquiteta e urbanista que permeiam os territórios das cidades pequenas, desenham-se no espaço a partir do rompimento com a linearidade do tempo, como um acontecimento. Este, tal como o conceito presente na obra de Michel Foucault, encontra certo equilíbrio entre a novidade e a regularidade, assumindo, nessa relação, a descontinuidade, o acaso de suas transformações e a materialidade de suas condições de existência, servindo-se dos conceitos de luta, táticas e estratégias. O termo acontecimento é usado com sentido de relação de forças que faz ressurgir o que ele pode ter de agudo e de único. A ele também é atribuído um sentido de liberdade, não em oposição à

causalidade, mas como experiência do limite (CASTRO, 2008).

Morei, até a minha adolescência, em Itatiba do Sul, município da fronteira norte do estado do Rio Grande do Sul com o estado de Santa Catarina, que possui uma população total de 4.171 habitantes, estando apenas 1.729 localizados na área urbana (IBGE, 2010). A cidade apresenta hábitos que transcendem a fronteira entre o campo e a cidade. Entretanto, como na abordagem do exótico e familiar, juntamente com as questões do conhecido e do desconhecido, precisei estranhar o familiar para (re)conhecer esse território.

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (VELHO, 2008, p. 126).

Rompendo com as minhas certezas e instaurando algumas dúvidas, voltei o meu olhar para minha primeira morada depois de quase dez anos fora dela, a fim de propor um projeto de desenho urbano como Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo¹. Foi a partir do percurso pelas ruas daquela

¹ Trabalho intitulado Vida Urbana numa Cidade Pequena, orientado pela Professora Ana Paula Neto de Faria, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Propunha projetos para os espaços públicos, a fim de promover a interação dos grupos sociais, a manutenção das atividades originais e a incorporação de componentes locais como o hábito

pequena cidade para o levantamento de dados, de suas análises e da prática projetual em ateliê que pude experienciar a imensa relação social e simbólica que os acontecimentos cotidianos, presentes nos seus espaços públicos e contíguos, desempenhavam na vida da população local.

Entre os hábitos mais frequentes da população urbana de Itatiba do Sul, destacaram-se as caminhadas pelas principais ruas da cidade, geralmente ao entardecer. Nesse mesmo período do dia, um grande número de moradores tomava chimarrão em pequenos grupos de familiares e de amigos na frente das casas. Esta parte das residências, bem como as calçadas, as varandas e os jardins, podia ser apreendida como uma sala de estar, um espaço de acolhimento para a realização de encontros.

A ambiência das ruas, principalmente as de caráter mais residencial, era fortemente determinada pela exposição pública de valores e saberes populares vinculados às habilidades manuais e agrícolas da população. Isso foi percebido nas pequenas construções de floreiras e muros confeccionados de materiais reciclados; na jardinagem dos recuos e das calçadas, que mesclava grande número de espécies de flores e plantas ornamentais; e na prática do cultivo agrícola, tal como o plantio de árvores frutíferas, hortaliças, temperos e, até mesmo, milho, feijão e mandioca. Essas práticas eram recorrentes tanto nos

de caminhar, a fim de ressaltar a essência do caráter local como orientação para determinar soluções de desenho urbano mais consistente com a cultura local (DETONI; FARIA, 2014).

recuos de lote quanto nas calçadas e nos lotes vacantes. A composição dessas ambiências urbanas pode ser relacionada as questões que Michel de Certeau discorre a seguir:

Uma sociedade seria composta de certas práticas exorbitantes organizadoras de suas instituições normativas, e de outras práticas sem-número, que ficam 'menores', sempre, no entanto presentes, embora não organizadoras de um discurso e conservando as primícias ou os restos de hipóteses (institucionais, científicas), diferentes para esta sociedade ou para outras. É nesta múltipla e silenciosa 'reserva' de procedimentos que as práticas 'consumidoras' deveriam ser procuradas, com a dupla característica, detectada por Foucault, de poder, segundo modos ora minúsculos, ora majoritários, organizar ao mesmo tempo espaços e linguagens (CERTEAU, 2014, p. 108).

No entrecruzamento, das ambiências experienciadas com as abordagens teóricas, ressalto também a descoberta da obra de Francesco Careri, visto que o ato de caminhar foi fundamental para despertar tais percepções. O arquiteto trata o caminhar como:

Instrumento estético capaz de descrever e modificar os espaços da cidade, uma característica intrínseca de leitura e escritura do espaço simultaneamente, sendo a caminhada uma ferramenta fundamental para olhar a paisagem, a arquitetura, a arte, o inconsciente da cidade e

para esse processo de mutação e as transformações da contemporaneidade (CARERI, 2013, p. 27).

A partir desse movimento do pensamento, pude resgatar traços de uma cartografia, de um Oráculo do espaço público coexistente entre o passado, o presente e o futuro, nas lembranças do meu caminho cotidiano de casa para a escola e da escola para casa. O trajeto de casa para a faculdade e da faculdade para casa repercutiu em uma distância maior, causada não só pelos quilômetros de estrada entre Itatiba do Sul e Pelotas, mas pela homogeneidade com que a academia abordava as diferenças das cidades.

Atualmente no mestrado em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa de urbanismo contemporâneo, busco aproximar os estudos dessa disciplina da realidade das cidades pequenas. Movida pelas marcas que carrego, dedico-me a cartografar alguns territórios, com base nas teorias da filosofia da diferença², na possibilidade de encontrar um devir menor na contemporaneidade

² Os filósofos da diferença – como Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida, entre outros – fazem parte de uma linha filosófica que tem como expoentes Espinosa, Bergson e Nietzsche. A filosofia da diferença, vinculada ao movimento pós-estruturalista, se interessa pela diversidade, pluralidade e singularidade, ao invés de uma ideia universal e total que contém partes singulares (PETERS, 2000).

Oráculo

O acordar era gelado. A luz era intensa e difusa. Pela janela, no horizonte a neblina cobria a paisagem, preenchendo os vales como algodão doce. O gosto também era doce. A ida de casa para a escola era apressada. Sem tempo. O caminho era silencioso até o encontro com o vento cortante do Obelisco. O nariz congelava. Mais alguns passos. As vozes familiares. Já estávamos na escola. Na volta para casa o sol era intenso. Arrastando o casaco nos (de)morávamos pela rua. Brincando de seguir o mestre, de ser o mestre, de esconder, de procurar. As pedras encravadas no morro eram enormes obstáculos, as juntas das calçadas eram linhas de fogo, o meio fio mais alto era uma corda bamba, o expositor de tanques de lavar-roupas de concreto era o ônibus que nos levava. Cheirinho do almoço. Já estávamos em casa.



Figura 1 – Itatiba do Sul/RS. Fonte: autora, 2014.

1. Cidades pequenas | Apresentação

Este capítulo busca apresentar o processo de pesquisa desenvolvido. Começa pela construção da temática que aborda as cidades pequenas frente às relações com arquitetura e urbanismo, considerando o momento atual e os possíveis desejos de intervenção nesses territórios. Também procura definir cidade pequena, evidenciando as que estão à margem das políticas urbanas nacionais. Além disso, trata dos territórios que se encontram na fronteira entre o campo e a cidade, que não são inertes às essências do passado e às representações da urbanização, mas estão na inflexão desses movimentos. Seguindo os marcos teóricos, guiados pelas aproximações entre o urbanismo contemporâneo e a filosofia da diferença, as cidades pequenas passam a se caracterizar como território de um devir menor, ou seja, mais-valia que uma maioria, minorizada, pode criar ante as forças dominantes.

A compreensão das cidades pequenas nesta pesquisa, contrária a uma definição única, procura acompanhar os diferentes modos de vida em algumas cidades da microrregião de Pelotas. A partir do método da cartografia, experienciado na contemporaneidade, essa pesquisa transcorre por meio de três composições: refletir teoricamente sobre territórios de um devir menor, experienciar através da pedagogia da viagem processos de produção singulares e pensar sobre o papel do arquiteto e urbanista nas cidades pequenas.

1.1. Arquitetura e urbanismo nas cidades pequenas | Tema e problemas

As cidades pequenas apresentam singularidades na forma como o espaço urbano é apropriado por seus habitantes. Isso se percebe, por exemplo, no hábito de se sentar na frente de casa, no cultivo de jardins e hortas, nas brincadeiras das crianças nas ruas, entre outros acontecimentos. Considerando que essas relações sociais e simbólicas do cotidiano desempenham um papel importante nos modos de vida da comunidade local, esta pesquisa trata das especificidades da disciplina arquitetura e urbanismo quanto à apreensão dos territórios das cidades pequenas, considerando o momento atual e os possíveis desejos de intervenção nesses territórios.

Os estudos em arquitetura e urbanismo sobre as cidades pequenas são exíguos. Isso se deve possivelmente à emergência em produzir conhecimento perante as imensas demandas das grandes cidades, como por exemplo, problemas ocasionados pelo trânsito intenso ou pelo aglomerado populacional. No entanto, também é preciso pensar nas cidades pequenas, pois esses territórios não estão dissociados dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais do fenômeno da urbanização. Segundo Jane Jacobs:

As cidades, embora compartilhem muitas características comuns, apresentam características particulares condicionadas por sua história, pelo ambiente geográfico onde estão inseridas, pelas características de sua população, e até mesmo do seu porte. Tentar entender as cidades grandes com base no comportamento e suposto funcionamento das cidades pequenas seria um grande erro. Sendo que, na tentativa de entender as cidades menores com base nas metrópoles a confusão pode ser ainda maior (JACOBS, 2000, p. 15).

Entretanto, as singularidades dos modos de vida nas cidades pequenas vêm sutilmente atraindo a atenção dos profissionais da área da arquitetura e do urbanismo. É o caso de Frederico de Holanda, professor da Universidade de Brasília. Uma produção sua intitulada *Gente* (2015), filmada na Vila de Mundáu, município do Trairi/CE, mostra os moradores, nos finais de tarde, realizando atividades rotineiras no espaço público: Vê-se pessoas tecendo renda, fabricando redes de pesca, conversando em grupos ou simplesmente olhando a paisagem, figura 2.



Figura 2 – Cena do documentário *Gente*, Vila de Mundáu, Trairi/CE. Fonte: Frederico de Holanda, 2015.

Gente é a primeira parte da *Trilogia do Mundáu*; seguida por *Crepúsculo*, que apresenta o entardecer na Barra do Mundaú durante um pouco mais de seis minutos; e *Paisagem*, que exhibe imagens de um passeio de barco pelo rio Mundáu. As três partes mostram imagens que falam por si só, sem narração, acompanhadas apenas por uma música instrumental. Segundo Frederico de Holanda (2017), seus documentários visam compartilhar a sensação dos lugares que admira, constroem uma ponte entre arquitetura e vídeo e têm o intuito pedagógico de anunciar ideias relativas à arquitetura ou à arte do espaço.

Os estudos mais recorrentes sobre as cidades pequenas no Brasil pertencem aos geógrafos. Destacam-se, entre eles, os seguintes autores: Angela Maria Endlich (2006), Beatriz Ribeiro Soares e Nágela Aparecida de Melo (2010), Wendel Henrique Baumgartner (2010), Eliseu Savério Sposito e Paulo Fernando Jurado da Silva (2013). De forma geral, eles apresentam concepções da cidade pequena como sendo um espaço isolado dos grandes centros e frágil sob uma óptica econômica. Contudo, esses estudos também buscam explorar outras abordagens para as cidades pequenas, em oposição às hierarquias rígidas e estanques, como as cidades dinamizadas por múltiplos circuitos, frutos da globalização e das possibilidades de conexão através dos avanços nas comunicações.

Hoje em dia, as cidades estão conectadas instantânea e simultaneamente, independente do seu porte. Apesar dessa condição, os

estudos morfológicos são importantes para as cidades pequenas, sobretudo pela sua relação com o espaço natural. Nesse aspecto, destacam-se os estudos sobre as formas das cidades, em especial das lineares, descritas pelos autores Philippe Panerai (2006) e Donetella Calabi (2012). Além desses, também se mostram relevantes os recentes estudos do arquiteto e urbanista Kauê Felipe Paiva (2014) sobre a produção do espaço urbano em pequenas cidades e a interdependência das escalas interurbana e regional.

Além de pouco abordada nas diversas áreas acadêmicas, a literatura existente sobre as cidades pequenas denota uma temática complexa, a começar pela classificação desses territórios. Para Endlich (2006, p. 87), “o conceito de cidades pequenas é daqueles de difícil elaboração”. Tal compreensão sugere elementos que levam a debater até mesmo o próprio conceito de cidade. A autora ainda acrescenta que “neste mundo cada vez mais articulado, a realidade urbana deve ser compreendida em seu conjunto e com suas contradições”.

Os critérios usados para conceituação, caracterização e definição das cidades pequenas são múltiplos. Alguns parâmetros foram apresentados nos anais do último Simpósio Nacional sobre Cidades Pequenas (2016), a partir dos estudos de Tatiane Monteiro Ré e Marcos Clair Bovo, que elaboraram uma análise das teses e dissertações sobre o tema produzidas entre os anos de 2000 e 2010. Nesses trabalhos, destaca-se que, no Brasil, todas as sedes de município são consideradas cidades, de acordo com o critério político-

administrativo, descrito no Decreto-Lei N° 311 de março de 1938. Diferentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera cidades somente as aglomerações populacionais com mais de 20 mil habitantes. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também usa o número de habitantes para classificar as cidades segundo seu porte. Nesse caso, são consideradas pequenas as que possuem população inferior a 100 mil habitantes. As médias são as que têm entre 100 mil e 500 mil habitantes. Aquelas que superam esse tamanho de população são consideradas grandes.

Ainda segundo a análise de Ré e Bovo (2016), a maioria dos trabalhos analisados apontam como critério o número de habitantes para classificar o porte das cidades. Entretanto, apresentam outros parâmetros. Como por exemplo a classificação de cidade pequena para aquelas com população inferior a 20 mil habitantes, enquanto as cidades médias têm entre 20 mil e 500 mil habitantes. As cidades grandes são classificadas de acordo com o mesmo parâmetro do IBGE, ou seja, são aquelas que possuem mais de 500 mil habitantes. Apesar dos autores constatarem que ainda é falho o referencial teórico usado para definição das cidades pequenas, esse último parâmetro populacional pode ser evidenciado devido ao fato, que os municípios com menos de 20 mil habitantes, estão à margem das políticas urbanas e possivelmente dos ofícios dos arquitetos e urbanistas.

A partir de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil – precisamente o capítulo II da Política Urbana, Art. 182, § 1º – impõe a

obrigatoriedade do Plano Diretor apenas para as cidades com mais de 20 mil habitantes. Com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, o Plano Diretor consiste no instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município. Mais recentemente, o Estatuto da Cidade – a Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001 – resgata essa concepção no seu conteúdo. Segundo Geraldo Marinho e Regina Maria Pozzobon (2004), essa determinação exclui 73% dos municípios brasileiros, para os quais o país não tem política específica, a não ser que as leis orgânicas estaduais ou municipais o determinem, ou que os municípios, voluntariamente, desejem implementar o Plano Diretor.

Na abordagem do *Plano Diretor Participativo*, Marinho e Pozzobon (2004) inserem o tópico *Plano Diretor para pequenos municípios*. Nesse documento, os municípios pequenos são classificados em dois grandes grupos, a fim de construir outros parâmetros que contemplem uma diversidade de critérios mais abrangentes do que o simples dado estatístico obtido pelo número de habitantes. Ao primeiro grupo pertencem os municípios predominantemente urbanos, localizados nas periferias das metrópoles, frutos do processo de expansão das atividades urbanas, principalmente dos novos loteamentos, que configuram um transbordamento da cidade polo. Ao segundo grupo pertencem os municípios predominantemente rurais, onde o ecossistema é pouco alterado pelas atividades urbanas e a economia urbana ainda é alicerçada nas atividades

ligadas ao meio natural, onde existe uma profunda sinergia entre atividades urbanas e rurais.

As cidades de pequeno porte também vêm sendo classificadas como cidades dormitórios, cidades de passagem, cidades isoladas, cidades economicamente arruinadas, etc. No entanto, os territórios que interessam a esta pesquisa são os de pequeno porte que se encontram na fronteira entre o campo e a cidade. Tratam-se de cidades que apresentam vivências e formas singulares. Elas não estão estagnadas a favor da preservação das suas essências, como as atividades rurais ou o isolamento territorial. Tampouco são passíveis às representações da modernidade, impostas pelo urbanismo. São cidades que se encontram na inflexão desses movimentos entre preservação e alteração. Em meio à trivialidade do dia a dia, essas pequenas cidades mantêm certa originalidade em seus hábitos, não sendo um mero simulacro do que ocorre nas grandes cidades. Por exemplo, as relações de vizinhança não são criadas ou idealizadas, são atos de resistência. O ato de resistência para Deleuze tem duas faces: “Ele é humano e é também um ato de arte. Somente o ato de resistência resiste à morte, seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta entre os homens” (DELEUZE, 1999b, p. 14).

Para Michel Foucault (1987), onde há poder, há resistência. Essa afirmação indica os limites da disciplina, da relação de docilidade e utilidade dos sujeitos. Nesta pesquisa sobre as cidades pequenas, adverte-se a relação de

ordenamento fruto do urbanismo. Tais limites, bordas, fronteiras estão sujeitas a procedimentos capilares. Microrresistências, segundo Michel de Certeau (2014), movidas por práticas cotidianas, as “táticas” e as “maneiras de fazer” antidisciplinares. Capacidades criativas, de astúcia, de produção de resistências diante das “estratégias” do poder.

A cidade pequena pode ser expressa pelo devir. “O devir constitui uma captura, uma possessão, uma mais-valia, jamais uma reprodução ou uma imitação” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 29). A cidade pequena articula “táticas” em um cotidiano imposto pela cidade grande, ou seja, resiste às políticas impostas pelo urbanismo com referência nas metrópoles. O “devir minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 78). Sendo possível impulsionar as noções de micropolítica nas cidades pequenas, através da “literatura menor” (DELEUZE; GUATTARI, 2014), conceito que não se refere a uma minoria, mas sim ao que uma maioria minorizada pode fazer sobre uma força dominante.

As cidades pequenas, abordadas nesta pesquisa frente às relações com arquitetura e urbanismo, agenciam desejos diante da desestabilização, entre o caos e a ordem, da vida contemporânea. “Desejar é construir um agenciamento, construir um conjunto” (DELEUZE; PARNET, 1997, p. 14). Visto que “o agenciamento possui quatro dimensões: estados de coisas, enunciações,

territórios, movimentos de *desterritorialização*” (DELEUZE; PARNET, 1997, p. 17),

A partir desse contexto, são colocados os seguintes problemas de pesquisa: **Como se configuram os modos de vida no espaço público da cidade pequena? Como os desejos em arquitetura e urbanismo produzidos na cidade grande vêm sendo capturados pela cidade pequena e vice-versa?** Essas questões não procuram interpretar as cidades, tampouco trazer verdades, mas sim tornar sensível os desdobramentos dos processos de produção desses territórios.

“Uma outra cidade, opaca, intensa e viva se insinua assim nas brechas, margens e desvios do espetáculo urbano pacificado.” Essa descrição da arquiteta e urbanista Paola Berenstein Jacques (2012, p. 15) possivelmente não tenha sido elaborada na experiência em uma cidade pequena. Porém, como em um simulacro, o “outro urbano”, que resiste e sobrevive no cotidiano, também habita a cidade pequena. O “outro urbano” não é especificamente quem vive nas ruas, mas sim quem vive também em um espaço do entre, nesse caso na fronteira do campo e da cidade.

Esse “outro urbano”, segundo Michel de Certeau (2014) “praticante ordinário das cidades”, resiste no cotidiano pacífico e anestésico das cidades, “reinventa modos de fazer, astúcias sutis e criativas de resistência e de sobrevivência pelas quais se apropria do espaço urbano e assim ocupa o espaço

público” (JACQUES, 2012, p.15). No entanto, nas cidades pequenas, essas práticas geralmente não são anônimas, uma vez que todos se conhecem.

O “homem lento”, personagem criado por Milton Santos (2013), se refere aos mais pobres, aos homens comuns, e também representa esse “outro urbano”, elucidando os que ficam à margem da aceleração do mundo contemporâneo. Originalmente no ambiente da metrópole, o “homem lento” emerge da globalização, ante as forças verticais e externas, podendo assim ser mais veloz nas descobertas, inserido em um processo intelectual contraditório e criativo. Esse personagem, também em um simulacro, habita as cidades pequenas, podendo ver, apreender e perceber através dessa força dos lentos.

Isso porque, na ordem da complexidade e da multiplicidade vigente na contemporaneidade, as cidades podem expressar relações menores, provocando novos acontecimentos e, conseqüentemente, outros modos de vida. Para adentrar os questionamentos sobre a temática das cidades pequenas, torna-se indispensável percorrer um delineamento espaço-temporal, assim como estabelecer os objetivos desta pesquisa.

1.2. Contemporaneidade nas cidades pequenas | Delineamento e objetivos

Não há uma definição única e totalmente adequada, que possa responder as questões correspondentes ao que são cidades, como elas surgem e quais funções desempenham. O significado de cidade e sua origem são obscuros. Contudo, compreender as funções que a impulsionaram, assim como, as suas transformações, que surgem das necessidades e dos desejos de viver nas cidades, pode ser um caminho para pensar outras possibilidades para a vida humana (MUMFORD, 1985).

A urbanização, ao longo da história, envolveu fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. A cidade, enquanto processo de urbanização, pode ser confundida com a origem da sociedade de classes, mesmo que a anteceda historicamente. No entanto, visto que as aglomerações populacionais são viabilizadas pela produção de excedente alimentar e que a sociedade capitalista se fundamenta em base urbana para realização das suas atividades motrizes, a construção da cidade pode ser entendida como uma inovação na técnica de dominação e organização, tanto da produção quanto das formas de existência (SINGER, 1990).

A cidade como fenômeno universal não surge grande, sejam quais forem

seus motivos ou suas formas, desde a “aldeia-rua” até a “aldeia-monte”, com traçados espontâneos ou regulares (WEIMER, 2004). As cidades nascem de territórios de disputas e conquistas, de fugas e encontros. São lugares estratégicos, abrigam ideologias e mitos, podem ser vistas como símbolos de uma vida em sociedade. Contudo, independentemente das especificidades do seu contexto, as cidades seguem um padrão no seu dimensionamento, especialmente as planejadas, onde o tamanho das praças e a largura das ruas são propostas que visam o desenvolvimento. Este é entendido aqui como a máxima concentração da urbanização, como evidencia Milton Santos:

Além das cidades milionárias, desenvolvem-se cidades intermediárias ao lado de cidades locais, todas, porém, adotando um modelo geográfico de crescimento espraiado, com um tamanho desmesurado que é causa e é efeito da especulação (SANTOS, 2001, p.9-10).

A cidade assume diferenciados ritmos e funções que se expressam no espaço e no tempo. Com advertência ao enunciado sobre o desenvolvimento da cidade de acordo com o seu crescimento populacional, até atingir um total esgotamento do uso do solo, devido às altas concentrações de ofertas e demandas urbanas, esta pesquisa assume que a classificação das cidades pequenas vai além das variáveis de localização, densidade demográfica, crescimento populacional, dinamismo da economia, dimensão territorial, formação histórica e inserção regional. Considera também fundamental o

entendimento sobre suas características, seus cotidianos, suas funções e suas formas – em síntese, seus modos de vida. No estudo da raiz étnica da *pólis* e da *civitas*, junto à abordagem do conceito dinâmico de cidade, Massimo Cacciari (2010), afirma que a cidade enquanto tal não existe, o que existem são diferentes e distintos modos de vida urbana.

A compreensão de cidade pequena nesta pesquisa acontece através do estudo de algumas cidades de maneira multiescalar, considerando seus territórios e a região em que estão inseridas, no tempo da contemporaneidade. O primeiro critério para selecionar as cidades foi a proximidade com o local de estudo: o Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A fim de facilitar a aproximação e o intercâmbio entre o pesquisador e o pesquisado, buscou-se compreender a microrregião de Pelotas, figura 3, que pertence à mesorregião Sudeste do estado do Rio Grande do Sul, juntamente com mais três microrregiões: Jaguarão, Litoral Lagunar e Serras de Sudeste. Foi instituída pelo IBGE desde 2005 e contempla dez municípios: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu, totalizando uma população de 482.915 habitantes, em uma área de 10.331,5 km² (IBGE, 2016).



Figura 3 – Microrregião de Pelotas, localizada na Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul.
Fonte: Shape municípios do IBGE, editado pela autora, 2018.

Tabela 1 – Dados dos municípios da Microrregião de Pelotas.

Fonte: Censo de 2010, IBGE.

Municípios da microrregião de Pelotas	População Total (Hab)	Área Municipal (km ²)	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)	População Urbana (Hab)	População Urbana (%)
Arroio do Padre	2.730	124,3	21,96	454	16
Canguçu	53.259	3.535,3	15,11	19.694	36
Capão do Leão	24.298	785,4	30,94	22.382	92
Cerrito	6.402	451,7	14,17	3.747	58
Cristal	7.280	681,6	10,68	4.077	56
Morro Redondo	6.227	244,6	25,45	2.648	42
Pedro Osório	7.811	608,8	12,83	7.301	92
Pelotas	328.275	1.610,1	203,89	306.193	93
S. Lourenço do Sul	43.111	2.036,1	21,17	24.237	56
Turuçu	3.522	253,6	13,89	1.487	42

Com exceção de Pelotas, as outras nove cidades da região poderiam ser classificadas como pequenas segundo os parâmetros populacionais do IBGE, pois possuem menos de 100 mil habitantes. Dentre essas, seis cidades possuem menos de 20 mil habitantes, ou seja, estão à margem das políticas urbanas. Essas cidades são, precisamente, Arroio do Padre, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório e Turuçu. Todas elas têm, individualmente, menos de 10 mil habitantes e correspondem as menores extensões de território municipal da região. No ranking que elenca as cidades com menor população e menor

extensão territorial, destaca-se as cidades de Arroio do Padre, Turuçu e Morro Redondo, tabela 1.

Endlich (2006) aborda a necessidade de um olhar interescalar para o estudo das cidades pequenas. A compreensão das dinâmicas relevantes para essas cidades geralmente ultrapassa um recorte espaço-temporal categórico, sendo necessário procurar informações para além do espaço e do tempo propriamente delineado. Uma das noções interescalares desta pesquisa é a relação entre as cidades da microrregião, e dessas com a cidade polo, vista através das rodovias de acesso, figura 4. Essas rotas revelam as condições de deslocamento, muitas vezes diário, da população em busca dos serviços urbanos especializados, principalmente de saúde e educação.

Para análise das rotas de acesso a Pelotas, foi realizada uma busca através do Google Maps, que registra a distância e o tempo do deslocamento realizado em carro particular. Para complementar, foram consultadas as estações rodoviárias das cidades sobre a frequência de ônibus intermunicipais entre Pelotas e as demais cidades da microrregião durante os dias da semana, tabela 2. A ausência de estações rodoviárias em algumas cidades – Arroio do Padre, Cerrito, Morro Redondo e Turuçu – revela um caráter de passagem dos municípios e uma forte relação de dependência destes com os municípios vizinhos.

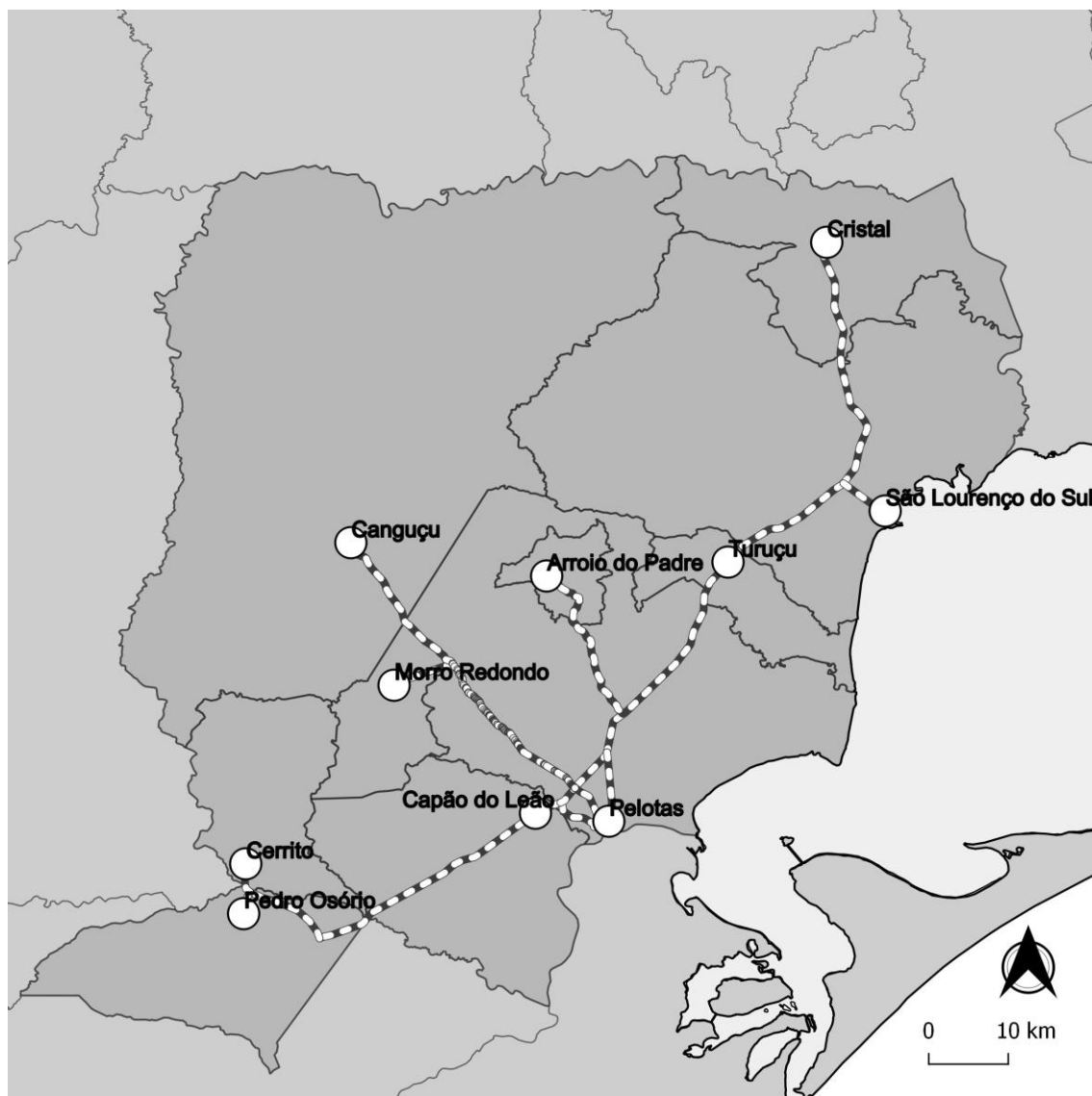


Figura 4 – Rotas de acesso das cidades da Microrregião de Pelotas com a cidade de Pelotas.
Fonte: Shape municípios do IBGE e Google Maps, editado pela autora, 2018.

Tabela 2 – Rotas das cidades da Microrregião de Pelotas.

Fonte: Google Maps e Estações Rodoviárias, 2016.

Cidades da microrregião de Pelotas	Distância até a rodoviária de Pelotas	Tempo percorrido de carro	Frequência de ônibus seg-sex de Pelotas	Frequência de ônibus seg-sex para Pelotas
Arroio do Padre	42 Km	55 min	8 horários	8 horários
Canguçu	55,6 Km	53 min	20 horários	19 horários
Capão do Leão	34,8 Km	52 min	36 horários	36 horários
Cerrito	57,4 Km	57 min	1 horário	1 horário
Cristal	101 Km	1h 20 min	4 horários	4 horários
Morro Redondo	50,4 Km	53 min	8 horários	8 horários
Pedro Osório	58,4 Km	52 min	10 horários	10 horários
São Lourenço do Sul	72,7 Km	1h 2 min	15 horários	15 horários
Turuçu	48 Km	43 min	–	–

A oferta de transporte intermunicipal na microrregião evidencia algumas afinidades entre as cidades. Por exemplo: a situação de conurbação entre Pelotas e Capão do Leão, assim como entre Cerrito e Pedro Osório; a conexão imediata entre Turuçu e São Lourenço, entre Cristal e Camaquã, e entre Morro Redondo e Canguçu. A partir dessa análise, é possível observar que Arroio do Padre é a cidade mais isolada da microrregião.

Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu são as cidades mais próximas a Pelotas. Esse fato evidencia a formação original desse território e seus processos de emancipação. Segundo Endlich (2006), as questões dos

processos de emancipação municipal são relevantes aos estudos das cidades pequenas, especialmente no Brasil. Devido à estreita associação formal entre o município e a cidade, a emancipação atua como via de acesso à instalação de importantes serviços e equipamentos urbanos.

Pelotas, além de ser a mais antiga, é pautada como referência de cidade grande para as demais. Originalmente denominada Freguesia de São Francisco de Paula, foi fundada em 1812, elevada à categoria de vila em 1832 e à cidade em 1835, a partir de então com nome de Pelotas. Foram desmembrados dela os municípios de Capão do Leão, em 1982; Morro Redondo, em 1988; e Turuçu e Arroio do Padre, ambos na década de 90 (IBGE, 2016).

Seguindo o histórico de formação das cidades, Canguçu foi elevada à categoria de vila em 1857, já com sua atual denominação. São Lourenço do Sul foi elevada à categoria de vila em 1884, com a denominação de São João da Reserva. No ano de 1959, Cerrito e Olimpo, localidades conectadas pela ponte sobre o Rio Piratini, se uniram politicamente para se emancipar, respectivamente, dos municípios de Canguçu e Arroio Grande, formando um novo município denominado de Pedro Osório. Posteriormente, em 1995, foi realizado plebiscito popular no qual a comunidade cerritense decidiu elevar Cerrito à categoria de município. Finalizando a síntese das origens e formações dos municípios da microrregião, registra-se que Cristal foi desmembrado de Camaquã e emancipado em 1988 (IBGE, 2016).

De acordo com a necessidade de uma abordagem interescalar para esta pesquisa sobre as cidades pequenas, aponta-se também para a importância de uma escala de menor abrangência, a fim de realizar um estudo mais aprofundado. Desse modo, destacam-se as cidades de Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu, pela ênfase aos menores parâmetros, visto o número de habitantes, a extensão territorial do município, o índice de população urbana e a distância em relação a Pelotas. No entanto, atenta-se para as ressalvas de Milton Santos (1979) quando afirma que aceitar um número mínimo para caracterizar diferentes tipos de cidade é incorrer no perigo de uma generalização.

A fim de ir além de padrões numéricos, observa-se que as três cidades mencionados no parágrafo anterior assemelham-se, pois foram emancipadas do território da cidade polo da microrregião. No entanto, à luz das teorias da filosofia da diferença, mais do que repetições e padrões, busca-se enaltecer as alterações, as contestações, as disparidades, vistas como potências para este estudo. Wendel Henrique Baumgartner (2015) alega que as cidades pequenas se encontram em um momento crítico de mudança. Segundo o autor, caso elas deixem escapar a possibilidade de coexistência entre o urbano repetição e o urbano diferença, serão apenas um conservatório de objetos e funções que já estão prontos.

Repetir não é acrescentar, mas sim elevar o que será repetido à enésima potência. A repetição é a

universalidade do singular. Trata-se, portanto, de um aniquilamento da possibilidade de contrarrazões e de diferenças. As cidades médias e pequenas que se sujeitam a estas determinações configuram-se como corpos dóceis, passivos e passíveis de serem dominados pelo urbano como negatividade, pois é o urbano da padronização (BAUMGARTNER, 2015, p. 56).

A priori, a diferença mais acentuada entre Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu decorre das suas configurações morfológicas, figura 5. Arroio do Padre constitui um território polinucleado, cercado e isolado. Além de ser enclave de Pelotas, localiza-se no extremo da rodovia estadual RS-737, marcando o fim de uma linha. A cidade de Morro Redondo se originou no entorno de uma importante via de acesso entre Pelotas e Canguçu. Era um lugar de passagem e parada. Porém, desde a construção da BR-392, na década de 50, essa não é mais a principal rota entre as duas cidades. A origem de Turuçu não se relaciona com o surgimento de uma rodovia, mas sofreu grande transformação e impulsão na década de 60, quando a BR-116, principal via de acesso da microrregião à capital do estado, Porto Alegre, foi construída. Essa cidade também se difere de Morro Redondo porque sua área urbanizada encontra-se apenas de um lado da via.

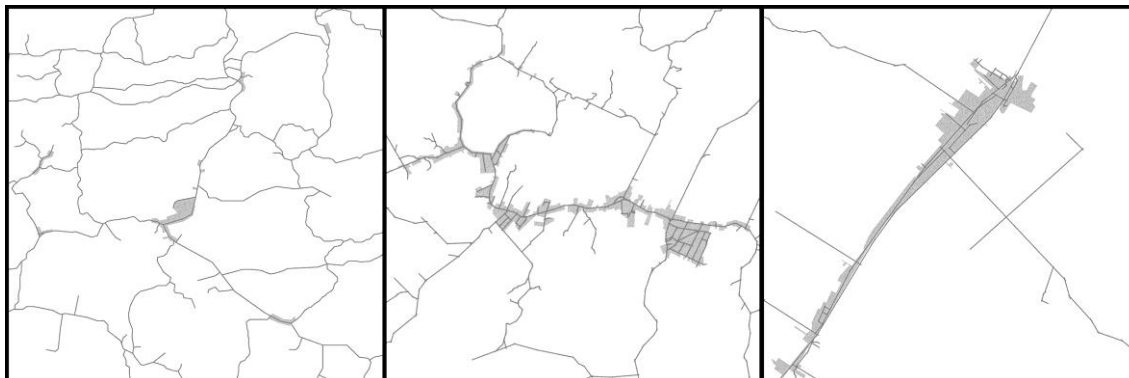


Figura 5 – Croqui dos eixos viários e das áreas urbanizadas de Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu. Fonte: SIG Fronteira, acervo do Laboratório de Urbanismo da FAUrb/UFPel, editado pela autora, 2017.

Inserida no tempo da contemporaneidade, ante a generalização ou a homogeneização das cidades pequenas, esta pesquisa procura acompanhar os diferentes modos de vida através das produções de subjetividades experienciadas nas cidades de Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu. Entende-se que a subjetividade corresponde aos processos de singularização e pode ser compreendida como um processo de produção no qual comparecem e do qual participam múltiplos componentes. Félix Guattari define o conceito de subjetividade como:

O conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva (GUATTARI, 1992, p. 19).

As subjetividades são produzidas pelos e nos territórios, bem como os territórios são tecidos pelas produções de subjetividades. Tal composição envolve um processo em constante transformação, portanto, aberto, suscetível e efêmero. A partir desse pressuposto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em **aprender com os modos de vida e os desejos em arquitetura e urbanismo, experienciados em Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu, pequenas cidades da microrregião de Pelotas, a fim de sugerir pistas que possam sensibilizar a ação dos arquitetos e urbanistas na contemporaneidade.**

Uma “literatura menor” é mais propícia para trabalhar a matéria. Por exemplo, a memória de uma pequena nação não é mais curta que a de uma grande, portanto ela trabalha muito mais a fundo o material existente (DELEUZE e GUATTARI, 2014). Em consonância com esse segundo pressuposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos, junto às metas correspondentes:

- **Refletir sobre territórios de um devir menor, começando pela fundamentação teórica com base na filosofia da diferença e no urbanismo contemporâneo;**
- **Tornar perceptíveis singularidades, diferenças e subjetividades das cidades pequenas, a partir da experiência da pedagogia da**

viagem;

- **Tecer pistas sobre o papel do arquiteto e urbanista nas cidades pequenas, desde agenciamentos múltiplos e atravessamentos diversos, potencializados por experiências, entrevistas e conceitos teóricos.**

Ao incorporar os movimentos da diferença, sendo a fuga das metodologias prescritas uma criação na potência da singularidade, esta pesquisa propõe relacionar, através do método cartográfico (DELEUZE; GUATTARI, 1995a), as teorias de arquitetura e urbanismo e da filosofia da diferença na contemporaneidade. Isso é feito a partir dos vazamentos, daquilo que escapa, das fissuras, a fim de compor um repertório que permeie os aspectos sociais, culturais e ambientais das cidades pequenas.

1.3. Cartografia nas cidades pequenas | Método e procedimentos

A pesquisa se baseia no método da cartografia, propondo uma pesquisa-intervenção que utiliza o plano da experiência e acontece por processos rizomáticos. Isso possibilita apreender as cidades pequenas pela lógica das heterogeneidades presentes na contemporaneidade. Segundo o princípio de cartografia de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995a), o rizoma não possui uma estrutura passível de reprodução ou decalque. Aversa a definições ou representações, esta metodologia não permite delinear eixos genéricos ou estruturas gerativas. Acompanhar os processos requer um mapa movente que possua entradas múltiplas e diversidade de forma; pode se apresentar como desenho, escrita, obra de arte, ação política. Sendo assim, essa cartografia é sempre desmontável, reversível, conectável em qualquer uma de suas dimensões e pode ser produzida por um indivíduo, um grupo ou uma formação social.

Essa cartografia trata-se de uma forma de produção de conhecimento anunciada por Gilles Deleuze e Félix Guattari em *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia, volume 1* (1995a). Possui vertentes nas obras *Micropolítica – Cartografias do desejo*, de Félix Guattari e Suely Rolnik (1986), e *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*, de Suely Rolnik (2006). Há também trabalhos de um grupo de acadêmicos que têm indicado

pistas para o uso da cartografia como método de pesquisa. Eles se encontram publicados em *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade* – organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana Escóssia (2009) em – e em *Pistas do Método da Cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum* – organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Silvia Tedesco (2014).

Para os geógrafos, assim como para a maioria dos arquitetos e urbanistas, a cartografia possibilita representar uma superfície irregular em um plano a partir de uma projeção que pode ser cônica, cilíndrica, plana azimutal ou, mais usualmente, cilíndrica transversal. Para tal planificação, é indispensável estabelecer as coordenadas, para capturar os pontos de latitude e longitude. É necessário ainda um sistema de referência que fixe um ponto na projeção para amenizar a deformação geoide e a forma elipsoide dos territórios terrestres (FITZ, 2008). Através desses procedimentos nascem os mapas, que são representações que acompanham os movimentos de transformação da paisagem, sendo gerados no mesmo tempo em que esses movimentos ocorrem.

Paisagens psicossociais também são cartografáveis, sendo tarefa do cartógrafo dar língua para os afetos que pedem passagem, estar imerso nas intensidades de seu tempo e atentar para as linguagens que encontra. O cartógrafo precisa devorar os elementos que possam servir à composição das cartografias que se fazem necessárias. Ele é, antes de tudo, um antropófago,

pois se alimenta da própria matéria (ROLNIK, 2006).

A experiência desta pesquisa cartográfica propõe uma transversalidade que conecta os heterogêneos e ultrapassa os limites preestabelecidos na divisão das disciplinas, a que área do conhecimento pertence este ou aquele saber, também extrapola a fronteira entre o pesquisador e o pesquisado. Esse método propõe uma zona de indiscernibilidade que não pertence exclusivamente a nenhum domínio específico, mas busca atender, sem homogeneizar, a complexidade da realidade investigada (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014). Portanto, as adjetivações do método cartográfico – por exemplo, a cartografia deleuze-guattariana, a cartografia sentimental, a cartografia social, as pistas cartográficas, a cartografia da geografia e a cartografia urbana – serão todas incorporadas e fortalecidas como cartografia nesta pesquisa.

O método da cartografia se constitui um modo de conhecer que não busca apenas respostas ou motivos, mas que se dedica a acompanhar os processos. As pistas de Passos, Kastrup e Escóssia (2009) abordam o desafio de desenvolver maneiras de pesquisar que se dedicam ao estudo de processos, as próprias pistas se efetuam por uma certa processualidade, estabelecendo um diálogo com as metodologias tradicionais. Esse método de pesquisa-intervenção agencia um processo interativo que é diretamente influenciado pelas cenas das histórias pessoais, das biografias. Não há produção de conhecimento sem transformação daquele que o produz, assim como não há conhecimento

que nasça isento da relação do pesquisador com os caminhos que ele percorre (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Os procedimentos desta pesquisa se darão pelos encontros. Segundo Deleuze, a composição da vida é fruto de um arranjo de encontros. A vida é atravessada por encontros, por todos os lados, por todas as direções (NASCIMENTO, 2012). A pergunta “O que estudar nas três cidades pequenas localizadas na microrregião de Pelotas?” não é o enfoque desta pesquisa. Além do mais, não buscar um único e ilimitado objeto é uma fuga do risco de reduzir ou simplificar a ação deste estudo. O estudo das cidades de Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu está à mercê da sorte dos encontros. O que interessa a esta pesquisa está nos movimentos, nas forças de uma pergunta que leva a outra. Assim, a questão mais adequada seria: Como os encontros com essas cidades pequenas vêm acontecendo? “Como” no sentido de “o que se passou”, colocando em ênfase a processualidade, onde os sentidos estão mais nas forças do que nas formas de expressão – nesse caso, nos modos de subjetivação.

Sônia Mansano (2009) destaca que o objetivo do filósofo Michel Foucault era criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos à cultura e às formas de submissão e de resistências. A investigação histórica de como são compostas as maneiras de existir do sujeito remete à compreensão de como os modos de subjetivação são constituídos e disseminados. Retomando as práticas gregas do “cuidado de si” a sociedade

disciplinar e a emergência histórica dos estados e suas intervenções biopolíticas, o modo de subjetivação, para o autor, é compreendido pela escolha estética e política que acolhe um determinado tipo de existência.

Ao mesmo tempo em que se subjetiva ao fazer a experiência de si, o sujeito é também subjetivado conforme as condições externas de possibilidade de seu tempo e sua cultura. Com isso, é questionável uma suposta autonomia e liberdade dentro da responsabilização individual, pois o sujeito só existe nas relações – como na relação com a cidade que habita. Os modos de subjetivação e de objetivação não são independentes uns dos outros; seu desenvolvimento é mútuo (FOUCAULT, 2008). As práticas cotidianas mostram como os processos de subjetivação, nas mais distintas composições, podem produzir diferentes modos de vida e de organização social. A cultura não é estática. Esse truísmo reforça, sobretudo, as variadas transformações na produção do sujeito e as microfissuras das estruturas preestabelecidas na contemporaneidade.

Esta pesquisa decorre por meio de três composições principais. A composição teórica busca cartografar a construção, desconstrução e reconstrução do território de um devir menor. A composição das experiências nas cidades pequenas cartografa um caminho possível para este estudo, através da fabulação, como um fio de Ariadne. Por fim, mas não de modo cronológico como um estudo rizomático, transcorre a composição de pistas sobre o papel da pesquisadora, arquiteta, urbanista e cartografa diante das cidades pequenas.

1.3.1. Composição teórica | Território de um devir menor

A composição teórica permeia toda esta pesquisa. Não está presente apenas no procedimento inicial ou em uma etapa específica; mas marca uma constância. Como um fundo musical que abriga diferentes ritmos, ela segue a pista cartográfica do plano comum, a fim de construir um mundo comum e, ao mesmo tempo, heterogêneo (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p. 15-41). Para traçar um platô, uma zona de vizinhança, que permita a copresença de elementos múltiplos, foi composto um *ritornelo*, um território movente, em meio às atividades de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização*. A composição teórica cria um produto cartográfico, um ato de conhecimento sobre o território de um devir menor, que intervém e transforma a realidade para conhecê-la.

Segundo François Jullien (2009, apud PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014), o conceito de comum é distinto a outros conceitos como universal ou homogêneo. O conceito de universal atua como um ideal regulador. O conceito de homogêneo trata de uma generalidade fundada na semelhança, na aparência, e conduz à uniformização dos modos de vida. Contudo, o comum é um conceito político, que não é dado a priori, mas se aprofunda e enriquece através da experiência. O comum não é pautado pelas relações de identidade, mas por aquilo que é partilhado e tomado como parte, através de práticas

concretas de pertencimento e engajamento que “comunam”.

Em busca de uma *territorialização*, foi composto um território comum entre o campo e a cidade, através de uma superfície de fronteira que mistura, articula e experiencia elementos heterogêneos. As teorias da filosofia da diferença, produzidas nas, e possivelmente, para as grandes cidades, foram incorporadas aos poucos estudos que abordam especialmente as cidades pequenas. Esse processo permitiu o exercício de ler e transformar uma teoria criada para certos fins em outros. Isso foi feito a exemplo de Deleuze e Guattari (1995a), que articularam diferentes áreas do conhecimento. Os autores cursaram, por exemplo, estudos em biologia para criar o conceito de rizoma, cujo quinto princípio é a cartografia. Nesta pesquisa, esse conhecimento filosófico foi articulado para criação de outro conhecimento.

Para garantir a dinâmica do *ritornelo* à composição teórica, fez-se necessária uma *desterritorialização*, potencializada pelo conceito de “literatura menor” (DELEUZE; GUATTARI, 2014). A pesquisa cartográfica sempre busca a investigação processual da realidade, processo que nem sempre decorre cronologicamente ou dentro de um recorte temporal específico. Para operar a comunicação entre singularidades que acontecem em um plano comum, simultaneamente de modo individual e coletivo, as estratégias da composição teórica apontam para acompanhar os modos de subjetivação, experienciados através das características de uma “literatura menor” presente desde as obras

de Franz Kafka até os encontros vividos no caminho da pesquisadora.

O plano comum aposta nas contradições para além das dicotomias, extrapolando a verticalidade que hierarquiza os diferentes e a horizontalidade que os iguala. Isso ocorre a partir de um terceiro eixo, baseado na transversalidade, que desestabiliza a divisão entre as disciplinas do conhecimento, a ordem temporal e o domínio do pesquisador sobre o pesquisado. A composição teórica traça uma *reterritorialização* de acordo com a complexidade da realidade investigada, que envolve os múltiplos desejos nesse território comum e heterogêneo das cidades pequenas. A pista cartográfica do plano comum conecta e tenciona o território de um devir menor, entre o conhecimento e a experiência. No movimento de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização*, foram abordadas distintas áreas do conhecimento que possibilitaram a construção desse plano comum e heterogêneo.

A cartografia, enquanto método de pesquisa e intervenção, atenta para os processos e opera para compor através das forças e dos afetos. Escrever um plano teórico comum e heterogêneo requer visitas e revisitas a um Oráculo (página 7) presente na construção da subjetividade da pesquisadora; demanda composições e recomposições diante das rupturas e dos encontros com uma Pandora (página 81); bem como precisa de criações e dissoluções dos pontos de vistas diante das experiências, que reverberam em mapas de Dionísio (página

133), Diomedes (página 172) e Hefestos (página 207), entre outras divindades mitológicas e suas sabedorias.

A pesquisa percorre os estudos teóricos dos conceitos necessários, ao mesmo tempo em que agencia as experiências. A cada viagem, seja pela leitura ou pelo deslocamento físico, o método cartográfico foi construído e reconstruído. Através dos encontros com a fundamentação teórica sobre o território de um devir menor, a pesquisa percorre os estudos da fronteira entre campo e cidade, da “literatura menor” e dos desejos das cidades pequenas na contemporaneidade. O estudo da cartografia está embasado nos encontros com o método e com seus procedimentos através dos planos extensivos e intensivos proporcionados pela pedagogia da viagem e pela captura das cenas experienciadas e fabuladas.

1.3.2. Composição das experiências | O Fio de Ariadne

A partir de uma base teórica gerida pela pista de uma viagem-intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), da abordagem da filosofia da viagem (OLIVEIRA, 2014) e da experiência da pedagogia da viagem (ROCHA; AZEVEDO; ALLEMAND; HYPOLITO; TOMIELLO, 2016), foram traçados os procedimentos para composição das expediências nas cidades pequenas estudadas. De acordo com as etapas de uma viagem, inicialmente é necessário um período de preparação de um bloco espaço-tempo, que aconteceu nesta pesquisa através da coleta de informações históricas e geográficas, da observação e da análise da estrutura viária e da área efetivamente urbanizada através das imagens de satélite. Na sequência, veio a experiência em si, através do ato da viagem, do deslocamento físico até as cidades. Esse foi o momento de percorrer o objeto de estudo e de se aproximar dele, de capturar imagens fotográficas, anotar informações no caderno de campo, gravar falas e sons; em síntese, foi o momento de construir um esquema sensório-motor. Por conseguinte, deu-se o retorno e a reflexão, entre a ação e a reação. Foi preciso distinguir o que *afectou* – para registrar, trabalhar e compartilhar – daquilo que não *afectou* – para descartar ou esquecer.

A *afecção*, ação de *afectar*, vista em Espinoza (2007) pelo conceito de *afecto*, apresenta uma variação contínua da força de agir e existir do corpo, um

estado de vibração que se dá a partir dos encontros. Estes são entendidos como encontros fundamentais, intensificados em função de *afecções*. O esquema sensório-motor é a capacidade que o indivíduo tem de apreender os movimentos que estão fora dele. A parte sensória pode ser chamada de percepção, e a parte motora, de ação. A *afecção* acontece no pequeno intervalo que está entre a percepção e a ação. É o sentimento que se tem do próprio corpo. A parte sensória apreende os corpos que estão fora. A parte motora devolve movimento, ou seja, reage aos corpos que estão fora. A *afecção* é apreendida no próprio corpo do pesquisador (ULPIANO, 1995).

A lei dos encontros, também vista a partir dos estudos de Espinosa (DELEUZE, 2002), é a lei da vida. O ser espinoziano é essencialmente produzido. Ao longo da existência, todo corpo sofre uma série de encontros com outros corpos, humanos ou não, podendo interferir neles ou sofrer interferências deles. Dito de outro modo, um corpo, no encontro com outros corpos, pode realizar a potência de *afectar* e ser *afectado*. No encontro, as relações podem compor e aumentar a capacidade de agir. A viagem, abordada como pedagogia, acontece através dos encontros, que se constituem universo de descoberta. Além da viagem exploratória, há uma constatação de certos aspectos que até então estavam adormecidos. A viagem propõe certa preparação, com caminhos organizados, pré-estabelecidos e até mesmo conhecidos. Apesar disso, também possibilita diversos outros modos de pensar e sentir o que é pesquisado.

Os encontros impulsionados pelos procedimentos da pesquisa-viagem apontam para a construção de planos intensivos e extensivos. O plano intensivo acontece no corpo do pesquisador, a partir da sua singularidade, fruto de uma construção subjetiva. O plano extensivo ocorre em um determinado bloco de espaço-tempo, ou seja, na relação com o meio geográfico e histórico. O movimento que vem do território, a partir daquilo que já está dado ou que já está pronto, é percebido junto com o movimento que a parte motora do pesquisador devolve ao território. Essa oscilação marca um encontro no plano extensivo (ULPIANO, 1995). Contudo, é a sobreposição entre planos intensivos e extensivos que compõe a cartografia, o mapa desejável. “O plano de imanência que se traça durante o percurso ordena o caos da realidade, para poder produzir um pensamento acerca da experimentação, composto pelos percursos extensivos e intensivos” (DELEUZE, 2002, p. 10).

Os encontros podem acontecer tanto quando se está exposto à coletividade pública (como no ato da viagem), quanto quando se está retraído em uma solidão (como no momento preparatório, anterior à viagem, e no momento reflexivo, posterior à viagem). Por vezes, as teorias da filosofia da viagem se infiltram no pensamento, no movimento de escrita, outras vezes rompem com esse. Como posto por Suely Rolnik (2006), é no corpo do pesquisador que os encontros com os outros geram intensidades, como singularidades pré-individuais. O agenciamento de tais singularidades é

exatamente aquilo que irá vazar e propiciar uma produção cartográfica, a partir dos processos que levam os contornos dos indivíduos a sua reconfiguração.

Detectar e apreender o material necessário para a pesquisa cartográfica requer uma concentração sem foco, uma atenção à espreita das cenas que emergem da sensibilidade do pesquisador. As cenas, como lâminas de tempo, permitem recortes múltiplos e heterogêneos (DELEUZE, 2005). Elas podem ser capturadas antes, durante e depois da experiência em si, nas diversas etapas da viagem, através de imagens fotográficas e fílmicas, desenhos, anotações, observações, entrevistas e, até mesmo, dos agenciamentos de conceitos e de outras estratégias que potencializem os encontros e a coexistência dos planos extensivos e intensivos, a fim de produzir um mapa, uma cartografia. As cenas experienciadas podem ser reveladas, ou melhor, emancipadas em procedimentos narrativos, como nos mitos, através de fabulações.

Os sujeitos, os objetos e seus comportamentos deixam de ser o foco da pesquisa, cedendo lugar aos “personagens rítmicos” e às “paisagens melódicas”. Importante assinalar que esses personagens e suas paisagens não são considerados como polos opostos e dicotômicos, mas compõem-se mutuamente, numa circularidade ou coemergência. As paisagens vão sendo povoadas por personagens e estes vão pertencendo à paisagem. Com tal perspectiva, somos levados a afirmar que o *ethos* ou o território existencial está em constante processo de produção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p.

134).

A viagem cria possibilidades de apreender a vida, a ciência e a educação para além do pensamento dual, cujos termos permitem somente dois extremos (por exemplo, o claro e o escuro), comum às pedagogias tradicionais das salas de aula. A pedagogia da viagem aconselha a busca de perguntas, uma vez que as respostas não as extinguem ou reduzem. Tal pedagogia busca experienciar o cinza, os lugares do entre, as frestas das cidades, a fim de expressar relações menores, *desterritorializantes*, provocadas pelos encontros. Esse procedimento de ensino-aprendizagem evoca a experiência. Ver, ouvir, sentir e vivenciar, deixar-se *afectar* e ser conduzido pelos desejos, pela necessidade do conhecimento, que as experiências nas cidades podem provocar (ROCHA; AZEVEDO; ALLEMAND; HYPOLITO; TOMIELLO, 2016). A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca (BONDÍA, 2002). A experiência corporal provoca marcas tanto no corpo do pesquisador, quanto no corpo do território. Como uma espécie de grafia urbana, a cidade fica gravada no corpo de quem a experimenta, inserindo-se nele mesmo que involuntariamente (JACQUES, 2008).

A experiência da viagem nas pequenas cidades possibilita expor um território único e repleto de singularidades, que transborda os limites das teorias sobre cidades. Ressignifica a cidade pequena e revela a cada encontro a potência de trabalhar a sua matéria como uma “literatura menor”. A cartografia

das cenas experienciadas busca romper com a ideia de um registro tradicional na tentativa de imergir nos encontros. Essa experiência vivida possibilita também uma própria processualidade na escrita. Na cartografia, o material a ser pesquisado não é apenas coletado (decalque), ele é produzido (mapa). Tal produção requer uma cognição capaz de inventar, criar e fabular outros mundos possíveis.

A dimensão inventivo-intuitiva da cognição é vista especialmente em Bergson (2006 – 1ª ed 1922), na obra *O pensamento e o movimento* e em Deleuze (1999a) na obra *O bergsonismo*. A fabulação, como exercício cognitivo, será o Fio de Ariadne, da mitologia grega para a cartografia das cidades pequenas. Trata-se de uma solução possível diante de uma situação complexa, labiríntica, e, até mesmo, caótica, figura 6. O mapa do território de um devir menor na contemporaneidade será dimensional, não como uma medida exata, mas como um ritmo (DELEUZE; GUATTARI, 1997). O caos não é o contrário do ritmo; é antes o meio de todos os meios. Há ritmo desde que haja passagem transcodificada de um para outro meio, comunicação de meios, coordenação de espaços e tempos heterogêneos.

Pode acontecer que a criança salte ao mesmo tempo que canta, ela acelera ou diminui seu passo; mas a própria canção já é um salto: a canção salta do caos a um começo de ordem no caos, ela arrisca também deslocar-se a cada instante. Há sempre uma sonoridade no fio de Ariadne. Ou

o canto de Orfeu (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 101).

Cartografar implica certa ludicidade, convoca o impulso vital, um devir criança na cognição, trata-se de um reconhecimento operado pela intuição que possibilita inventar, visionar, fabular as experiências. Permite acessar processos singulares que remetem a um passado que se mantém em movimento pela memória. Esta, tangenciada pelos desejos, é capaz de transformar. Segundo Deleuze (1999a), duração, memória e impulso vital marcam as grandes etapas da filosofia bergsoniana. Tais noções compreendem realidades e experiências vividas, porém permanecem indeterminadas sem o fio condutor da intuição. A intuição, tida como um ato simples que não exclui uma multiplicidade qualitativa e virtual, implica uma pluralidade de acepções, pontos de vista múltiplos irreduzíveis. Bergson apresenta três condições de atos: a primeira concerne à posição e à criação de problemas; a segunda, à descoberta de verdadeiras diferenças de natureza; a terceira, à apreensão do tempo real.

A fabulação tem uma origem religiosa, mas se desenvolve livremente na arte e na literatura. Bergson a define como uma capacidade diferente da imaginação ou da lembrança que não tem a ver com um fantasma. A composição da fabulação excede os estados perceptivos e as passagens afetivas do vivido, se eleva aos devires, às potências, aos *perceptos* e aos *afectos*. As fabulações são visões paradas no bloco espaço-tempo, que não apresentam outros objetos ou sujeitos senão eles mesmos. Trata-se de um trabalho da intuição, que se

desloca de qualquer espécie de projeção do eu. Os *perceptos*, motivos dos atos da fabulação, podem ser telescópicos ou microscópicos. Eles oferecem aos personagens e às paisagens dimensões divinas, não importando se elas são medíocres ou não (DELEUZE; GUATTARI, 1992).

O que conserva a obra de arte é “um bloco de sensações, isto é, um composto de *perceptos* e *affectos*”. A fabulação apresenta, nesta pesquisa cartográfica, uma possibilidade de compor um mapa, fruto dos encontros experienciados entre os planos extensivos e intensivos. Assim como a obra de arte, os mapas também buscam se conservar por um composto de *perceptos* e *affectos*. “As sensações, *perceptos* e *affectos*, são seres que valem por si mesmos e excedem qualquer vivido” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 209).

1.3.3. Composição de pistas | Arquiteta-urbanista-cartógrafa

A cartografia, como método de pesquisa, reverte o sentido tradicional do método. *Metá* significa reflexão, raciocínio, verdade. *Hódos* significa caminho, direção. Então, o processo de pesquisar para alcançar metas fixas do *metá-hódos* se transforma, através dos estudos sobre a cartografia, princípio do conceito de rizoma, em um processo que possibilita à pesquisa traçar suas metas ao longo do percurso, como um *hódos-metá*. Ou seja, um projeto de investigação que se baseia na cartografia não é definido nem definitivo. Está em constante transformação, do mesmo modo que se pressupõe que estejam o pesquisador e a produção de conhecimento sobre as questões pesquisadas. No entanto, essas condições de desenvolvimento do projeto, embora sensíveis a inúmeras possibilidades, possuem certa direção que orientam o processo de pesquisa. A pesquisa cartográfica é guiada por pistas, que são referências para manter e ajustar o ato de pesquisar ao longo do caminho percorrido nesse processo (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014).

Na caminhada desta pesquisa, constituiu-se uma pesquisadora-arquiteta-urbanista-cartógrafa que, quase ao final do trabalho, diante de inúmeros fragmentos correspondentes a fagulhas de conhecimento, retornou ao início para revisar esta escrita, que busca apresentar o processo de pesquisa em uma ordem tradicional. Tal organização começa com a construção e definição

do tema, dos problemas, do recorte de estudo e dos objetivos, até chegar aos procedimentos necessários para atingi-los. Se tal ordem fosse apresentada cronologicamente de acordo com o percurso, um dos últimos itens seriam os objetivos. Sem objetivos previamente estabelecidos, as intenções iniciais desta pesquisa foram revisadas, reavaliadas e reconstruídas ao longo desse processo. Porém, na constante composição da fundamentação teórica sobre territórios de um devir menor e nas práticas da experiência da pedagogia da viagem nas cidades pequenas, os estudos já apontavam um forte interesse pelo papel dos arquitetos e urbanistas nessas cidades.

Uma vez que se pretendia refletir sobre o papel do arquiteto e urbanista nas cidades pequenas, criou-se o terceiro procedimento desta pesquisa, que transpõe mais uma vez o método tradicional. Assim, o pensar “sobre” se transforma no pensar “com”, estabelecendo um plano coletivo de forças. Os arquitetos e urbanistas da microrregião de Pelotas não são tratados aqui como objetos ou estado de coisas, mas sim como agentes. Junto com as viagens e em meio a elas, aconteceram as entrevistas com arquitetos e urbanistas atuantes ou que já atuaram nas cidades percorridas. Nessa etapa, os territórios estavam sendo explorados, portanto ainda não havia uma delimitação das cidades que seriam evidenciadas no delineamento deste estudo. Mesmo após a seleção, mantiveram-se todos os discursos obtidos, que foram fundamentais para a composição das pistas cartográficas resultantes desta pesquisa.

Ao todo, foram percorridas seis cidades. Em todas elas buscou-se contatar os profissionais arquitetos e urbanistas. Inicialmente isso foi feito através do contato telefônico com a prefeitura. Em seguida, obtiveram-se contatos através de compartilhamento realizado dentro da rede de conhecidos que se fundou nesta pesquisa. Foram entrevistados profissionais do serviço público das prefeituras das cidades de Cerrito, Pedro Osório e Morro Redondo, bem como arquitetos e urbanistas autônomos que trabalharam em Cerrito, Pedro Osório, Morro Redondo e Cristal. Em Turuçu, obteve-se registro de um arquiteto que atuou na prefeitura, no entanto não foi possível entrevistá-lo. Em Arroio do Padre, não havia registros. Nas duas últimas cidades mencionadas, tampouco foi possível entrevistar profissionais autônomos.

Para a realização das entrevistas, não foi elaborado um questionário, como um modelo ou um padrão a ser repetido. Anunciadas como conversas, as entrevistas buscaram estabelecer um momento de diálogo, de compartilhamento das experiências dos profissionais na cidade, assim como as inquietudes e as reflexões desta pesquisa. Os entrevistados foram convidados a pensar junto com a pesquisadora. No entanto, algumas pistas guiaram esse processo (apêndice A). Pista 1: ligar o gravador antes de iniciar, registrar data, hora e local. Pista 2: perguntas de identificação. Pista 3: perguntas sobre a formação. Pista 4: perguntas sobre a atuação profissional. Pista 5: perguntas para sensibilizar quanto à atuação na cidade em questão. Pista 6: compartilhar as inquietações

da pesquisa.

A entrevista, na cartografia, não objetiva a simples resposta das questões, mas a possibilidade de sair delas. A entrevista poderia ser o traçado de um devir. O diálogo proposto inclui trocas de informações, acessa à experiência vivida e requer que a escuta e o olhar do pesquisador se ampliem para além do conteúdo puro (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014). Na espreita da máxima potência dessa troca, as entrevistas foram gravadas, escutadas em outro momento e transcritas (apêndices B, C, D, E, F e G). Foram suprimidas, na transcrição, algumas partes que foram consideradas irrelevantes à investigação. Isso visou a produção de um material mais conciso. Também foram extraídas as partes que poderiam revelar a identidade dos profissionais entrevistados.

A metodologia da cartografia, fruto dos estudos na filosofia da diferença, não desfaz os estudos existentes, mas busca desvendar outros pontos de vista sobre o território das cidades pequenas. Elaboraram-se algumas pistas cartográficas a partir de agenciamentos múltiplos e atravessamentos diversos, que foram potencializados pelos discursos produzidos no plano coletivo das experiências dos arquitetos e urbanistas da região de Pelotas, bem como, pelos conceitos teóricos de hospitalidade, subjetividade e “educação menor”. A composição de pistas anuncia os resultados desta pesquisa em forma de sugestões e reflexões sobre uma direção a seguir. A finalidade disso é fomentar uma crítica teórica sobre o papel dos pesquisadores cartógrafos e dos arquitetos

e urbanistas, acerca da produção das cidades pequenas, de acordo com as atividades de plano e projeto, do urbanismo contemporâneo e das intervenções urbanas. Esta pesquisa não pretende esgotar a temática das cidades pequenas, nem afirmar a metodologia cartográfica. Também não é sua pretensão acoplar as diferenças, reduzindo a pesquisa ao que há de habitual ou quantitativo. A cartografia aplicada aqui se propõe a experienciar as cidades pequenas a cada encontro, acompanhar as movimentações micropolíticas e evidenciar os processos de batalhas minoritárias.

2. Território de um devir menor | Fundamentação teórica

A noção do território de um devir menor é construída através dos encontros teóricos com o conceito de fronteira, experienciado entre os meios campo e cidade; com o conceito de literatura menor, experienciado nos modos de subjetivação; e com o conceito de desejo que experiencia a condição da contemporaneidade nas cidades pequenas. “Não são três momentos sucessivos em uma evolução. São três aspectos em uma só e mesma coisa, o *Ritorno*” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 102).

Os *ritornos* territoriais, *territorializam*, marcam e agenciam um território. Os *ritornos* de funções *territorializadas*, tomam uma função especial do agenciamento. Os *ritornos desterritorializados-reterritorializados*, ao mesmo tempo em que apontam para outros agenciamentos, passam a compor novos agenciamentos. Os *ritornos* de afrontamento capturam as forças para um movimento de *desterritorialização* absoluta (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

A fundamentação teórica desta pesquisa se constitui de platôs, zonas de intensidades contínuas. Além da análise dos conceitos abordados, é lançada a construção de outros diálogos possíveis, a partir de uma leitura guiada pelos princípios do rizoma: conexão e heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante, cartografia e decalcomania.

2.1. Fronteira entre campo e cidade | *Territorialização*

A etimologia revela que a palavra fronteira se relaciona com o lugar que tende a se expandir, o que está na frente. Historicamente, a fronteira se mostra como um fenômeno da vida social à margem do mundo habitado (MACHADO, 1998). Além de fim ou começo, há um sentido de fronteira que envolve embaralhamento, que está no espaço do entre e no tempo da contemporaneidade. Para Gilles Deleuze (1997), o sentido está na fronteira, em vez de nas alturas ou nas profundidades; importa a superfície de contato.

Por meio da fronteira, a dicotomia se estende e se dissemina. Limites entre elementos supostamente dicotômicos – como entre campo e cidade, público e privado, indivíduo e sociedade – sofrem rupturas e atravessamentos. Vinculada a sentidos mais consolidados, a fronteira pode ser maleável, conectar e instituir os sentidos densamente. Apesar disso, a fronteira não mistura, não homogeneíza, ela articula as diferenças em si. Assim, o sentido do campo está presente no sentido da cidade e o da cidade está presente no do campo.

Contudo, trocar as formas de subsistência, economia rural e economia urbana, repercute em uma mudança nos modos de vida, na transformação da cultura. Os hábitos fazem parte da construção do conteúdo e do caráter que possibilitam a existência. O comércio, por exemplo, não teve tanto valor nas

primeiras culturas viveram entre a cidade e o campo. Tratava-se de uma atividade considerada hostil à religião e à sociedade. Isso porque, era estranho comprar mais do que se necessitava e vender por um valor maior do que quando adquirido. Inicialmente, com exceção das feiras de produtos artesanais e das feiras de trocas e vendas, o comércio teve dificuldade para encontrar um território (CORNELL, 1998).

Ainda sobre a discussão a respeito da cultura presente na obra *A arquitetura da relação campo-cidade*, de Elias Cornell (1998, p. 1), destaca-se que: “As culturas convivem entre si no tempo e no espaço, penetrando umas nas outras. Não vivem simplesmente uma após a outra”. As práticas cotidianas das cidades pequenas constituem os modos de vida e consequentemente os modos de subjetivação, na inflexão das formas de subsistência do campo e da cidade. A arte de cultivar, plantar e colher para a subsistência permanece, permeia as mudanças, e estabelece outras formas possíveis para essa vida urbana especial.

As fronteiras são construções simbólicas produzidas pelos processos históricos e sociais. Com sentido de superfícies de contato, as fronteiras podem ser concebidas na contemporaneidade como territórios de transformação, regidos pela multiplicidade, pela experiência. As fronteiras são territórios de devir, resultantes do contágio entre heterogêneos. Espaços fronteiriços de ruptura e conflito, de extremidades e excessos. Como conceito, a fronteira discute a coexistência mais do que a identidade, e a correspondência, mais do

que a sucessão (DELEUZE, 1997). A partir disso, é possível pensar que as cidades grandes não são sucessões das cidades pequenas; elas coexistem. Da mesma forma, nem toda cidade pequena virá a desaparecer ou a ser uma cidade grande. As identidades não calcificadas estão em constante movimento, criam-recriam as experiências nos sujeitos que as habitam, seja por uma vida ou por um dia.

A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita. Não diz o que somos, mas aquilo de que estamos em vias de diferir. Não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos (DELEUZE, 1992). De tal modo, o conceito de fronteira se aplica também às cidades pequenas que apresentam características singulares condicionadas por sua história, pelo seu ambiente geográfico, pelas origens e hábitos da sua população. Inserida nesse território do entre, em meio à cultura da cidade e do campo, mais do que um receptáculo dos padrões aplicados nas metrópoles, as cidades pequenas têm a potência de um devir menor, designado aqui como um devir-urbano.

O devir-urbano, condicionado a uma cidade pequena, pode ser visto por uma perspectiva selvagem, de um urbano não domesticado ou domesticável. Um urbano que não é dominante. O devir, conceito de Deleuze e Guattari, (1997) está associado às relações de menor domínio, como um devir-criança, um devir-mulher, um devir-animal. Relação minoritária reafirmada por Guattari e Rolnik (1986) a partir de um devir-negro, índio, homossexual e outras variações que

não correspondem ao padrão do homem majoritário, branco, ocidental, adulto, racional, heterossexual, habitante das grandes cidades.

Todo devir é minoritário. O devir não condiz com as representações pré-estabelecidas ou genéricas. O devir não se adapta; o devir resiste. Pesquisar a diferença do urbano nas cidades pequenas pode ser considerado um devir. O devir acontece sempre por uma dupla captura. No entanto, não decorre de imitação ou assimilação, nem de uma evolução paralela. Talvez o devir-urbano de um território menor, essencialmente móvel, jamais em equilíbrio, esteja justamente nessa fronteira entre campo e cidade.

Um ponto é sempre de origem. Mas uma linha de devir não tem nem começo nem fim, nem saída nem chegada, nem origem nem destino; e falar de ausência de origem, erigir a ausência de origem em origem, é um mau jogo de palavras. Uma linha de devir só tem um meio. O meio não é uma média, é um acelerado, é a velocidade absoluta do movimento. Um devir está sempre no meio, só se pode pegá-lo no meio. Um devir não é um nem dois, nem relação de dois, mas entre-dois, fronteira ou linha de fuga, de queda, perpendicular aos dois (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 80).

A revolução urbana, segundo Henri Lefebvre (2008), representa o eixo espaço-temporal de uma sociedade rumo à urbanização completa. No momento de mudança do rural para o urbano, o peso da cidade no conjunto campo-cidade

torna-se maior em função das suas riquezas: imobiliária, de produção, de mercado, de trocas, da possibilidade dos encontros. Sobre essa perspectiva da revolução urbana, Baumgartner (2010) aponta que, no cenário em que a força do urbano tende a se impor sobre as cidades pequenas, estas possivelmente não vão assistir passivamente à sua preponderância, mas vão resistir. Esta é uma possibilidade de ultrapassar a simples identidade dos contrários, de atuar na fronteira entre o campo e a cidade, em um território minoritário. Isso pode provocar a aceleração das diferenças e, assim, a criação de um devir-urbano.

Seria essa uma possível resposta à pergunta lançada por Henri Lefebvre no final do capítulo intitulado *Cidade e campo*, parte da obra *O direito à cidade* (2001): “A que formas sociais e políticas, a que teoria vai-se confiar a realização na prática de uma centralidade e de um tecido renovados, libertados de suas degradações?”. Para o autor, as relações dialéticas entre campo e cidade e entre natureza e cultura, dissimuladas sob oposições, existem em três termos: a ruralidade, o tecido urbano e a centralidade. Além disso, na sua obra, a vida urbana compreende simbolismos, representações ideológicas e imaginárias, originais entre a natureza, o campo e a cidade, espaços respectivamente da vida sagrada, da vida produtiva e da vida profana.

Nesta pesquisa, a experiência de transcendência das diferenças nas cidades pequenas não decorre através do sentido comum de que elas são tranquilas e pacatas, por vezes até monótonas. No momento da interação com

essas cidades e da imersão nelas, essa experiência acontece com sentido de fronteira, que coexiste na inquietação dos modos de vida, considerando a atualidade e os desejos de intervenção no território das pequenas cidades. Esse platô, zona de intensidade contínua da experiência, não é apenas um lugar sagrado ou produtivo ou profano. É também uma submersão composta desses fragmentos no acaso, como condição do devir, o que possibilita um fluxo instável de acontecimentos.

Assim como a fronteira, a noção de território também abriga diversos sentidos. A noção de território utilizada nesta pesquisa cartográfica se embasa nas reflexões do geógrafo brasileiro Milton Santos e dos filósofos franceses Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault. Essa relação entre pensamentos, áreas do conhecimento e localizações geográficas distintas apresenta o território equitativamente, em relação aos processos que o compõem, a partir de um jogo de forças.

Para Santos (2001), o território é esquizofrênico, assim como acolhe as novas reproduções do capitalismo, também consente a emergência de outras formas de vida. De um lado, os vetores da globalização instauram uma ordem. De outro, produzem uma contraordem, porque há uma produção rápida de pobres, excluídos, marginalizados. Para os filósofos Deleuze e Guattari (1997), que também abordam as questões esquizofrênicas em suas obras, especialmente em *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* (2010), o território

como pensamento é uma construção efêmera, um *ritornelo*, que está sempre em movimento nos processos de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização*.

Os estudos dos espaços da loucura, dos esquizofrênicos, aproximam noções do urbanismo e da psiquiatria, devido à influência da alienação na organização do espaço urbano e na manutenção da ordem social. Como dispositivos disciplinares, o urbanismo e a psiquiatria servem para a docilização dos corpos e para as práticas de controle ao corpo útil, cúmplice, acomodado, consumidor. Essa biopolítica da população, apresentada por Foucault como exercício de poder, se ocupa de conhecer, regular e controlar todas as condições de vida que possam variar. Como um mecanismo de vigilância e controle, categoriza a população e a organiza sobre o espaço: dentro ou fora do panóptico³, no centro ou na periferia das cidades. O território denota uma noção de vida e política, uma relação de poder (FOUCAULT, 1979).

A noção de território apresentada transgride o senso comum de uma delimitação geográfica, de um objeto estático. O território envolve as práticas disciplinares evidenciadas por Foucault, a sociedade do controle vista por Deleuze, sendo capturado mais recentemente também pelas questões do consumo. O território não é um dado estático ou um ator pacífico, ante a

³ “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 1987, p. 225).

produção de uma homogeneidade capitalista, que impõem uma equivalência generalizada dos valores e comportamentos. Há uma produção de diferença, de heterogeneidades, que escapa no âmbito da vida cotidiana, da instauração de um processo contínuo de produção singular da existência (LIMA; YASUI, 2014). Ir ao encontro do território de um devir menor requer estar atento aos processos de subjetivação, aos modos de organização, de articulação, de resistência e de sobrevivência das vidas que pertencem ao território, se apropriam dele, criam-no e reinventam-no diariamente.

O território da cidade pequena pode ser visto como um ritmo, que nunca tem o mesmo plano que o ritmado. Segundo Deleuze e Guattari (1997), o *ritornelo* é um conteúdo propriamente musical. O ritmo pode ser percebido pela ação que se faz entre meios da coordenação de espaços-tempos heterogêneos, em um compasso desigual ou incomensurável, sempre em transcodificação. A diferença é rítmica, ao contrário da repetição, que não é. O ritmo se produz não pela simples soma, mas através da constituição de um novo plano, como de uma mais-valia.

Em busca desse plano de mais-valia, observa-se o roteiro metodológico da Rede de Pesquisadores das Cidades Médias (ReCiMe) para a apreensão do processo de produção do espaço urbano em cidades médias e pequenas da Bahia. Esse roteiro se baseia no estudo concomitante dos planos: (i) econômico, que envolve os aspectos da produção, circulação, distribuição, serviços, bens

públicos e consumo; (ii) morfológico, que tem em conta as novas formas de ocupação do solo, expansão urbana, adensamento e vias; (iii) político, que inclui a representação dos partidos, participação popular e gestão; e (iv) cotidiano, que abarca os usos e restrições dos espaços, a relação ruralidade-urbanidade e a individualização em contraposição à sociabilidade. Apesar da diferenciação, os planos são propostos de modo conjunto nesse processo metodológico, não buscam fomentar a dicotomia entre o urbano e o rural (BAUMGARTNER, 2015).

A presente pesquisa cartográfica, em busca da construção de um novo plano de mais-valia, propõe o estudo das cidades pequenas como território do devir menor no tempo da contemporaneidade. Isso é feito a partir dos encontros experienciados em três cidades que compõem a microrregião de Pelotas: Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu. Para tal, a pesquisa decorre mais sobre o plano do cotidiano, sobre as práticas que não são banais ou corriqueiras, mas simbolizam rupturas e singularidades dos modos de vida. Por exemplo, o hábito de sentar em frente à casa para contemplar a paisagem do entardecer, para ver e deixar a vida passar. Esse ritmo é composto pela diferença espaço-temporal em que os modos de vida se apropriam e configuram um devir-urbano.

O devir-urbano colocado aqui não deve ser entendido como um vir a ser urbano em direção a metrópole, exemplo de força molar. O devir é uma força molecular, não provém imitar ou identificar-se com algo ou alguém, muito menos propor relações formais. O devir oferece a possibilidade de uma resistência, de

uma outra existência.

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 55).

Os planos de economia e política, embora não sejam aprofundados nesta pesquisa, aparecem incorporadas aos estudos do cotidiano, especificamente nos desejos da cidade grande acionados às cidades pequenas. Essa proximidade ou aproximação deverá ser inteiramente particular, de modo que não reproduza analogias, mas zonas de vizinhança, de copresença de territórios fronteiriços.

Ainda sobre os planos propostos nos estudos de Baumgartner (2015), o plano morfológico apresenta-se, nesta pesquisa, como um aditivo que impulsiona o encontro com as diferenças e as singularidades das cidades de estudo. Mostra-se como um palimpsesto⁴, onde a paisagem urbana é escrita e

⁴ “O palimpsesto é uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. Palavra grega surgida no século V a.c., depois da adoção do pergaminho para o uso da escrita, palimpsesto veio a significar um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto” (PESAVENTO, 2004, p.26). “O palimpsesto da memória é indestrutível, sendo sempre

reescrita, processo que compõe as heranças culturais e históricas, que são de grande valor para a apreensão das origens e dinâmicas das cidades. Sim, as pequenas cidades também possuem suas dinâmicas, mesmo que em ritmos diferentes das demais.

As cidades pequenas, quanto às questões morfológicas, são comumente associadas à falta de centralidade regional e à restrição de acessos, sendo esses geralmente dados por uma única rodovia ao longo da qual a cidade se desenvolve. A seguinte descrição de Angela Endlich sobre as cidades pequenas da região nordeste do Paraná pode ser facilmente aplicada ao estudo morfológico de muitas cidades pequenas:

A presença das pequenas cidades pode ser facilmente comprovada ao se percorrer a região. A cada dez, vinte ou trinta quilômetros encontra-se um pequeno centro urbano, silencioso, aparentemente pacato, quase todos bem arborizados. Os menores possuem, em geral, uma longa avenida (muitas vezes a própria rodovia), em torno da qual as ruas se prolongam por dois ou três quarteirões, de um lado e de outro, avistando-se facilmente o limite entre as áreas consideradas como urbana e rural (ENDLICH, 2006, p.54).

Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu se configuram ao logo das suas

possível resgatar, pela evocação, experiências e sensações adormecidas” (PESAVENTO, 2004, 2004, p.27).

principais rodovias, de forma longitudinal, acompanhando os principais fluxos de passagem. Em Arroio do Padre, a rodovia principal transforma-se em rua. Em seguida a rua se bifurca. Um de seus lados torna-se avenida, marcando um trecho de centralidade em meio à extensão da cidade, composta por seis pequenos núcleos que decorrem exclusivamente dos dois lados da via. Em Morro Redondo, uma antiga rodovia deu origem à avenida principal. Ao longo dela, a cidade se conforma somando algumas ruas paralelas e perpendiculares. Essa avenida divide a herança histórica e cultural em dois núcleos, “morro de cima” e “morro de baixo”, nomeados de acordo com a sua topografia. Em Turuçu a avenida acontece paralelamente a rodovia, acompanhando longitudinalmente grande parte da extensão que passa pelo município, a rodovia não atravessa a cidade, apenas tangencia o centro urbano que se conforma de um só lado da via.

A lógica de uma cidade estirada, que se desenvolve longitudinalmente seguindo o sentido das rodovias de acesso, está em oposição à densidade e compacidade de uma cidade radioconcêntrica. Encontra-se também à margem da intenção de disposição, controle e ordem de uma cidade modernista. Essa conformação estirada hospeda vínculos da estreita relação entre o caminho e a cidade, entre a estrada e a urbanização. Segundo Francesco Careri (2013), o caminho constitui os territórios desde Caim e Abel, desde o tempo dos pastores e dos nômades. Fruto do descolamento dos animais, dos homens, das

caravanas, das tropas, o caminho conduz de um ponto a outro. E na parada obrigatória para o repouso, o rito, o armazenamento ou o comércio, o sedentarismo se instaura, originando a cidade. A cidade linear, as aldeias-ruas, localizadas geralmente em sítios íngremes nas linhas de cumeada ou nos chatos dos vales, caracterizam tanto cidades pequenas quanto grandes metrópoles (PANERAI, 2006).

Outra referência de cidade linear, diferentemente daquela de ocupação espontânea através dos caminhos, é projeto de Arturo Soria y Mata (1844-1920). A historiografia apresenta esse projeto como uma ideologia antiurbana, proposta que decorre da necessidade de reestruturar os sistemas de infraestrutura das cidades, devido à superlotação do centro e o crescimento desordenado da periferia. O primeiro modelo da cidade linear acontece em Madri. A proposta enfatiza o projeto de um assentamento localizado próximo a uma capital, habitado por todas as classes sociais, com casas mais organizadas, mais higiênicas, onde a vida é mais agradável e tranquila (CALABI, 2012).

A cidade linear, de Arturo Soria y Mata, em busca de um equilíbrio ambiental, possibilitaria um contato direto da cidade com a paisagem natural do entorno, ou seja, uma relação campo-cidade diferente, com vantagens recíprocas para ambos (CALABI, 2012). Em correspondência com os objetivos dessa ideia, observa-se que as questões entre ambiente natural e construído não se limitam aos grandes centros. Apesar de se expressarem neles com maior

intensidade, tais questões também ocorrem nas cidades de pequeno porte. Destaca-se que os problemas ambientais urbanos são, antes de tudo, questões que estão na gênese da sociedade capitalista (SOARES; MELO, 2010).

As pequenas cidades, vistas como territórios de um devir-urbano, apresentam expressivas relações da fronteira entre a cidade e o campo. As forças dominantes da urbanização chegam à cidade pequena e não encontram um vazio. Elas entram em contato com os modos de vida que sobrevivem e resistem em um *continuum* movimento do *ritornelo*. Esses modos diante de uma força molar, como a urbanização em torno das rodovias, *desterritorializam*, colocam o indivíduo no imediato-político, provocam agenciamentos coletivos de enunciação e, assim, acarretam um devir menor: criam, recriam e intervêm nas estruturas dominantes, configurando uma cidade singular desde a sua escritura no ambiente.

2.2. “Literatura menor” | *Desterritorialização*

Não sendo uma noção somente geográfica, mas antes uma noção de poder, o território designa as relações de forças e de resistências, molares ao mesmo tempo que moleculares, que permeiam um determinado bloco de espaço e tempo. As relações de subjetividades que constituem o território são matéria-prima para qualquer produção. Contudo, o que é produzido em uma sociedade tem sentido para determinado sujeito e para a sua cultura, enquanto em outro contexto é apenas um objeto estranho (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Em razão de que só a expressão oferece os procedimentos, Franz Kafka⁵ não coloca a expressão de maneira abstrata e universal, mas em relação com as literaturas ditas menores. Uma “literatura menor” é mais apta a trabalhar a matéria. A memória de uma pequena nação, por exemplo, não é mais curta que a de uma grande, portanto ela trabalha muito mais a fundo o material existente (DELEUZE; GUATTARI, 2014). A máquina de expressão – não em comparação, mas na diferença em si – cria, recria e intervém nas estruturas ditas consolidadas e postas de forma hierárquica. Assim, o sentido de cidade e o sentido de campo dançam na corda bamba.

⁵ Escritor de romances e contos, entre eles: A metamorfose; O Processo; O Castelo, A toca. Fluente em tcheco e alemão, esta última sua língua materna (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

Uma “literatura menor” não é a de uma língua menor, mas antes a literatura que uma língua minorizada faz em uma língua maior – assim como o alemão de Praga, ou seja, a literatura judia em Praga é uma língua *desterritorializada*, própria a usos menores. “A impossibilidade de escrever de outro modo que não em alemão é para os judeus de Praga o sentimento de uma irredutível distância com a territorialidade primitiva tcheca”. Essa condição, que também provoca a *desterritorialização* da população alemã devido à impossibilidade de escrever em alemão pelas massas e à opressão de uma minoria, torna essa uma linguagem de artifício. Outro exemplo corresponde ao que os negros podem fazer com o inglês norte-americano (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 36).

As cidades pequenas, na fronteira entre o campo e a cidade, geralmente são tratadas enquanto cidades, na generalização das metrópoles. Embora sejam a maioria, como dito anteriormente, pois representam mais de 70% dos municípios brasileiros, as cidades pequenas são marginalizadas devido à invisibilidade dos discursos homogêneos da urbanização. Também são apresentadas em uma condição social, cultural e política inferior, sob a óptica do capital, por causa da repulsa à cidade que ainda não se desenvolveu. Chegam ainda a ser tratadas como estagnadas, sob o ponto de vista utópico, como lugar ideal apenas para as crianças crescerem e para envelhecer. Nesse contexto, esta pesquisa se coloca à espreita das questões enunciadas no conceito de

“literatura menor”, a fim de cartografar as diferenças produzidas pelos processos *continuum* das subjetividades, no *ritornelo* das cidades pequenas.

Assim como a literatura, a arquitetura também se expressa por uma determinada linguagem. As escolas e os estudos sobre arquitetura, que geralmente incluem as questões do paisagismo e do urbanismo, estão localizadas e pensadas nas e para as grandes cidades. Esta pesquisa atenta para as linguagens expressas na ambiência das cidades pequenas, através dos elementos que compõem uma arquitetura e assim a paisagem de um devir-urbano. Pensando no produto enquanto processo e não ponto final, como a subjetividade atua diante de artifícios estranhos – por exemplo, o alemão na literatura judia – e cria outros artifícios que também passam a compor e constituir o território – assim como o alemão de praga? Em busca de um encontro com esses processos, faz-se necessária uma revisão mais aprofundada a respeito do conceito de “literatura menor”.

A primeira característica da “literatura menor” é um forte coeficiente de *desterritorialização* (DELEUZE; GUATTARI, 2014). A partir de Deleuze e Guattari (1997), é possível pensar os conceitos de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização* como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas. O território está em constante transformação, como expresso nesse movimento do *ritornelo*. As multiterritorialidades, acerca da atualidade, onde é possível habitar diversas

idades ao longo da vida, seja pelas mudanças em busca de estudo e trabalho ou através de viagens, expõem que a referência de cada um se dá pelos territórios percorridos. Cada indivíduo se constitui de muitos outros, na constante ação de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização*.

O território pode ser marcado por uma dimensão, que não é uma medida, mas sim um ritmo. Nesse sentido, o território é produto de uma *territorialização* dos meios e dos ritmos, visto que a *territorialização* se constitui no ato em que o ritmo se torna expressivo, isto é, quando os componentes de meios se tornam qualitativos. O território se constitui em uma margem de descodificação que afeta o meio. Essa margem de *desterritorialização* afeta o próprio território por uma série de desengates, de rupturas, que não desmontam o território por completo, mas o colocam em movimento. Não há território sem um vetor de fuga do território e não há fuga do território, ou seja, *desterritorialização*, sem que ao mesmo tempo, haja um esforço para se *reterritorializar* em outra parte (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

A ligação do indivíduo no imediato-político, segunda característica da “literatura menor”, revela que o espaço exíguo faz com que cada caso individual se torne mais necessário e indispensável, aumentando ao microscópio. Tudo tem significado político. Nesse sentido, o triângulo edipiano – pai, mãe e filho – se conecta a outros triângulos – comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos – e determinam que os valores sejam políticos. Entre os objetivos da literatura

menor, Kafka indica “a depuração do conflito que opõe pais e filhos e a possibilidade de discuti-lo, não se trata de um fantasma edipiano, mas de um programa político” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p.36).

A palavra política tem origem na organização das cidades-estados dos gregos, denominadas *pólis*, e é derivada das palavras *politiké*, que corresponde à política em geral, e *politikós*, que remete aos cidadãos. O significado de política designa várias ocorrências, dentre elas: a doutrina do direito e da moral, exposto em *Ética* de Aristóteles; a teoria do Estado, exposta em *Política* de Aristóteles; a arte ou ciência do governo, conceito de Platão em *Político*; e o estudo dos comportamentos intersubjetivos, a partir de Comte em *Sistema de política positivista* (ABBAGNANO, 2007, p.784-785).

Sobretudo a política urbana apresenta uma relação de poder e, conseqüentemente, de conflito, que determina quais investimentos serão feitos, assim como onde e de que forma a cidade se desenvolverá. Essa determinação se dá a partir de acordos entre empresas, partidos e governos, geralmente deixando a vontade ou a real necessidade da população aquém dessas decisões (ROLNIK, 2015). No entanto, observa-se que nas cidades pequenas as relações políticas guardam especificidades. Os vínculos e o estreitamento das relações acarretam relações de pessoalidade e ideologia unionista, distintas da pauta do individualismo. Nesse contexto, em que a cena social está marcada por relações de solidariedade e reciprocidade, por vezes obrigatórias, torna-se mais difícil

conectar a política a demandas conflituosas, a espaços de embate do poder. Apesar disso, os conflitos aparecem contidos na paisagem das cidades pequenas, pois as peculiaridades desdobradas pelas relações sociais são materializadas no espaço produzido (ENDLICH, 2006).

Tais produções políticas também podem ser observadas através das questões micropolíticas, ou seja, de uma analítica das formações do desejo no campo social, apresentada na obra *Micropolítica: Cartografias do desejo* de Félix Guattari e Suely Rolnik (1986). A micropolítica diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas, denominadas pelos autores de molar, com o que eles chamaram de molecular. A questão micropolítica para as cidades pequenas refere-se a como elas reproduzem, ou não, os modos de subjetividade dominante. A micropolítica é processual, permite construir novos modos de subjetividade. Ela não se encontra no ensino hegemônico, mas no aprendizado das singularidades, segundo os autores:

A garantia de uma micropolítica processual só pode – e deve – ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis. Invenção que permita, ao mesmo tempo, elucidar um campo de subjetivação e intervir efetivamente nesse campo, tanto em seu interior como em suas relações com o exterior. Para o profissional do social, tudo dependerá de sua capacidade de se articular com os agenciamentos de enunciação que assumam sua responsabilidade no plano micropolítico

(GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 30).

A terceira característica da “literatura menor” assume um valor coletivo. Não há sujeito, há agenciamentos coletivos de enunciação que correspondem a tetra-valência entre território, *desterritório*, forma de expressão e forma de conteúdo. A literatura produz uma solidariedade ativa, a situação de o escritor estar à margem o coloca ainda mais em condição de exprimir outra comunidade potencial, de forjar os meios de outra consciência e de outra sensibilidade. A máquina literária toma o lugar de uma máquina revolucionária porvir. A literatura é a tarefa do povo. “Não há tão grande, nem tão revolucionário, quanto o menor” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p.37).

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.23).

Ao longo desta pesquisa, aconteceu um encontro entre os planos intensivos e extensivos que possibilitou a cartografia de uma “literatura menor”,

registrado a seguir no mapa de uma Pandora. Esse encontro ocorreu em meio a uma viagem⁶ que partiu de Pelotas rumo às cidades gêmeas Chuí - Chuy, Jaguarão - Rio Branco, Santana do Livramento - Rivera, Quaraí - Artigas, Barra do Quaraí - Bella Unión e Aceguá - Acegua, durante seis dias consecutivos, junto a um grupo de 22 pesquisadores de diversas áreas do conhecimento: arquitetura e urbanismo, artes visuais, engenharia, nutrição, geologia, sociologia, letras, música e história. Percorrendo o território da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, com o objetivo de observar também o território da fronteira entre o campo e a cidade, foi possível observar, no quarto dia de viagem, uma questão de subjetividade, uma produção singular na pequena cidade de Quaraí.

Agenciar o conceito de “literatura menor” nas cidades pequenas consiste em acompanhar os processos de resistência no cotidiano. Resignificar o individualismo naturalizado e incentivar os encontros. Possibilitar invenções microssociais, novas formas de vida, que não se referem às regras universais. A obrigatoriedade, a obediência, precisa dar espaço a outras possibilidades de existir, em uma heterogênea composição de cores, matizes, constâncias, velocidades e perspectivas diante do domínio de um território, de uma unidade pulsante e avessa a nivelamentos.

⁶ Projeto “O Para-formal na fronteira Brasil-Uruguay: controvérsias e mediações no espaço público”, financiado pelo Edital Universal CNPQ. Mais informações: <http://www.paraformalnafronteira.com>

Pandora

“Quem Cultiva uma Flor Alegre o Mundo E Faz Alguém Feliz.”

Mesmo na espreita, na espera, na errância em busca de capturar algo a ser analisado, na exaltação e angústia que carrega o ato de pesquisar, posso dizer que, de súbito, fui capturada pela literatura de Dona Zilma. Sem dúvida alguma, aquela era uma literatura menor, era desterritorializante, micropolítica e um enunciado coletivo. Mas antes de tomar tal consciência, interrompida pelo instante, pela cena, sem o tempo moroso do pensar, eu já estava sentada no sofá da casa, diante da dona Zilma e de muitos outros rostos ali presentes, nos quadros da parede da sala. Entre a leitura de duas mensagens do Papa Francisco e das longas histórias sobre a formação e a atividade de cada um de seus netos, Dona Zilma me contou que aquele era o seu papel na sociedade. Naqueles dias, estava mal do joelho, impossibilitada de

sair de casa e, conseqüentemente, de exercer o seu papel. Havia contratado um jardineiro, a quem pagava 80 reais. Sozinha, pois os demais vizinhos não colaboraram. Pausa para ver uma foto. Nela, o jardim da sua primeira casa. Agora morando numa casa sem jardim frontal, Dona Zilma carregava consigo mais do que a foto, guardava no seu íntimo, um modo de subjetividade, formado por muitos outros territórios, familiares, amigos. Entre distintos afetos e habilidades, ela resguardava a sua singularidade na prática de cultivar uma flor. Dona Zilma seguiu falando, crédula da importância de cada um fazer um pouquinho daquilo que sabe para fazer desta uma sociedade melhor. Modesta diante da máxima de que saber é poder. Pausa para ver a matéria do jornal sobre o seu cuidado com o canteiro, a rua e a cidade. Ela estava orgulhosa de seu reconhecimento. Soou a campainha. Fiquei ciente do motivo da minha calorosa acolhida. As perguntas já haviam sido feitas. Eu estava ali só escutando, até que a visita que

Dona Zilma realmente estava esperando chegasse: um repórter para fazer uma entrevista para o jornal. Grata pela intensidade, repelida, assim como capturada, de repente, me despedi, sensibilizada pelas marcas que a partir de então carregaria em mim.



Figura 6 – Quarai/RS. Fonte: autora, 2016.

2.3. Desejos das cidades pequenas | *Reterritorialização*

*Ou se tem chuva e não se tem sol,
ou se tem sol e não se tem chuva!*

*Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!*

*Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.*

*É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!*

*Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e gasto o dinheiro.*

*Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!*

*Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranqüilo.*

*Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.*

Cecília Meireles

Escolher isto ou aquilo, ou aquilo a isto, é uma prática que faz parte do nosso cotidiano. Como discorre Cecília Meireles (2012) no poema, ou se tem isto

ou se tem aquilo. No entanto, o desejo que impulsiona à escolha, implícita ou explicitamente, acolhe o outro que não foi escolhido, como um referencial, que parece ser simplesmente o oposto, mas na verdade está inserido na sua própria concepção, impregnado no ato da comparação. Só se deseja o sol diante da chuva e vice-versa. E a impossibilidade de estar em dois lugares ao mesmo tempo tem sido desafiada pela cidade contemporânea, que deseja encontrar no caos uma ordem.

No movimento do *ritornelo* – *territorialização, desterritorialização, reterritorialização* – foram capturadas forças que marcaram a necessidade do agenciamento do conceito de desejo nesta pesquisa. Em outubro de 2016, durante a campanha política para as eleições municipais, foi possível observar discursos que remetiam a características das cidades pequenas pretendidas pelas cidades grandes, e da mesma forma, características das cidades grandes pretendidas pelas cidades pequenas. Os candidatos das metrópoles prometiam uma cidade mais tranquila e segura, um ambiente de vizinhança, típico das cidades pequenas. O discurso dos candidatos das pequenas cidades tangenciava promessas referentes à urbanização, especialmente a pavimentação de asfalto.

O desejo da cidade grande e o desejo da cidade pequena vistos pelo conceito nietzschiano de “eterno retorno”, continuado por Deleuze na obra *Diferença e Repetição* (1988), são faces da mesma moeda. Como uma chave

para ultrapassar certos antagonismos e atingir relações de complementariedade e sobreposição, Clarissa da Costa Moreira (2004) mostra que, na cidade contemporânea, o desejo da tabula rasa contém em si também o desejo de preservação. É inegável que existe um desejo da cidade grande no desejo da cidade pequena, através de símbolos do desenvolvimento. A população deseja o shopping e o asfalto. Também existe um desejo da cidade pequena no desejo da cidade grande, que é exaltado pelas condições de segurança, tranquilidade e qualidade de vida.

Reconhecer esse território do desejo levou imediatamente a uma *desterritorialização* dos estudos a respeito das cidades pequenas, pois com o enfoque sobre as proposições em arquitetura e urbanismo, esta pesquisa inicialmente apresentava, e provavelmente continue apresentando, muitos desejos para as cidades pequenas. Contudo, mostra-se indispensável deixar de romancear sobre o imaginário bucólico dessas cidades, para dar passagem também a outros desejos, desejos daqueles que as experienciam e configuram, sem fantasiar, poupar ou omitir.

Em busca de uma *reterritorialização*, ante as interpretações nostálgicas, busca-se evidenciar as apresentações, e não as representações. Ao invés de fixar-se no todo, observa-se as singularidades. A fim de dar atenção ao novo, à emergência, ao tempo da atualidade, confrontando algumas perspectivas banalizadas pelo senso comum, constitui-se uma zona de experiência, oposta

aos modelos estruturais e gerativos.

Essa zona de experiência é colocada em um plano comum, um plano teórico, que captura o conceito de desejo pela filosofia da diferença, apresentado na obra *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010), na obra *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*, de Suely Rolnik (2006), e na entrevista *O Abecedário de Gilles Deleuze*, de Gilles Deleuze e Claire Parnet (1997). Esse plano entrelaça o conceito de desejo aos estudos dos aspectos sociais e políticos das pequenas cidades, apresentados na obra *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná*, de Angela Maria Endlich (2006). Esse entrelaçamento ocorre no tempo da contemporaneidade, a partir das obras *Sistemas arquitetônicos contemporâneos*, de Josep Maria Montaner (2009), *O que é contemporâneo? E outros ensaios*, de Giorgio Agamben (2009), e do texto *Novas figuras do caos mutações da subjetividade contemporânea*, de Suely Rolnik (1999).

O conceito de sistema aplicado por Montaner (2009) nos estudos da arquitetura contemporânea se opõe ao reducionismo e mecanismo, aproximando-se das ideias de complexidade e de rede. Com reverência à capacidade de estruturar-se e, ao mesmo tempo, interagir com o seu contexto, a definição de sistema descrita pelo mesmo autor corresponde a:

Um conjunto de elementos heterogêneos (materiais ou não), em distintas escalas, relacionados entre si, como uma organização interna que tenta estrategicamente adaptar-se à complexidade do contexto, constituindo um todo que não é explicável pela mera soma de suas partes. Cada parte do sistema está em função de outra; não há elementos isolados (MONTANER, 2009, p. 11).

A análise dos sistemas em arquitetura e urbanismo (por exemplo, os sistemas do tipo funcional, espacial, construtivo, formal e simbólico) refere-se à escala que vai da arquitetura às morfologias urbanas. As fronteiras entre a arquitetura e o urbanismo são dissolvidas. Assim, o sistema pode ser entendido como uma resposta à consciência da total inter-relação em que se baseia a ecologia. As teorias que enfatizam essas relações são incorporadas através dos conceitos de interseções, campus, *ecotopos*, amálgamas, *cluster*, *mat-buildings*, fragmentos, rizomas, redes e nós (MONTANER, 2009).

Em consonância com o conceito de sistema, esta pesquisa cartográfica dissolve os limites entre campo e cidade, reconhecendo essa fronteira como uma superfície de contato, uma zona propícia ao encontro de elementos heterogêneos que compõem um ecossistema. Impulsionada pelo conceito de rizoma, a investigação busca agenciar o desejo das cidades pequenas na contemporaneidade. “Porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz” (DELEUZE E GUATTARI, 1995a, p.45). Em oposição ao contrassenso do pensamento do desejo como espontaneidade ou festa, e em desacordo com

a interpretação da psicanálise, Deleuze e Guattari (2010) propõem através do “anti-édipo” uma teoria diferente para o entendimento do conceito de desejo.

Na entrevista *O Abecedário de Gilles Deleuze*, a letra D anuncia o conceito de desejo. Deleuze afirma que nunca se deseja algo isolado; deseja-se bem mais. Também não se deseja um conjunto; deseja-se em um conjunto. Em continuidade, fala que o questionamento colocado com o “anti-édipo” consiste em perguntar: “qual a natureza das relações entre elementos para que haja desejo, para que eles se tornem desejáveis?” Esse questionamento se deve a que o desejo decorre em um contexto de vida onde o sujeito organiza o desejo em relação não apenas com a paisagem em que está inserido, mas com as pessoas com quem se envolve e com as atividades que desenvolve. Sempre se deseja um todo; não apenas algo ou alguém (DELEUZE; PARNET, 1997, p. 17-24).

Seguindo as falas da entrevista, nota-se que o ato de desejar requer construir um conjunto, fazer um agenciamento. O desejo visto como construtivismo está associado a três noções do “anti-édipo”: (i) as multiplicidades do inconsciente; (ii) o delírio como delírio-mundo, e não exclusivamente o delírio-família; (iii) o inconsciente como máquina, como fábrica de criação avessa à cenografia passível de reprodução. Para que um desejo aconteça é necessária ainda uma diferença de potencial, uma hostilidade, uma reação contra as concepções dominantes. Em suma, é preciso romper a imagem ou imaginário

de uma cidade pequena para provocar a potência de um devir-urbano.

O desejo é revolucionário, sempre requer mais conexões e mais agenciamentos. Segundo Suely Rolnik (2006), a ética do cartógrafo é concebida pela análise do desejo, ou seja, pela análise das linhas de fuga, do que foge à regra, evocando uma sensibilidade à *desterritorialização*, que confronta a realidade e cria outras possibilidades. Isso porque é possível falar dos desejos de uma cidade pequena, dos desejos de um sujeito que é coletivo, que se subjetiva e é subjetivado, dos desejos presentes nos outros modos de vida possíveis nesse urbano diferente, nesse *ritornelo*.

Faz-se necessário constituir uma teoria da subjetividade que comporte tais singularidades e sua potência de transfiguração. Isso implica deslocar-se radicalmente de um modelo identitário e representacional, que busca o equilíbrio e que, para obtê-lo, despreza as singularidades. Trata-se de apreender a subjetividade em sua dupla face: por um lado, a sedimentação estrutural e, por outro, a agitação caótica propulsora de devires, através dos quais outros e estranhos eus se perfilam, com outros contornos, outras linguagens, outras estruturas, outros territórios (ROLNIK, 1999, p. 210).

Em busca de desvelar vínculos e valores que compõem as cidades pequenas, a geógrafa Angela Maria Endlich (2006) apresenta reflexões baseadas em dois pontos principais: o ritmo e a sociabilidade nas cidades

pequenas, sendo outros assuntos decorrentes dos desdobramentos desses. O urbano marca um ritmo, não só uma frequência, mas um modo de viver e pensar a cidade. Atributos como a tranquilidade e a facilidade de locomoção são retratados nas cidades pequenas, através, por exemplo, da máxima de sentar na calçada e ver a vida passar, e pela caminhabilidade, fruto das proximidades dos deslocamentos necessários. Essas percepções de calma e acessibilidade, assim como o desejo, não acontecem de forma isolada. Elas decorrem de uma apreciação comparada a outros ritmos, marcados por outros cotidianos, ritmos regulados muitas vezes pela sofreguidão diante da intensidade e dos excessos das grandes cidades. Isso torna as cidades pequenas sagradas e desejadas, a partir da valorização dos seus moradores. As cidades pequenas são partes do urbano marcadas por um ritmo mais lento e humanizado.

A ideia de lentidão das cidades pequenas está anunciada como um elogio. Em oposição a circunstâncias mais comuns, que a anunciam como um adjetivo pejorativo ou, até mesmo, negativo. Por exemplo, como no *slogan* da maior cidade latino-americana: “São Paulo não pode parar”. Ultimamente a lentidão tem sido uma qualidade desejada, no que se refere à possibilidade de uma vida mais saudável. Não diz respeito à incapacidade de adotar um ritmo mais rápido, mas sim à vontade de não precipitar o tempo e não permitir ser sobrecarregado por ele. Essa lentidão se difere do tempo dos “homens lentos”, personagem criada por Milton Santos (2013), onde a lentidão discorre sobre a condição social

e, conseqüentemente, sobre uma falta de opção, visto que essa escolha passa pelo mercado e pelo poder de consumo.

Ao mesmo tempo, o *slow* é anunciado contemporaneamente nessa sociedade marcada pelo consumo. Como estratégia, o *slow* visa construir atrativos para amparar uma dinâmica local positiva, com a proeminência de outros valores, diferentes daqueles requeridos pelas questões econômicas. No entanto, esses não estão desvencilhados, pois o discurso do *slow* pode converter-se em atributo luxuoso empregado pelo *marketing* ou pelo turismo (ENDLICH, 2006).

Todas essas referências trazem a questão do ritmo como algo opcional. Os motivos do otimismo podem ser entendidos, pois parece haver uma retomada dos valores humanos. Advogar a desaceleração é uma forma de reclamar maior humanização nas relações, o que é um sinal positivo. Não raramente, porém, esses discursos tornam-se elitizados, perdendo o viés de crítica, misturando-se a posturas mais comprometidas ao conservadorismo social que a perspectivas de superação de velhos embates (ENDLICH, 2006, p. 293).

O ritmo da vida urbana, independentemente do porte da cidade, passa pela questão social. A frequência e a qualidade do tempo na sociedade capitalista são mensuradas pelos afazeres. Sendo assim, a lentidão decorre de uma decisão *top-down* que advém de quem domina as forças de trabalho. Para

os demais, o ritmo é imposto pelas horas de dedicação ao trabalho. Contudo, nas cidades pequenas, o tempo restante, o tempo do ócio, pode ser usufruído com maior amplitude e tranquilidade, pois a valorização desse atributo no cotidiano dos territórios de um devir menor advém menos da capacidade de consumo e mais das simples práticas de sociabilidade (ENDLICH, 2006).

A afetividade e o apreço pelas relações familiares e de amizade fomentadas pela proximidade física e social, assim como as relações de enraizamento com a casa e com os eventos locais, proporcionam criar laços singulares com o território das cidades pequenas, sentimentos de pertença. A partir do entendimento de que um território não é apenas um espaço decorrente de ações pragmáticas, mas contém também um aporte dos modos de vida, obra das relações de subjetividade marcadas pelos *afectos* e *perceptos*, Endlich (2006) valida que é imprescindível pensar os papéis das cidades pequenas para além da vida econômica.

A vivência humana pode ser mais agradável nas cidades pequenas, visto que geralmente todos se conhecem, o que torna mais fácil o estabelecimento de redes de apoio mútuo. “A fórmula é simples: todos ajudam, todos confiam, todos vigiam” (ENDLICH, 2006, p. 298). Mas há também um revés nessa condição, anunciado no título da obra de Foucault *Vigiar e Punir* (1987), que se baseia no controle social, ocasionando o conservadorismo e a presença da moral. O anonimato da vida urbana nas metrópoles permite maior liberdade de expressão,

porém não chega a eliminar o controle, apenas o dissimula.

Ainda sob uma ótica otimista e, seguindo a lógica das relações de natureza comunitária, a sociabilidade tende a minimizar os conflitos de classe. Esse fator remete diretamente a outra qualidade valorizada pela população das cidades pequenas: a segurança. Também de cunho comparativo, esse atributo é constantemente exaltado pela mídia, ainda que as cidades pequenas apresentem problemas em relação à falta de segurança. Isso enfatiza as constantes transformações desses territórios, a partir de capturas e reproduções dos centros maiores, nem sempre em prol de benefícios (ENDLICH, 2006).

Apesar disso, as cidades pequenas não correspondem a miniaturas das cidades grandes, mas sim a um urbano expresso por manifestações específicas de um cotidiano que resiste, se apropria e reinventa certos padrões. No entanto, as análises das cidades pequenas são imbuídas de um referencial comparativo, por exemplo, dos parâmetros de outras formas de vida urbana que estão vinculadas às cidades maiores. Deve-se levar em conta que as experiências vividas em outras cidades, usualmente em busca de serviços de saúde e educação, ou até mesmo através da mídia, têm uma abordagem basicamente metropolitana, assim como a ciência, a política, a literatura, a arquitetura e o urbanismo (ENDLICH, 2006).

A fundamentação teórica com o objetivo de criar um *ritornelo* de um devir menor ocasiona inúmeras outras inquietações aos problemas inicialmente

colocados nesta pesquisa: **Como se configuram os modos de vida no espaço público da cidade pequena? Como os desejos em arquitetura e urbanismo produzidos na cidade grande vêm sendo capturados pela cidade pequena e vice-versa?** Tais questões potencializam uma relação singular não só com o espaço, mas também com o tempo. Portanto, a fim de perseguir o ritmo de um devir-urbano, de averiguar seus processos, surgem outros questionamentos: **Como sobrevive a coexistência dos desejos das cidades pequenas e das cidades grandes? Como o papel do arquiteto e urbanista pode intervir para que os desejos continuem a produzir territórios diferentes? Como poderia ser combatida a mera reprodução de simulacros, ou ainda de hegemonia das abordagens?**

Uma possibilidade para seguir esta pesquisa, diante de tantas inquietações colocadas, é obtida através de mais questionamentos, no que diz respeito à contemporaneidade. Afinal, de quem somos contemporâneos? O que significa ser contemporâneo? A partir dessas questões, Giorgio Agamben (2009) sugere um caminho onde é essencial ser contemporâneo às obras e aos autores estudados, não importando se eles distam muitos anos ou são recentíssimos. Essa pista foi recorrente ao longo desta pesquisa, já que ela ressuscitou grandes autores, que foram articulados com alguns mais recentes. Cada um, de um tempo e um espaço determinados, contribui na composição desse plano teórico *rizomático* que busca ser contemporâneo.

Ainda sobre algumas pistas do contemporâneo, o autor discorre sobre três definições que avaliam a contemporaneidade como intempestiva, obscura e arcaica. “O contemporâneo é intempestivo”. Essa primeira definição é apreendida da obra de Nietzsche, especialmente de *O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo* (1992), que situa a sua exigência de atualidade. O filósofo se apropria do conhecimento dos antigos, registrados na mitologia grega, através de uma desconexão e dissociação a fim de compreender um mal, um inconveniente, um defeito do qual a sua época justamente se orgulha. A contemporaneidade sugere uma relação com o próprio tempo. Através de uma dissociação e um anacronismo, é possível aderir a ele e, ao mesmo tempo, se distanciar dele para poder vê-lo. A intempestividade é algo que urge no tempo cronológico e o transforma. É essa urgência que permite apreender o tempo na expressão de um já, que remete a muito cedo, e também na expressão de um ainda não, ou seja, de um muito tarde (AGAMBEN, 2009, p.58).

“Contemporâneo é aquele que mantém um olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro”. A segunda definição propõe experimentar o obscuro, não de forma inerte ou passiva. Implica na habilidade de neutralizar as luzes que provêm da atualidade para descobrir as trevas. Não separado das luzes, ou sendo cegado por elas, o contemporâneo dirige-se singularmente ao escuro. Pesquisar na contemporaneidade é um ato de coragem, é preciso manter fixo o olhar no escuro da atualidade, e através dele perceber uma luz que

sincronicamente dirige-se ao pesquisador e dele se distancia infinitamente (AGAMBEN, 2009, p.62).

“A contemporaneidade se escreve no presente assinalando-o antes de tudo como arcaico”. O presente divide o tempo em um segundo. O contemporâneo institui outros tempos, com o passado e também com o futuro. Arcaico significa próximo da origem, mas a origem não está situada apenas em um passado cronológico, é um vir a ser histórico que não se interrompe, opera como um embrião que segue a agir ao longo da vida. O tempo é cronologicamente indeterminado e tem a capacidade singular de colocar-se em relação consigo mesmo. O tempo dividido e interpolado pode se transformar em relação com outros tempos, sendo capaz de ler de modo inédito a história e de citá-la segundo uma necessidade (AGAMBEN, 2009, p.69).

Há, sem dúvida, uma escolha a ser feita, mas ela não se faz em função de uma suposta verdade; as escolhas são múltiplas e se fazem em função do que é melhor para a expansão da vida, assumindo-se sempre o risco do engano (ROLNIK, 1999, p. 2012-2013).

Ou isto ou aquilo, o universo do pesquisador é um universo de possibilidades. É preciso marcar os objetivos para não se esquecer deles, do mesmo modo que é preciso reconstruí-los a cada encontro. Nesse plano de multiplicidades do contemporâneo, do desejo, das forças em movimento, do

ritornelo, busca-se cartografar o território de um devir menor, à espreita das “literaturas menores” reveladas por experiências efêmeras, obscuras e arcaicas, geridas pela subjetividade.

As experiências cartografadas nesta pesquisa buscaram fazer emergir um processo de conhecimento sobre as cidades pequenas. Segundo os estudos de Giambattista Vico (SOUZA, 2007), verifica-se que, no ser humano, esse processo decorre como um ciclo, não podendo ser explicado simplesmente pela geometria. Ainda assim, é possível traçar, com ressalvas, uma analogia com a forma espiralada. Os ciclos se repetem, mas nunca são exatamente como os anteriores. Cada nova sucessão carrega um pouco da anterior. A etapa da vida sensitiva, quando se sente sem perceber; é seguida pela vida da fantasia, etapa em que se percebe com espírito comovido e perturbado. Finalmente vem a etapa de reflexão com a mente pura, quando é possível raciocinar e chegar ao estágio superior (VICO, 1979). Assim, o ciclo da espiral se encerra como um ato valoroso, mas também violento, pois impulsiona em parte sua destruição.

A produção de conhecimento, segundo as teorias da filosofia da diferença, indica uma ruptura epistemológica na sua concepção rizomática, levando não a uma evolução continuada, mas sim à fragmentação. Para além dos resultados mesuráveis, palpáveis ou visíveis, a mais-valia desta pesquisa está no conhecimento que acessa as multiplicidades. O ciclo espiralado do conhecimento de Vico, assim como o Labirinto do Minotauro, propõe uma saída, ou seja, uma ruptura, um ato heroico e bárbaro. Graças ao Fio de Ariadne, Teseu, o rei de Atenas, conseguiu voltar a luz depois de enfrentar o monstro nas profundezas do labirinto (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009). Figurado nesta

escrita, o Fio de Ariadne simboliza o compartilhamento do conhecimento a partir da cartografia dos territórios experienciados.

Expresso pelo movimento do *ritornelo*, a cartografia dos territórios de um devir menor deseja uma *territorialização*, obtida através das informações sobre o histórico, a morfologia, o topônimo, a demografia e a legislação da cidade, que constituem os planos extensivos, metaforicamente a **bagagem**. Ao mesmo tempo, deseja uma *desterritorialização*, estimulada pelo deslocamento físico da viagem, que propicia a experiência corporal em meio ao território e estabelece os planos intensivos, expressos através das narrativas de um típico **diário de bordo** junto às **coletâneas** que capturam os trajetos e as cenas. O terceiro movimento deseja uma *reterritorialização*, um produto cartográfico, um **mapa**.

Do desejo de expor uma experiência estética, capturada nos encontros dos planos extensivos e intensivos, surgem os mapas, com alusão aos mitos. Esses mapas, narrados em uma linguagem mais livre e impregnados de símbolos, sinalizam outra possibilidade para representação das cidades. Eles foram inspirados no método do viajante Marco Polo ao descrever as cidades que conhecia para o Rei Kublai Khan⁷. Em razão de que só a expressão, em relação com as literaturas ditas menores, gera o procedimento⁸ para a criação dos mapas foram realizados agenciamentos com a mitologia grega.

⁷ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁸ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

O encontro com a mitologia deu-se na leitura das obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010), que anunciam, entre outros, o marcante mito do Édipo. Os estudos decorrentes foram impulsionados especialmente pelas interpretações filológicas de Giambattista Vico (1979) apresentadas em *Princípios de uma ciência nova*; pelo mundo Helênico escrito por Friedrich Nietzsche (2007) em *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*; pelas anotações de Francis Bacon (2002) em *A sabedoria dos antigos*, e pelo *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2009).

Os mitos não pretendem transmitir a verdade científica, mas expressar a verdade de certas percepções. Auxiliam, assim, a revelar sentidos mais profundos, pois trazem à tona a função simbolizadora da imaginação. Os gregos sabiam que a vida era inexplicável, mesmo assim, através da mitologia, eles buscavam entender o mundo da vida humana por meio da arte. Nesse aforismo serão apresentados ainda alguns conhecimentos dos territórios: Dionísio ou Morro Redondo; Diomedes ou Arroio do Padre; Hefestos ou Turuçu; Ágora ou Pelotas.

3.1. Dionísio | Morro Redondo

"morro de cima"

"morro de baixo"



A bagagem

A cidade de Morro Redondo configura uma área urbana longilínea, devido a seu crescimento em forma contínua ao longo da via principal, a Avenida Jacarandá. Inserida no ambiente natural, a avenida apresenta grande afinidade com a topografia. Como a cumeeira de uma casa, está localizada no interflúvio das bacias hidrográficas, na linha divisora de águas, com caimento para os dois lados. Essa relação estreita desvenda, na sua morfologia, as características de uma cidade linear (PANERAI, 2006) e evidencia a analogia entre o caminho e a cidade, entre a estrada e a urbanização.

Essa relação é claramente apontada nos estudos de Alexandre Pereira Maciel (2009), quando apresenta as duas distintas fases de desenvolvimento do território de Morro Redondo. A primeira fase ocorre desde a origem do povoado até a construção da BR-392, estrada federal que passou a conectar diretamente as cidades de Pelotas e Canguçu, em 1950. Antes dessa conexão, Morro Redondo estava localizado no meio do percurso entre as duas cidades, fator que impulsionou o seu desenvolvimento em torno desse caráter de passagem, parada e repouso, e promoveu a intensificação da atividade comercial. A segunda fase corresponde ao período posterior à construção da BR-392, quando Morro Redondo deixa de ser um território de passagem e começa a fixar suas atividades na agropecuária, na indústria de laticínios e de compotas de doces, especialmente feitas a partir do pêssego produzido no município.

O território de Morro Redondo surgiu em 1885 com a fundação do povoado. Porém, há indícios de que, dez anos antes dessa data, ocorreram assentamentos de famílias italianas na localidade do Colorado, atualmente área rural do município. Seguindo a cronologia da formação desse território, Domingos José de Almeida organizou a colônia que levava seu nome, assentando famílias alemãs oriundas de São Lourenço do Sul. O plano da colônia São Domingos previa uma ocupação a partir de uma nova estrada, mas essa área acabou não se desenvolvendo, pois não estava conectada com a principal circulação de pessoas e bens existente naquele período. Em 1896, surgiu a colônia Felicidade, diferentemente do plano anterior, utilizando as estradas já existentes (MACIEL, 2009).

Ainda correspondendo à primeira fase de desenvolvimento, o povoado teve seu ápice econômico em 1920, através do comércio e da agricultura, consolidando assim a importância do município para a região. Na segunda fase, Morro Redondo perdeu a condição de passagem e de centro comercial, tornando-se distrito de Pelotas em 1965. Esse fato repercutiu em um grande período sem investimentos públicos, ocasionando o descontentamento da sua comunidade, motivo pelo qual Morro Redondo se emancipou em 12 de maio de 1988, através de um plebiscito (IBGE, 2016).

A partir de uma configuração longilínea, a cidade se organiza nos denominados “morros de baixo” e “morro de cima”. De acordo com os topônimos,

isso revela a diferença topográfica existente, ou seja, o primeiro tem cota topográfica inferior ao segundo. O Bairro Fiss, situado no “morro de baixo”, apresenta uma malha viária reticulada, diferente do resto da cidade, que tem um traçado longitudinal. Apesar dos ditos “morros de baixo e de cima” sobre os quais a cidade se desenvolve, o morro que dá nome ao município está localizado em outra área da cidade, com cota de nível ainda mais elevada. Segundo os relatos dos moradores, o morro tinha um formato uniformemente arredondado com inclinação bem acentuada (MACIEL, 2009).

Atualmente Morro Redondo tem a estimativa de uma população de 6.566 habitantes. Segundo o último censo, realizado em 2010, quando contabilizava 6.227 habitantes, 3.579 viviam em zonas consideradas rurais, ou seja, mais de 50% da sua população (IBGE, 2010, 2016). Já a outra parte da população, mesmo que vivendo em áreas urbanas, teve seus modos de vida repletos de atividades de caráter rural garantidos pela legislação municipal, através do *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico* estabelecido poucos anos após a emancipação do município. O plano foi desenvolvido a partir de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Morro Redondo e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. O processo iniciou no final da década de 80, finalizou as propostas do pré-plano em 1990 e foi posteriormente revisado, aprovado e implantado através de etapas que culminaram em um conjunto de leis até o ano de 1995.

Lei N° 171/93 – Estabelece os Gabaritos das Vias Públicas.
Lei N° 179/93 – Estabelece o Tamanho Mínimo dos Lotes e Terrenos em Área Urbana.

Lei N° 206/93 – Estabelece as Reservas Mínimas de Área e Condições para Infraestrutura Mínima dos Loteamentos e Desmembramentos.

Lei N° 208/93 – Estabelece o Zoneamento, a Classificação de Atividades e o Regime de Uso do Solo.

Lei N° 248/94 – Assegura a Preservação do Meio Ambiente e define os Espaços a serem Especialmente Protegidos.

Lei N° 264/95 – Estabelece as Disposições Iniciais de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico.

Lei N° 295/95 – Estabelece Diretrizes para a Infraestrutura em Área Urbana.

Lei N° 296/95 – Estabelece Índices Urbanísticos, o Relacionamento das Construções com o Lote e a Preservação do Patrimônio Ambiental.

Lei N° 302/95 – Altera a Lei N° 109/91 que Delimita a Zona Urbana e a Zona de Expansão Urbana⁹.

A fragmentação do plano em uma sequência de leis foi uma estratégia adotada pelos técnicos junto ao Poder Executivo, a fim de favorecer a assimilação e a aprovação por parte do Poder Legislativo. Isso ocorreu porque o plano era composto por diretrizes complexas e até então desconhecidas para

⁹ MACIEL, Alexandre Pereira. Município de Morro Redondo. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico (1990-1995). In: **Antigos Prédios e Novos Municípios: Patrimônio Arquitetônico Urbano Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu e Arroio do Padre – RS**. Pelotas: Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/1063>>. Acesso 16 em mai. 2017.

muitos¹⁰. O ônus desse processo é a dispersão desses documentos, uma vez que o acesso se torna ainda mais complexo devido à falta da digitalização das leis. Geralmente, para solicitar o plano é preciso fazer um requerimento à Prefeitura Municipal e retirar pessoalmente uma cópia em papel¹¹. No entanto, atualmente essas leis não são devidamente de domínio e uso público. Por esse motivo, os apontamentos a seguir sobre o Plano Diretor partem exclusivamente dos estudos e informações disponíveis na dissertação do arquiteto e urbanista Alexandre Pereira Maciel (2009).

O Plano Diretor indica uma área urbana restrita, delineando o perímetro da zona de expansão, sobre as áreas mais densas da cidade. Essa ação concentra os investimentos em infraestrutura e os equipamentos comunitários. Dessa forma, o Plano Diretor aponta o desenvolvimento de um território urbano mais qualificado. Somado a isso, o plano também se mostra condizente com a cidade existente de acordo com a manutenção de baixos índices urbanos, por exemplo, o índice de aproveitamento está fixado em um e a altura máxima em dois pavimentos. Além disso, o plano apresenta uma relação harmônica com as

¹⁰ Informação verbal, fornecida na entrevista com o arquiteto e urbanista de Morro Redondo (apêndice E).

¹¹ A administração atual da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Trânsito da Prefeitura Municipal não forneceu uma cópia das leis que compõem o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico de Morro Redondo. Embora não tenha uma lei que revogue as anteriores, justificaram que segundo o Estatuto da Cidade, apenas as cidades com mais de 20 mil habitantes têm Plano Diretor. Ainda de acordo com a administração as legislações referentes às questões urbanas e construtivas do município podem ser acessadas no website da prefeitura e correspondem a Lei Orgânica, Código Posturas e Código Obras.

características de uma comunidade rural, propondo um parcelamento do solo que reserva grandes proporções, possibilita o cultivo de jardins, hortas e pomares, assim como a criação de pequenos animais. O tamanho mínimo dos lotes é de doze metros de frente por quarenta metros de fundos.

Em síntese, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico de Morro Redondo propõe diretrizes que objetivam um crescimento ordenado e que garantam a preservação das características da paisagem, configurada pelos aspectos naturais, pela ocupação espontânea e pelos modos de vida sua população. O plano se caracteriza por leis que apresentam certa flexibilidade, por vez, essas sempre são acompanhadas de uma condição que avalia cada situação especificamente. Por exemplo, a lei que estabelece a classificação de atividades e o regime de uso do solo apresenta a possibilidade da instalação de diferentes atividades e usos em vários locais, desde que sejam compatíveis com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

No geral, as leis que formam o plano expõem mais sugestões a serem avaliadas do que normas intransponíveis. O modo sensível às questões locais e ajustado caso a caso, como o plano é proposto, exige o constante acompanhamento de uma equipe técnica, composta por profissionais da área da arquitetura e do urbanismo. Durante aproximadamente duas décadas, a prefeitura de Morro Redondo contou com o serviço de apenas um profissional, que inclusive participou de todo o processo de proposição do plano, desde o

período de convênio com a UFPel. Apesar disso, atualmente a prefeitura não apresenta arquitetos e urbanistas no quadro de funcionários.

A partir dessas informações e análises, foi composta certa territorialidade para Morro Redondo. A bagagem estava carregada. Constituída pelo contato atento com a imagem de satélite do software Google Earth™, ponderado pelas análises morfológicas de Philippe Panerai (2006). Composta também pelas informações e dados disponíveis no site do IBGE (2016). Enriquecida com a dissertação de mestrado de Alexandre Pereira Maciel (2009). E atravessada pelo imaginário dos resquícios da memória da pesquisadora, que já havia estado na cidade duas vezes por outros motivos. Máquina fotográfica, caderno para anotações, celular com aplicativo para mapeamento do percurso, carona e almoço agendados. Tudo estava preparado para a experiência do ato da viagem em si.

Diário de bordo

Dia 06 de janeiro de 2017, céu limpo, 25 °C, saída de Pelotas por volta das 10 horas da manhã. O deslocamento até Morro Redondo foi realizado de carro e durou cerca de meia hora. A chegada foi anunciada por uma rótula que distribuía o tráfego. Esse não era muito intenso, mas havia carros e caminhões naquele instante. Logo, percorreu-se o território de carro, a fim de fazer um reconhecimento geral. Constatou-se que a prática da caminhada não daria conta da extensão longitudinal em que se desenvolve a cidade. Visto a necessidade da pesquisa cartográfica de se (de)morar na cidade, de sentir o ambiente, de cruzar os olhares com os demais transeuntes, de impulsionar os encontros e os *afectos*, o descolamento em um automóvel também não daria conta. Então, foram arranjadas duas bicicletas para o período da tarde.

A pesquisadora foi acolhida por uma família local para o almoço e uma conversa amiga. Seus integrantes contaram sobre o “Morro de Amores”, projeto comunitário que promove feiras de artesanatos e alimentos locais, juntamente a rotas turísticas. Essas exploram a beleza natural, como as cachoeiras do interior do município, e também os aspectos culturais, em especial da colonização alemã. Envolvido no projeto, o Museu Histórico de Morro Redondo, com sede localizada nos fundos do Centro de Eventos Valdino Krause, tem recepcionado muitas excursões e apresentado um tradicional acervo repleto de memórias de um passado que ainda se faz presente.

A organização dos empreendimentos turísticos, em conjunto com os artesãos e produtores, vem auxiliando na renda de muitas famílias locais. Nos últimos anos, o município passou por uma alteração na sua economia devido ao fechamento de uma das suas principais indústrias de laticínios. Seguindo a lógica das duas fases de desenvolvimento econômico do município, apresentada anteriormente a partir dos estudos de Maciel (2009), pode-se observar agora uma terceira fase, que está relacionada com o poder de resiliência. Como já fez anteriormente, a cidade se adapta a uma crise, impulsionando novas alternativas de sobrevivência. Dessa forma, ao mesmo tempo em que resgata modos de vida, sugere outros possíveis.

Essas práticas do cotidiano, das “artes do saber” segundo Certeau (2014), compõem as micro-resistências diante dos sistemas e dos colapsos. São as chamadas “táticas”, providas pela capacidade criativa atrelada à beleza natural do município. Na área rural de Morro Redondo, existem muitos recantos naturais com cachoeiras, pousadas e cafés coloniais. Destaca-se o Sítio Amoreza, idealizado por uma família jovem que reúne vizinhos, amigos e demais familiares para propor vivências até então distintas naquele território. Eles oferecem cafés e almoços veganos e vegetarianos, hospedagem em camping ou em quartos convencionais, oficinas sobre permacultura, atividades com a natureza e terapia holística.

Antes do percurso de bicicleta, à espera do sol baixar e a fim de

complementar o conhecimento sobre os principais locais de Morro Redondo descritos pela família que acolheu a pesquisadora, fez-se mais uma visitação de carro. A primeira parada foi na Avenida Jacarandá para apreciar o Museu Histórico de Morro Redondo. Ainda no “morro de baixo” foram visitadas as instalações do Grêmio Esportivo Índio. Seguindo por uma estrada de chão, a poucos quilômetros da área urbana, visitou-se a primeira igreja luterana em solo brasileiro, com data de fundação em 1900, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil da colônia São Pedro. No retorno à cidade, avistaram-se no alto de outro morro um conjunto de habitações de interesse social recém-concluídas, pertencentes ao loteamento dos quilombolas. Estes, embora não sejam tão referenciados nos históricos do município e na sua impulsão cultural, contribuíram muito com o desenvolvimento de Morro Redondo, desde a sua origem. Ainda no percurso de carro pela Avenida dos Pinhais, foi possível avistar a Indústria de Conservas Geraldo Bertoldi e a Igreja Católica.

Apesar do sol forte, o relógio já indicava que era metade da tarde, então a pesquisadora iniciou o percurso sobre duas rodas pela cidade, acompanhada de uma morro-redondense, também arquiteta e urbanista, que atualmente reside em Pelotas. O deslocamento desde o “morro de baixo” até o “morro de cima” aconteceu em uma velocidade baixa e foi marcado por inúmeras paradas para fotografar, anotar, tomar água e empurrar as bicicletas nas subidas.

Seguindo pelas ruas com nomes de flores, partiu-se da Avenida dos

Pinhais até encontrar a Rua das Margaridas, depois a Rua dos Jasmins e então no coração do Bairro Fiss, visitou-se a Praça da Emancipação. Trata-se de uma reserva natural, que abriga uma importante nascente da região. Nela, além do ar fresco da mata e do som dos passarinhos, havia equipamentos de recreação infantil, quiosques para fazer churrasco, bancos e enfeites de Natal. Pela Rua das Rosas, retornou-se para Avenida dos Pinhais e, após a rótula, adentrou-se a Avenida Jacarandá. No denominado “morro de baixo”, percorrendo a Avenida Jacarandá, encontraram-se algumas residências junto com atividades comerciais e de serviço. Destacaram-se o Hotel e Restaurante Haus Fiss e a Indústria de Conservas Patzlaff. Logo adiante, em frente à Praça 12 de Maio, nomeada com a data de emancipação, estava a Igreja Evangélica de Confissão Luterana Advento e seu respectivo cemitério. Do outro lado da praça estava o Shopping Jacarandá, junto da Igreja Universal. Nas proximidades da Rua do Pinós, visitou-se o Colégio Estadual Nosso Senhor do Bom Fim.

Continuando pela Avenida Jacarandá, a paisagem passou a ser menos densa depois do Centro de Eventos Valdino Krause, sendo composta por algumas plantações de milho até as indústrias CITRAL e CONSULAT, que anunciavam o início do denominado “morro de cima”. No confronto das duas indústrias, encontravam-se alguns comércios ambulantes aguardando a saída dos funcionários. Naquele período do ano, havia um número maior de trabalhadores, sendo alguns de outros municípios da região, devido à demanda

marcada pela safra do pêssego. Na sua normalidade, ao longo desse trecho, a paisagem era composta novamente por algumas residências juntamente com atividades comerciais e de serviço. Mais adiante, a Avenida Jacarandá auferiu canteiros centrais floridos, remetendo aos seus precedentes também em relação à pavimentação em granito, pedra da região. Os trechos anteriores eram pavimentados com bloco intertravado de concreto, dando certa modernidade à cidade. No ponto mais alto do “morro de cima”, à esquerda, avistou-se a Igreja Evangélica Luterana Independente São Marcos e seu respectivo cemitério.

Após atingir o destino almejado, o retorno refez o caminho de ida, com a sensação de maior velocidade, ocasionada talvez pela redução do número de paradas ou pela familiaridade estabelecida com o território. Chegou-se a tempo de visitar mais um lugar especial do município: suas cachoeiras. O sol já estava se despedindo quando se alcançou as águas do Arroio Cadeia, adentrando por caminhos privados próximos a uma pousada. Além do som das quedas naturais e das pequenas represas feitas pelo homem, havia vozes de outras pessoas que também deviam estar por ali apreciando a paisagem.

“Trajetos e devires, a arte os torna presentes uns nos outros; ela torna sensível sua presença mutua e se define assim, invocando Dionísio como o deus dos lugares de passagem e das coisas de esquecimento” (DELEUZE, 1997, p. 79). Por fim, havia chegado a hora de retornar à cidade de Pelotas. Contudo, a viagem ainda não havia terminado. O deslocamento físico deu lugar ao

deslocamento do pensamento. Desse modo visitou-se Morro Redondo incontáveis vezes. Experiências revivescidas através das fotos e das anotações. Experiências novas a partir da literatura. Experiências múltiplas e atravessadas. Cartografias que fluem a seguir pelas coletâneas e fabulação.

Coletâneas

[1] Coletânea Registros de Viagem, Morro Redondo/RS. Fonte: Software Google Earth™, 2017, editado pela autora.

[2] Coletânea Primeira Impressão: Relação Atemporal, Morro Redondo/RS. Fonte: da autora, 2017.

[3] Coletânea Morros: Rótula de acesso no “morro de baixo”; Praça 12 de Maio, centro da comunidade do “morro de baixo”; morro antigamente de forma arredondada que aferiu o nome do município; trecho da Avenida Jacarandá no centro da comunidade do “morro de cima”, Morro Redondo/RS. Fonte: da autora, 2017.

[4] Coletânea “Morro de Amores”, Morro Redondo/RS. Fonte: fotos da internet. Disponível em: <<https://www.facebook.com/morrodeamores/>> Acesso em: 27 jan. 2018.

[5] Coletânea Instituições: Prefeitura Municipal; Colégio Estadual Nosso Senhor do Bom Fim; Centro de Eventos Valdino Krause; Museu Histórico de Morro Redondo; Grêmio Esportivo Índio, todos localizados no “morro de baixo”, Morro Redondo/RS. Fonte: fotos da prefeitura e do museu da internet. Disponível em: <<https://www.google.com>> Acesso em: 27 jan. 2018. Demais fotos da autora, 2017.

[6] Coletânea Igrejas: Igreja Católica; Igreja Universal; Igreja do Evangelho Quadrangular; Igreja Evangélica Luterana do Brasil, a primeira em solo brasileiro, Colônia São Pedro; Comunidade Evangélica Luterana Independente São Marcos, igreja e cemitério do “morro de cima”; Comunidade Evangélica de Confissão Luterana Advento, igreja e cemitério do “morro de baixo”, Morro Redondo/RS. Fonte: da autora, 2017.

[7] Coletânea Horizontes: alameda de pinus e plantação de soja; “morro de baixo” visto do “morro de cima”; visual das habitações do loteamento quilombola, Morro Redondo/RS. Fonte: da autora, 2017.

[8] Coletânea Áreas Verdes: Praça da Emancipação, localizada no “morro de baixo”; Reserva de mata na Avenida Jacarandá, trecho localizado no “morro de baixo”; Pracinha na Avenida Jacarandá, trecho localizado no “morro de cima”; Praça 12 de Maio, localizada no “morro de baixo”, Morro Redondo. Fonte: da autora, 2017.

[9] Coletânea Comércios e Serviços: Hotel e Restaurante Haus Fiss; Academia Performance; Supermercado Germany. Bittow Construções e Sabor e Pães. Shopping Jacarandá; Point Bar, Morro Redondo/RS. Fonte: Hotel e Restaurante Haus Fiss e Bittow Construções e Sabor e Pães, fotos da Marcilene Bittow Krolow, 2018. Demais fotos da autora, 2017.

[10] Coletânea Indústrias: ambulante em frente à indústria CITRAL – Conservas Alim D'Morro Ltda; Geraldo Bertoldi Indústria de Conservas Ltda; Indústria caseira de conservas e doces; Indústria de Conservas Patzlaff Ltda; Indústria COSULATI – Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda, Morro Redondo/RS. Fonte: da autora, 2017.

[11] Coletânea Casas e Jardins, Morro Redondo/RS. Fonte: da autora, 2017.

[12] Coletânea Animais, Morro Redondo/RS. Fonte: da autora, 2017.

[13] Coletânea Bicicletas, Morro Redondo/RS. Fonte: da autora, 2017.

[14] Coletânea Cachoeiras, Morro Redondo/RS. Fonte: da autora, 2017.

Morro Redondo

06/01/2017 – Sexta-feira



Percursos

- Bicileta 5,5Km

- Carro 20Km



Duração 7h30min

Início 10h30min

Final 18h00min



Viagem 30min

42Km de Pelotas

Acesso BR-116

0 100 500m



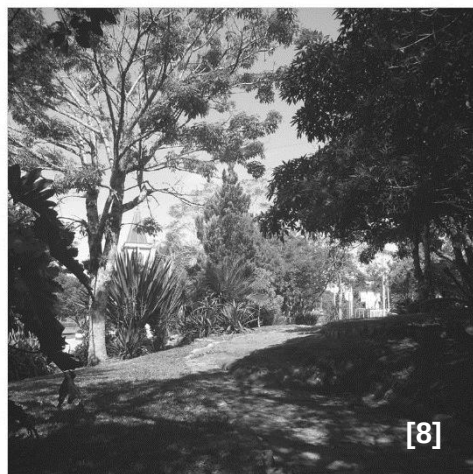
























Mapa de Dionísio

Dionísio, cidade dos lugares de passagem e das coisas de esquecimento, assim como o Deus grego que acarretou no seu topônimo. Apesar de todas as regras e padrões do planejamento, subverte a formalização do urbanismo, demasiadamente asséptico, e da arquitetura, por vezes hostil. Sempre inacabada, em construção e desconstrução. Como um palimpsesto, mostra que a sua escrita é inseparável do devir menor. Não é totalmente urbana. Muito menos rural. Dionísio existe num território do entre, no dentre, na passagem de um território para outro, na fronteira. Na potência trivial do seu esquecimento, repercute na mais alta singularidade, em oposição à generalização das metrópoles e ao desenho comum das cidades reticuladas.

A praça surge em um espaço residual, entre a passagem pela rua de cima e pela rua de baixo. Na sua proximidade, está a Igreja,

provavelmente ali desde há muito tempo, e também um shopping, ali desde não muito antes de ontem. Mais adiante, seguindo pela sua extensa forma longitudinal, em seguida após a rótula de entrada e saída, encontra-se o centro administrativo principal, a Prefeitura. Esta, do mesmo modo que os demais prédios públicos (secretarias, escolas, hospital), foi facilmente reconhecida pela sua cor vibrante.

Ao longo da estrada de passagem que originou Dionísio, antiga rota que conectava duas importantes cidades, se estendem casarões com assinalada estilística arquitetônica, denunciando épocas de riqueza. Em contraste, ao lado, encontram-se edifícios galpões, que apontam a pressa da contemporaneidade. Essas construções abrigam residências ou comércios, ou ambos ao mesmo tempo, provavelmente um reflete o outro, como efeito de causa e consequência. Espalhadas pelo principal eixo da cidade, essas

edificações são lugares de paradas, de encontros. Construções grandes em terrenos maiores ainda, sem a presença de limites, cercas ou grades, se dispersam entre o verde dos jardins, das árvores e das pequenas plantações que por vezes ocupam terrenos vagos.

Na paisagem mais afastada, em meio a matas nativas, campos e lavouras, bem no alto do outro morro, é possível avistar uma série de casinhas, todas iguais, com pequenos pátios ainda áridos e sem cor. Elas exibem a conquista de um povo historicamente marginalizado, que coexiste nesse território. A mísera habitação de interesse social está, quem sabe, prestes a ser transformada em morada, em lar. Pronta para receber as cores, os cheiros e os sons legados de Zumbi e Dandara.

Dionísio abrigava todo tipo de gente, de crianças a idosos. Havia negros, pardos e brancos, assim como luteranos, católicos, evangélicos, espíritas e candomblés. Porém, com muita distinção

entre seus territórios. Como os colonizadores, não os precursores, mas os de maior prestígio, que entre eles mesmos assinalavam no mínimo três relações de poder distintas. Cada grupo, unido pelas origens ou crenças, tem um templo e um cemitério próprio, provavelmente também uma venda, um bar, um morro. Tudo muito íntimo. Como seria o território dos que não pertencem a um grupo exclusivo, onde estaria? Talvez no vale, na depressão entre um morro e outro. Ou, quem sabe, no cume, no topo, em um certo apogeu destes morros.

Em quantidade, mais do que pessoas ou casas, existiam carros, motos e até mesmo as bicicletas. Talvez isso ocorra por causa da lonjura pela que a cidade se estende ou da sua topografia acidentada. Não tinha percurso em que o ciclista não precisasse descer do veículo para empurrá-lo. Poucos eram os transeuntes, e parecia não existir errantes por ali. Os trajetos eram dominados

pelo tempo do capital, de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Ou, ainda de casa para o banco, para a farmácia, para a venda. A arte de perder tempo e ganhar espaço, o ócio, também não era muito praticada por lá. Quem estava pela rua, sempre tinha um afazer: mudar uma planta ou dar água a outra, podar uma árvore, limpar um pátio ou uma calçada.

O pequeno movimento da cidade é impreterivelmente interrompido ao meio dia. Uma horinha apenas. Mas nesse período, nada acontece nas ruas. Todas as portas estavam fechadas. Certamente porque as mesas estavam cheias. O único lugar com a porta entreaberta era o restaurante do hotel da cidade, que recebia alguns poucos clientes para o almoço.

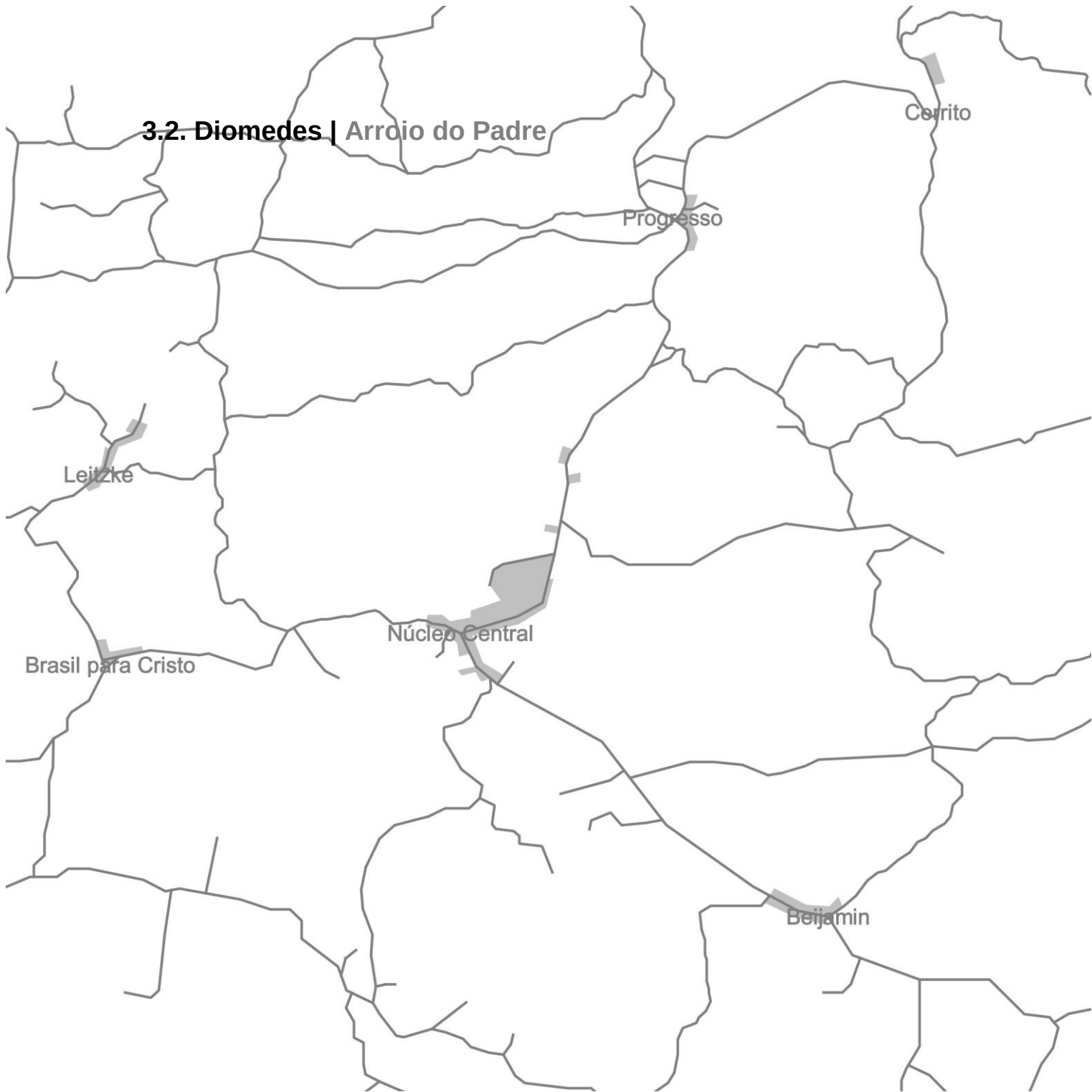
Era verão, mas parecia primavera. Os jardins estavam floridos, o clima era agradável, o sol radiante, um ar fresco e puro soprava as folhas das árvores, fazendo com que o local parecesse mata

fechada. A cidade cheirava a doce. Aroma de compota de pêssêgo, motivo pelo qual, naquele dia, abrigava trabalhadores de toda a região dentro das indústrias, para tais atividades. Alguns poucos ambulantes estavam próximos aos portões, possivelmente se preparando para o fluxo no final do expediente.

Apesar dos estrangeiros, todo mundo se conhecia. A cada encontro: um acolhimento. Os mais apressados acenavam com a cabeça ou com a mão. Os demais se demoravam conversando no portão. Outros logo puxavam as cadeiras para a varanda ou para a sombra de uma árvore do jardim.

A vida parecia atribulada. Muitos eram os afazeres, por isso, ela passava rapidamente pelo dia que começava e terminava cedo. Contudo, a cidade parecia, pausadamente, pertencer a outro tempo e espaço.

3.2. Diomedes | Arroio do Padre



A bagagem

O território de Arroio do Padre encontra-se na Serra dos Tapes, região formada também pelas colônias dos municípios de Morro Redondo, Turuçu, Pelotas, Capão do Leão, Canguçu e São Lourenço do Sul, sobre o Escudo Cristalino Sul-rio-grandense. Batizada assim em homenagem aos seus primeiros habitantes, os índios Tapes pertencentes à família linguística Tupi Guarani. Durante o século XVIII, essa região foi disputada entre espanhóis e portugueses. Porém, eles não a povoaram, provavelmente devido ao relevo acidentado e à vegetação de mata fechada, características não apropriadas ao cultivo de gado, principal atividade desenvolvida na região naquele período (BEIERSDORF; WEIDUSCHADT, 2013). Por esses motivos, essas terras eram livres para os índios e também para os quilombos, que serviam de abrigo aos escravos que fugiam das duras condições de trabalho nas charqueadas (GUTIERREZ, 2004).

Com base nos registros históricos apresentados na dissertação de mestrado de Alexandre Pereira Maciel (2009), em meados do século XIX, os imigrantes alemães, sendo a maioria oriunda da Pomerânia, iniciaram as atividades agropecuária na região da Serra dos Tapes. Alguns anos após a chegada dos primeiros imigrantes alemães-pomeranos ao Rio Grande do Sul, o que ocorreu nas margens do Rio dos Sinos, foi iniciada a colonização em São Lourenço do Sul através da condução do barão Jacob Rheingantz. Por volta de 1868, os alemães-pomeranos atingiram o território correspondente a Arroio do

Padre, próximo à margem direita do Arroio Grande, corpo hídrico que hoje demarca a divisa entre os municípios de Turuçu e São Lourenço.

Arroio do Padre inicialmente compunha o território do município de São Lourenço do Sul. Kar Baller e Guilherme Schüller fundaram, em 1869, a Comunidade Evangélica da Colônia Cerrito. Em seguida, surgiram as colônias Progresso, Picada Bonita e Picada Arroio Grande. Em 1868, Augusto Gerber e Guilherme Bauer, fundaram a colônia Arroio do Padre, às margens do arroio de mesmo nome, onde posteriormente surgiram as colônias Bismark e Arroio do Padre II, que são respectivamente os atuais municípios de São Lourenço do Sul e Arroio do Padre. Em 1870, a população iniciou a ocupação do topo da coxilha, hoje área central do município. Nesse local foi fundada, em 1882, a comunidade evangélica de Arroio do Padre II.

Em 1890, Arroio do Padre passou a fazer parte do município de Pelotas, pertencendo ao 6º distrito de Santa Silvana, até o ano de 1967, quando se tornou o 10º distrito de Pelotas, com sede na colônia Arroio do Padre II. Com o título de distrito mais populoso, tornou-se município em 17 de abril 1996. Contudo, Arroio do Padre assume até hoje uma fronteira peculiar devido às divergências ocorridas durante o processo emancipatório com a colônia Triunfo, que propôs sem sucesso a criação do município de Triunfo do Sul.

Localizado na porção mais ao sul em relação a Triunfo, Arroio do Padre venceu o plebiscito. No entanto, Triunfo, não quis pertencer ao novo município

criado. Por isso, Arroio do Padre seguiu contido territorialmente no município ao qual pertencia, limitando-se unicamente com Pelotas, condição de fronteira denominada enclave. Na geografia política, segundo Dellagnezze (2016), o termo enclave é usado para designar um território com distinções administrativas, sociais ou culturais, cujas fronteiras físicas ficam inteiramente dentro dos limites de outro território. No Brasil, existem apenas quatro municípios enclaves. Além do já mencionado, os outros três são Águas de São Pedro-SP, Ladário-MS e Portelândia-GO.

A formação de Arroio do Padre, assim como da cidade de Morro Redondo, pode ser associada à noção da cidade linear de Panerai (2006). O autor revela que o caminho dos animais e dos homens organiza o território desde tempos imemoráveis, seja por causa de atividades nômades, pastoris e agrícolas ou pela intenção de conquistar a terra. A proposição dos caminhos a partir das diferentes práticas de domesticação – no caso de Arroio do Padre, a partir das atividades agropastoris – decorre conjuntamente com um domínio do território, notório na inserção das trilhas sobre as áreas de platôs, no interflúvio das bacias hidrográficas.

Seguindo essa leitura morfológica, é possível observar que a área urbana de Arroio do Padre se desenvolve de modo longilíneo, conformada pela topografia ao longo das vias principais e únicas. A malha viária de Arroio do Padre não apresenta ruas paralelas, apenas algumas ruas adjacentes às

principais, que na maioria são acessos a propriedades privadas. Além disso, a formação de Arroio do Padre se difere pela descontinuidade no que se refere à densidade populacional, já que esta se distribui nos seis núcleos de povoação existentes no município.

A área central de Arroio do Padre, anteriormente designada como Arroio do Padre II, apresenta sua configuração em “Y”, marcando a continuidade da rodovia estadual RS-737, a Federeca. Até o ponto em que se bifurca, a via é denominada com a data de sua emancipação: Rua Dezesete de Abril. Logo, à esquerda, se transforma em Rua dos Imigrantes, que conecta os territórios das comunidades Brasil para Cristo e Leitzke. Sua continuação à direita recebe o nome de Avenida Vinte e Cinco de Julho e dá acesso aos territórios das comunidades Progresso e Cerrito. Ainda ao longo da Rua Dezesete de Abril, na continuação da Federeca, entre a área central e a BR-116, encontra-se o território da comunidade Bejamin Constant.

Essa condição de território polinucleado, marcado por pequenos povoados, cada um com sua escola, comércio, igreja e cemitério, somado a poucas residências, demonstra uma configuração arcaica. Contudo, isso não significa que seja obsoleta, pois, essa relação, à priori adversa, anuncia uma condição desejada na cidade contemporânea. Os estudos em urbanismo mais recentes atribuem valor aos vazios presentes nas cidades, incluindo as áreas não construídas e as áreas naturais. Assim, outrora compacta, “a cidade

contemporânea parece se diluir no território” (PANERAI, 2006, p.14).

O topônimo de Arroio do Padre, de acordo com Maciel (2009), apresenta duas versões. A primeira relata que um importante pastor havia fixado residência nas imediações do Arroio Grande. A segunda versão é mais trágica; conta que, após uma forte chuva que fizera o arroio transbordar, o pastor caiu nas águas. Observa-se, juntamente com as demais informações históricas e atuais sobre esse território, que ali nunca residiram padres, ordenados pela religião católica, mas sim pastores. Até hoje, maior parte dos habitantes do município é evangélica, representando 85% da população (IBGE, 2010). Acredita-se, ainda, que a maioria seja da religião luterana devido à colonização alemã-pomerana.

Os imigrantes luteranos encontraram dificuldades para praticar sua religião, visto que naquela época o catolicismo era a religião oficial no Brasil. Inclusive era a Igreja Católica que registrava os nascimentos, os casamentos e os óbitos. A estreita relação entre ensino e religião característica da cultura dos imigrantes alemães-pomeranos, juntamente com o seu árduo processo de colonização, repercute até hoje nas questões da linguagem. O dialeto pomerano é comum entre a população de Arroio do Padre, sendo a língua materna de muitas crianças. Isso desponta, no sotaque da população, uma condição de contestação e isolamento, respaldada pelas suas crenças (BEIERSDORF; WEIDUSCHADT, 2013).

De acordo com o último censo, realizado em 2010, Arroio do Padre tem

área de 124 Km², apresenta uma densidade de 21,96 Hab/Km² e possui 2.730 habitantes, sendo apenas 454 considerados urbanos. A população de 2016, estimada em 2.906 habitantes, aponta um crescimento populacional de aproximadamente 6,5% (IBGE, 2016). Apesar dessas condições de pequeno município, aprovou no ano de 2006 o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Arroio do Padre, Lei N° 006/06. O plano apresenta conformidade com as proposições do Estatuto da Cidade (2001). No entanto, esta lei federal regulamenta a obrigatoriedade de Plano Diretor apenas para os municípios com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos de uso compulsórios, imposto progressivo e desapropriação; pertencentes a áreas de especial interesse turístico, com impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou incluídos no cadastro nacional de municípios localizados em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, inundações ou processos correlatos.

Apesar de não identificados os motivos precisos para elaboração do Plano Diretor, as lutas em prol da reforma urbana levaram a lei municipal de Arroio do Padre a incorporar importantes questões do Estatuto da Cidade. Uma dessas incorporações foram os instrumentos da política urbana, que evidenciam a distinção entre o direito de propriedade e o direito de construir, tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU progressivo, operações consorciadas,

outorga onerosa, entre outros. A lei também assimila os princípios da gestão democrática, com participação dos diferentes segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento do plano. Outro ponto anexado foram os princípios de sustentabilidade a partir do desenvolvimento local, socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

A escassez de informações sobre o processo de elaboração do plano, faz necessário questionar sua formulação e também sua aplicabilidade segundo seus princípios de participação popular. Sabe-se apenas que, no período de elaboração do plano, um engenheiro civil compunha o quadro de funcionários da prefeitura e que não há registros ou relatos de profissionais da área de arquitetura e urbanismo que trabalham ou tenham trabalhando no setor público do município¹². Segundo os dados de Planejamento Urbano obtidos no site do IBGE Cidades, com última atualização em 2015, não houve revisões no documento de 2006, que se encontra disponível no site da Prefeitura de Arroio do Padre.

Em consonância com a denominação *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Arroio do Padre*, a lei refere-se a um plano de desenvolvimento para o município em geral, envolvendo tanto as áreas urbanas,

¹² Informação verbal, contato por telefone com o Secretário de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos, em 05 dez. 2017.

quanto as áreas rurais. A extensão territorial do município está classificada em núcleos urbanos, localidades rurais e área de preservação permanente. Os urbanos se organizam em seis núcleos distintos, sendo um deles denominado central e os demais numerados de 1 a 5. A partir do plano, não é possível localizar precisamente os núcleos, no entanto acredita-se que esses correspondam às comunidades Brasil para Cristo, Leitzke, Progresso, Cerrito e Benjamin Constant. Ainda segundo o plano, as localidades rurais caracterizam-se pelas áreas aptas às atividades agropecuárias. Já as áreas de preservação permanente são definidas a partir do Código Florestal Brasileiro.

A partir das diretrizes propostas para implantação do Plano Diretor, observam-se alguns contrassensos com a realidade local. Há um parâmetro genérico e, até mesmo, impresumível na legislação. Tal desarmonia com a paisagem existente fica explícita no capítulo II, que trata dos dispositivos de controle das edificações. Essas são reguladas pelo índice de aproveitamento, fixado em 3; pelo regime volumétrico, que propõem taxa de ocupação até 75% e altura máxima de 18 metros; e pelos recuos, que variam suas dimensões mínimas de 1 a 6 metros quando frontais, de 1 a 2 metros quando laterais, e são de 2 metros quando de fundos. Tais índices, taxas e dimensões revelam um padrão de edificação similar aos bairros de uma cidade de maior porte – como o Fragata, em Pelotas.

Contudo, também é possível destacar positivamente algumas diretrizes

do plano que fazem referência direta aos modos de vida e de produção da comunidade local. Como o capítulo I da Política de Desenvolvimento Municipal, que propõe a apresentação de alternativas ao pequeno produtor de como explorar suas terras de forma racional, lucrativa e ambientalmente correta; também é abordada a realização da festa regional do Caqui e Maçã, como forma de incentivar a fruticultura. Em 2017 foi realizada a 11ª Festa Regional do Caqui e da Maçã, juntamente com a 15ª Festa Municipal de Arroio do Padre e o 21º Aniversário de Emancipação.

Apesar da proximidade entre Pelotas e Arroio do Padre, este foi o último deslocamento físico realizado na pesquisa. Porém, os preparativos da viagem continham grandes expectativas, pois Arroio do Padre é a menor e também a mais jovem cidade da microrregião. Como há poucos horários de ônibus entre Pelotas e Arroio do Padre, e também porque a densidade desta cidade não é muito alta e a ocupação de seu território acontece espaçadamente ao longo de uma grande extensão linear, optou-se por ir de carro. Para tal, realizaram-se os preparativos: carona agendada, aplicativos atualizados no celular, um para indicar a rota de acesso, outro para mapear o caminho percorrido. O registro fotográfico também seria realizado através do celular. Além disso, havia na bagagem apenas mais um caderno para anotações e os apetrechos para fazer chimarrão.

Diário de bordo

Dia 19 de dezembro de 2017, céu nublado, chuva fina, 25° C, saída de Pelotas por volta das 14 horas e 30 minutos. O deslocamento foi realizado de carro, seguindo a rota pela Avenida Fernando Osório, passando pelo bairro Três Vendas, atingindo a BR-116 na altura do Sítio Floresta. Logo após a Villa Princesa, antes do pedágio da Ecosul, dobrou-se à esquerda adentrando a estrada Federeca, RS-737. Nesse percurso, que vai se afastando do centro de Pelotas em direção à BR, os vazios urbanos são cada vez mais raros e ocorrem diferentes modos de ocupação edilícia: dos condomínios verticais aos condomínios horizontais, conjuntos habitacionais, sobrados, construções geminadas ou isoladas no lote, entre outras configurações. Contudo, cada parte do bairro Três Vendas, mesmo em suas áreas mais periféricas, contém uma densidade maior do que a de Arroio do Padre.

Em poucos quilômetros seguidos pela Federeca, encontrou-se um pequeno povoado, em seguida outro, depois outro. Provavelmente eles constituem o território correspondente à Cerrito Alegre, 3º Distrito de Pelotas. A cada encontro com uma igreja, uma escola e um conjunto de casas, tinha-se a impressão de ter chegado ao destino; logo, a impressão de ter passado por ele. Por maior que fosse a atenção, tudo estava no campo das possibilidades do inexplorado. Era a primeira vez que se adentrava aquele território, que parecia desconhecido até para o GPS do celular. Mesmo assim, o aplicativo do celular

era conferido e sinalizava que o caminho indicado estava sendo percorrido. Ainda faltavam alguns quilômetros para o destino final. No entanto, depois confirmou-se que a localização da sede do município estava marcada de modo equivocado.

A partir de determinado trecho da estrada, observou-se que de tantos em tantos metros se repetiam umas casinhas que serviam de paradas de ônibus. Essas revelavam uma arquitetura singular. Construção de tijolo, marcada por uma cinta em concreto, ambos materiais aparentes, possuía um telhado de duas águas. As janelas, uma de cada lado, vazavam o formato de uma fruta pintada de vermelho, uma maçã ou um caqui. Lá dentro havia um banco. O frontão era marcado pelo brasão do município, onde nitidamente se avistava uma igreja, o curso de um rio e uma vaca. Mais de perto era possível ler o nome de Arroio do Padre e logo abaixo a data correspondente a emancipação do município.

Assim, contatou-se a chegada ao destino. Devido à chuva, seguiu-se o percurso dentro do carro. Em baixa velocidade foi possível atravessar em instantes o primeiro pequeno povoado. Logo adiante, a pavimentação, até o momento asfáltica, passou a ser de bloco de concreto intertravado, igual a de Morro Redondo, e marcou o início de outra aglomeração, correspondente a área central do município. A estrada, que era continuação da Federeca, dividiu-se em duas. Seguindo pela direita, estavam os bancos, a prefeitura, o posto policial e alguns comércios entre as residências e os terrenos vazios. Mais adiante,

avistou-se a edificação da Igreja Luterana, com a mesma arquitetura desenhada no brasão da cidade, replicado em todas as paradas de ônibus. De um lado da igreja, encontrava-se um salão de festas. Do outro, o cemitério, justo ali no coração da cidadezinha, talvez representando a maior densidade daquele território. Com alusão às necrópoles descritas por Lewis Mumford (1961), questionam-se os mitos e os ritos que ainda estariam conservados na representação daquele bloco de espaço-tempo.

Seguiu-se até o final da pavimentação, passando pelas grandes instalações do Centro de Eventos Dorothea Coswig Buss e por casas que também apresentavam amplas proporções e certa exuberância, fruto de um refinamento estético e de técnicas construtivas até então pouco encontrado nas demais cidades visitadas. Essas características eram recorrentes nas arquiteturas dos períodos mais remotos, e também são encontradas recentemente, compondo antigos e novos casarões. O espaço das calçadas era bem definido, entre o meio fio da faixa carroçável e os fechamentos residenciais. Não era pavimentado, mas sim gramado ou jardinado. Destaca-se que a maioria das residências apresentava recuo frontal e lateral ornamentados com árvores, arbustos, flores e esculturas. Nesse período, havia também enfeites de natal produzidos com material reciclado.

Os terrenos eram demarcados por muros e cercas mais altos do que se esperava encontrar em uma cidade tão pequena como aquela. As propriedades

eram protegidas por cães, estando alguns presos à coleira e outros livres. Era notória a presença de atividades rurais junto às residências. Isso se percebeu através da criação de animais pequenos, como galinhas, e até mesmo de grande porte, como vacas. Várias edificações com características de galpão, destinadas ao uso de serviços agropecuários e mecânicos, também indicavam a prática de atividades rurais. Apesar da estreita relação entre o campo e a cidade, a estrada, naquele trecho denominada como avenida, alertava o pequeno segmento de nucleação urbana, com excessiva sinalização de trânsito indicando proibição, atenção, limites e informações.

Logo após chegar ao final da pavimentação e fazer o retorno para desbravar o outro lado da via que havia se bifurcado anteriormente, uma caminhonete com quatro homens fardados e armados da brigada militar abordaram o carro e pediram os documentos da pesquisadora e da colega que conduzia o veículo. Segundo os brigadianos, o veículo chamou a atenção por ser de fora, estar transitando em velocidade baixa e portar duas pessoas desconhecidas que observavam atentamente a cidade e faziam registros. A abordagem também foi justificada com base em ocorrências de moradores que, de acordo com os policiais estavam assustados ante a suspeita de possibilidade de um assalto a bancos ou comércios locais. Após inúmeras explicações, foi possível seguir o percurso com ressalvas: não fotografar os bancos e o posto policial.

Ora mais intensa, ora mais esparsa, a chuva se manteve durante todo o percurso. Estava planejado estacionar o carro próximo à prefeitura e caminhar com guarda-chuva. No entanto, a abordagem policial causou um desconforto que se somou ao mau tempo. Então, sem descer do veículo, a partir de então com uma velocidade um pouco maior e sem paradas para observar e fotografar, atingiu-se a outra extremidade da pavimentação de bloco de concreto. Os planos foram alterados, antecipou-se a volta a Pelotas. Porém, antes de deixar a cidadezinha, no momento em que se fazia o registro do hospital, aconteceu uma segunda abordagem. Um senhor de cabelos muito loiros ou brancos, em um carro pequeno que continha uma bíblia no painel, pediu com determinação que o carro encostasse. Provavelmente se tratava do pastor daquela cidade, que só abriga padre em seu nome. Após abrir o vidro, o senhor proferiu algumas palavras ásperas com o objetivo de defender o território de qualquer intrusão, sem demonstrar nenhum interesse em saber o motivo da presença de estranhos por ali.

Acalmados os ânimos, telefonou-se para a prefeitura no dia seguinte, a fim de esclarecer qualquer mal-entendido. Buscou-se restabelecer o contato que havia sido realizado anteriormente para obter informações sobre a legislação urbana da cidade, mas não foi possível. Mesmo assim, explicou-se o inexplicável ao atendente, que se interessou pelos estudos em arquitetos e urbanistas, pois eram muito bem-vindos, inclusive eles estavam precisando de trabalhos de

planejamento urbano, visto a necessidade de abrir novas ruas. Por fim, a orientação feita nas duas abordagens foi reiterada, quer dizer, as visitas à cidade deveriam ser agendadas para que alguém do local pudesse acompanhar às visitantes. Estaria por trás de um ato tão solícito uma intenção de conveniência ou controle?

Talvez esses procedimentos componham a condição de hostilidade intrínseca à hospitalidade (FUÃO, 2014). Como no mito do herói Diomedes, que por demasiado zelo religioso feriu outra divindade e foi julgado por perseguir e aniquilar. Depois desse ocorrido, suas honras e os laços de hospitalidade foram cancelados em prol dos deveres veneráveis da religião. “O assassinato de Diomedes às mãos de seu anfitrião alude ao fato de que as diferenças religiosas alimentam falsidades e traições mesmo entre os amigos mais íntimos”. As lamentações desse fato não foram toleradas. Por ofícios da misericórdia, foram metamorfoseadas na elegância do triste canto dos cisnes. Em síntese, Diomedes são aqueles que cultivam os mesmos dogmas, de modo profundo e musical, como os suspiros do canto de um cisne moribundo (BACON, 2002, p. 60-62).

A intensidade de uma experiência não pode ser mensurada pela duração do tempo, distância percorrida, número de fotos ou anotações realizadas. Mas sim pelos acontecimentos, que rompem as epistemes e reverberam em questionamentos. Arroio do Padre poderia ser considerada uma cidade de acumulação e disputa que essencialmente abriga distintas formas de vida ou

seria um lugar seguro, profundo e indiscutível, como um dogma representado por Diomedes?

Coletâneas

- [1] Coletânea Registros de Viagem, Arroio do Padre/RS. Fonte: Software Google Earth™, 2017, editado pela autora.
- [2] Coletânea Primeira Impressão: Parada de ônibus, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [3] Coletânea Comércio, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [4] Coletânea Igrejas: Igreja Evangélica de Confissão Luterana, junto do cemitério, e em seguida do salão de festas; Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [5] Coletânea Instituições: Prefeitura Municipal; Câmara de Vereadores; Hospital; Centro de Eventos Dorothea Coswig Buss; Academia ao ar livre, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [6] Coletânea Antigos Casarões, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [7] Coletânea Novos Casarões, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [8] Coletânea Artes do Saber 1, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [9] Coletânea Artes do Saber 2, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [10] Coletânea Fechamentos, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [11] Coletânea Cachorros, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [12] Coletânea Animais, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [13] Coletânea Galpões, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [14] Coletânea Placas, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [15] Coletânea Horizontes, no centro a viatura da Brigada Militar antes da abordagem, Arroio do Padre/RS. Fonte: da autora, 2017.

Arroio do Padre

19/12/2017 – Terça-feira



25°C



Percurso 5Km
Duração 35 min
Início 15h10min
Final 15h45min



Viagem 1h 10min
42Km de Pelotas
Acesso BR-116

0 100 500m













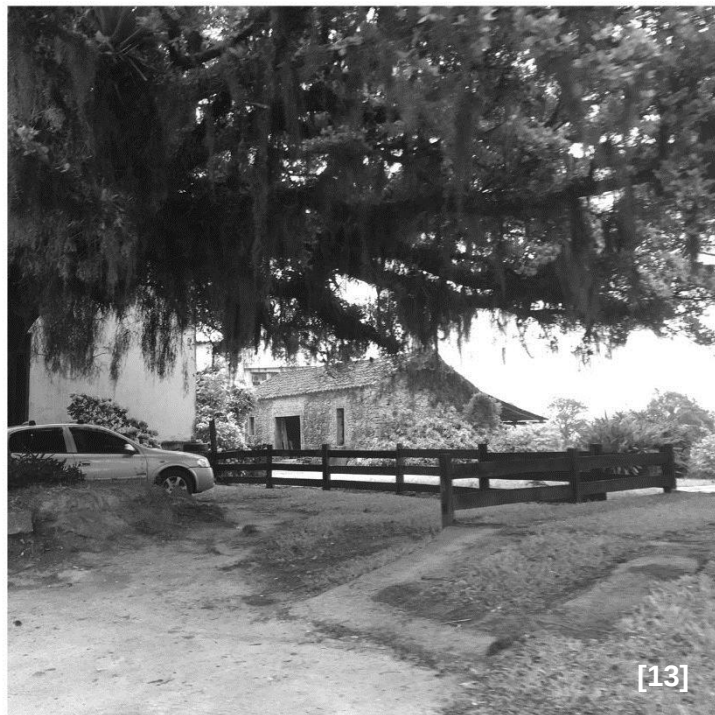
















Mapa de Diomedes

Ao canto do vento e da chuva, às graças do imaginário de um território pequeno, Diomedes, a cidade do zelo religioso, abriga supostos valores de segurança. Assistida pelas noções de tranquilidade de um lugar pacato, a segurança é fruto da vigilância natural que decorre das relações de vizinhança, da afinidade entre os espaços públicos e privados, das questões da moral, dos bons costumes e da fé. De fato, é forte o poder de sedução estética de uma paisagem extremamente ajardinada, limpa e organizada. Os casarões que a compunham assinalavam uma exuberância arquitetônica, desde a conservação das edificações antigas até as construções mais recentes.

O ato de criação também acontecia através da reciclagem dos materiais, observado nos cata-ventos, nos enfeites que celebravam a chegada do Natal, na composição das floreiras e dos balanços,

bem como nos cuidados com outras formas de vida, como no cultivo das vegetações, através da execução de um suporte para apoiar o crescimento das árvores. A cada encontro com as intervenções típicas das artes do saber, emergiam questionamentos: seriam estas características dignas de uma literatura menor? As possíveis táticas do saber cotidiano pareciam estar lado a lado com as estratégias do poder dominante, exaltado pela demasiada organização e ordenamento dos espaços, vistos tanto na ação de aparar os gramados e os arbustos uniformemente como no excesso de placas informativas e reguladoras. Tamaña domesticação denunciaria falácias das características desterritorializantes, das micropolíticas e dos enunciados coletivos? Essas práticas compunham ou não um devir menor? Seriam produções de mais-valia ou meras reproduções?

Às vezes faz-se necessário um fato esdrúxulo que cause o

movimento do ritornelo: desterritorialização, reterritorialização e territorialização. Algo que desacomode, seja capaz de romper com os imaginários pré-concebidos e permita adentrar as questões obscuras. Sob a sensação lúgubre de um dia chuvoso, a paisagem que contém no ponto central um cemitério junto à igreja passou a se revelar austera. Isso aconteceu principalmente a partir de duas abordagens hostis. A primeira a fim de investigar e afirmar uma identidade e uma procedência. A segunda em prol da defesa da população. Outras abordagens também ocorreram, de modo mais sutil, mas não com menor intensidade, através dos latidos dos cães de guarda e da materialização frequente nas cercas e muros que delimitavam o espaço, o acesso físico e a possibilidade de um contato visual.

Haveria relações de simulacro entre os modos de vida em Arroio do Padre e os modos de vida presente nos condomínios fechados

em Pelotas? Ambos não contêm praças, áreas verdes qualificadas e públicas, nem transeuntes. Também não possibilitam que um sujeito possa comprar pão a pé. Quiçá abrigem os homens lentos, ordinários ou errantes. Tal limitação à experiência possivelmente aponta para falsas e ilusórias relações de segurança, defendidas e comercializadas na homogeneização e degeneração da existência. Estas relações podem ser vistas no empobrecimento do cotidiano e tragicamente na miséria dessas forças que acolhem as diferenças e impulsionam as apropriações.

3.3. Hefestos | Turuçu



A bagagem

A história do município pode ser narrada pelos seus títulos. O lema que a administração municipal confere a Turuçu, “Terra do Morango e da Pimenta”, conta um pouco sobre os modos de vida da população. Desde as primeiras famílias que ocuparam o território até os dias de hoje, registra-se o cultivo e a comercialização de produtos agrícolas na região, principalmente nas cidades de Pelotas e São Lourenço do Sul. Além dessas localidades, o município é conhecido como a “Capital Nacional da Pimenta Vermelha”, devido à alta produção de pimenta calabresa. Turuçu também é a terra das “Águas Grandes”, significado do topônimo de origem indígena, atribuído inicialmente ao curso hídrico localizado próximo às origens do povoado, o Rio Turuçu, anteriormente batizado literalmente de Arroio Grande, que hoje marca seu limite com o município de São Lourenço do Sul (MACIEL, 2009).

Em 1920, a família de Arthur Lange migrou para a costa do Arroio Grande a fim de cultivar arroz. Por volta de 1930, se associou ao curtume de José Halfen, cuja prática econômica era propiciada pela abundância das águas do arroio, assim como a produção agrícola anterior. Em seguida, Arthur Lange fundou uma fábrica de tamancos e chinelos, o que impulsionou a geração de empregos locais. Logo ele conseguiu comprar a parte do seu sócio. No ano de 1949, abriu a empresa Arthur Lange e Filhos Ltda., expandindo as atividades do curtume e da fabricação de chinelos e tamancos. Por essa razão, esse território foi

denominado, durante muitos anos, de “Vila Lange”, título que se manteve até 28 de dezembro de 1995, data de emancipação de Turuçu, que antes pertencia a Pelotas (TURUÇU, 2017).

Além das características de vila industrial, a densificação de Turuçu está diretamente associada à construção da rodovia federal em 1960. Atualmente em obras para duplicação, a BR-116 configura a principal via de acesso à região, pois conecta as cidades do extremo sul do Rio Grande do Sul com a capital do estado e também com os demais territórios do país. As instalações do curtume estão voltadas para a rodovia, nas proximidades do arroio. A partir desse ponto, ocorre uma pequena urbanização do outro lado da faixa, com ruas predominantemente longitudinais e algumas poucas ruas transversais. Paralela à BR-116, a Avenida Arthur Lange, pavimentada e com canteiro central, se destaca sobre o território.

Entre a BR-116 e a Avenida Arthur Lange, que demarcam os extremos da área urbana, há apenas mais uma via, de nome aparentemente provisório, a Rua Nove. Essa rua do entre, mais estreita e parcialmente pavimentada, segue por uma longa extensão contornando a BR-116. Tal linearidade tem um aspecto árido, marcado pela homogeneização do uso predominantemente residencial, salvo pela presença de alguma venda ou oficina, e pela ausência de atravessamentos de outros espaços públicos, como ruas e praças. A paisagem desbastada pelos campos de cultivo de arroz e soja faz alusão à precarização

de uma urbanização espontânea, a margem dos benefícios do planejamento e das infraestruturas necessárias à vida em sociedade.

Turuçu, com área de 253,63 Km², apresenta uma densidade de 13,89 Hab/Km². De acordo com o último censo, realizado em 2010, o município possui 3.522 habitantes, dos quais 1.487 vivem em área urbana e 2.035, na zona rural. A última estimativa populacional, de 2016, indicava que a população era de 3.585 habitantes. Quer dizer que houve um crescimento pouco significativo, o que possivelmente se relaciona com o fechamento da indústria Arthur Lange nesta última década, que era responsável pela principal atividade econômica da área urbana (IBGE, 2016).

O município de Turuçu, assim como os demais estudados, é um daqueles que está à margem das proposições das políticas urbanas regulamentadas pelo Estatuto da Cidade, o que ocorre com a maioria dos municípios brasileiros. Somado a isso, porém diferentemente de Morro Redondo e Arroio do Padre, Turuçu não possui Plano Diretor. As leis vinculadas a arquitetura e urbanismo resumem-se à:

Lei N° 157/99 – Regula o Parcelamento do Solo Urbano, de Construção e trata do Plano de Desenvolvimento do Município de Turuçu.

Lei N° 228/00 – Estabelece critério para fixação do valor venal dos imóveis da zona urbana do município de Turuçu como base de cálculo para cobrança do IPTU.

Lei N° 720/09 – Institui a Lei de Diretrizes Urbanas do Município de Turuçu e dá outras providencias.

Em síntese, as duas primeiras leis definem as regras de parcelamento do solo e a área urbana para a devida cobrança do IPTU, situação básica e comum a todas as cidades, como por exemplo, a execução da Lei Orgânica quando um município é fundado. A terceira lei é mais elaborada e pode ser considerada um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana na busca da sustentabilidade municipal. Na redação da própria lei, consta que as diretrizes urbanas devem ser periodicamente revisadas e atualizadas, no máximo a cada dez anos, enquanto não existir Plano Diretor.

As diretrizes urbanas definem padrões a serem observados quanto aos seguintes aspectos:

- (i) ruas e passeios, diferenciando as ruas em coletoras de 6 a 8 metros e em avenidas de 10 a 12 metros de faixa carroçável, a estas dimensões é somado mais 2 metros que são destinados ao passeio público, esse item também define os recuos para as edificações maiores que quatro metros em geral e não exige recuos na zona com urbanização mais consolidada;
- (ii) parcelamento do solo urbano, que segundo a especificação da lei chega a atribuir 6,50 metros para a testada mínima nos loteamentos populares;

(iii) ordenamento urbano, atentando para a divisão municipal em área rural e área urbana, está segunda dividida em Zona Mista I e II, segundo a permissão dos usos solo, sendo a única diferença a permissão do uso industrial na ZMII, esse item também discorre sobre o regulamento das vagas de estacionamento;

(iv) condições gerais relativas às edificações, determinando para o uso residencial o índice de aproveitamento igual a 4 e a taxa de ocupação a 75%, para os demais usos o índice de aproveitamento é 3 e a taxa de ocupação 80%, não é indicado um parâmetro de altura máxima, apenas que as edificações com altura igual ou superior a dez metros devem conter elevadores, e na situação de conjuntos habitacionais de 4 a 5 pavimentos deverão ter monta-carga.

Tais padrões apresentados nas diretrizes não condizem com a realidade local, onde é possível observar gabaritos de ruas maiores, com passeios mais alargados, assim como a presença de recuos frontais e laterais com ajardinamento. Também em contradição os índices de aproveitamento e as taxas de ocupação existentes são muito menores, não havendo edições com mais de 2 pavimentos, nem conjuntos habitacionais.

Dando continuidade aos padrões definidos pela lei que atribui as diretrizes urbanas, destaca-se ainda o aspecto:

(v) das áreas de lazer, que embora anunciado nas disposições

preliminares, não é abordado ao longo da lei;

(vi) da proteção ao meio ambiente, que não permite a criação de animais na zona urbana, sem a expressa autorização da gestão municipal, talvez esse seja o ponto de maior afinidade com a realidade dos enfrentamentos locais;

(vii) da arborização, que visa o controle do plantio de espécies corretas para a preservação dos calçamentos, das redes de água e de energia elétrica, dando preferência ao cultivo de frutíferas nativas, nos parques e praças, contudo a cidade não possui um parque e conta apenas com uma praça;

(viii) dos cursos de água; que reitera a legislação federal ao estabelecer as áreas de preservação permanente;

(ix) do estudo do impacto de vizinhança, que faz referência ao instituído no Estatuto da Cidade para aprovação dos respectivos projetos e licenciamento das obras.

Sob expectativas nebulosas a respeito dessa pequena cidade, que estampa o *slogan* “Apimentando o desenvolvimento” no site onde compartilha sua legislação, cujas leis tanto destoam das análises pré-concebidas a distância. Apesar de configurar um caminho de passagem corriqueiro entre as cidades que estão localizadas no sul do sul rumo à capital do estado, a viagem a Turuçu era

algo inovador não havendo registro de transporte coletivo para esse destino. Constata-se apenas que por ali passam várias linhas de ônibus que saem de Pelotas para os seguintes destinos: São Lourenço do Sul, Camaquã e Porto Alegre. Algumas linhas permitem uma parada na faixa da BR-116, em frente a Turuçu, para o desembarque de passageiros, quando há algum que se dirija a esse destino. Apesar da questão de não ser oficial, tal destino registra grande oferta de horários e empresas de ônibus. Por isso, sem hora marcada, levando apenas protetor solar, caderno para anotações e celular, a pesquisadora se dirigiu até uma parada no centro da cidade de Pelotas. Em instantes adentrou um ônibus, que aceitou, sem hesitar, inserir mais uma parada em seu trajeto.

Diário de bordo

Dia 16 de dezembro de 2017, céu limpo, 31 °C, saída de Pelotas por volta das 15 horas. O deslocamento foi realizado no ônibus da linha Pelotas x Camaquã. Em instantes foi possível avistar Turuçu. Percorreu-se com os olhos a extensa linearidade da urbanização paralela à BR-116, até chegar à parada de ônibus avaliada pelo motorista como o ponto central da cidade. O abrigo parecia abandonado, não havia ninguém nos arredores. Estava localizado no meio do nada. Indícios de cidade despontavam do outro lado da rodovia. A travessia realizou-se sem qualquer aparato de segurança, mas em um momento em que nenhum veículo passava.

Após ter passado menos de uma hora no gélido ar condicionado do ônibus, a sensação térmica de um típico sábado de verão foi aguçada. Em busca de água, foi possível encontrar um comércio aberto a poucos passos, na rua perpendicular à BR. Tratava-se de uma padaria, que, segundo contatou-se durante a pesquisa, era a única de Turuçu. Lá dentro a temperatura era ainda mais alta, provavelmente por causa do forno. A aridez do clima quente e seco se somava ao visual de uma paisagem infinitamente horizontal, formada por campos limpos e solos descobertos. A linearidade era interrompida somente ao longe pelas muralhas das plantações de eucaliptos, com característica de “desertos” só que “verdes”.

Outra interrupção, mais agradável, ocorreu no encontro com a rua

principal. Ali a cena se transformou e, momentaneamente, toda a aridez causada pela poeira levantada pelos passos no saibro da rua anterior ficou para trás. A Avenida Arthur Lange – com pavimentação de bloco de concreto intertravado, também recorrente nas demais cidades visitadas, e com canteiro central arborizado – parecia um oásis, um verdadeiro refúgio. Dessa forma, deu-se a continuidade do percurso, ao longo de distintas e monumentais alamedas. Na sombra delas, fixavam-se bancos de concreto e, junto deles, havia algumas cadeiras móveis, tipo de praia, que faziam da rua uma extensão da sala de estar da casa. O cenário acolhia os moradores para o descanso e promovia encontros entre os vizinhos e os transeuntes naquele entardecer. No entanto, o acúmulo de caminhões estacionados na Avenida e o som dos veículos que passavam em alta velocidade na rodovia advertiam que, a poucos metros, se esvaía essa espécie de oásis, pois logo ali estava a principal e mais movimentada BR da região.

A configuração do espaço dessa cidade abrigava e orquestrava timbres heterogêneos. Sua trilha sonora era composta, ao fundo, por um som motorizado que cortava o ar, lembrando até as imediações de um aeroporto. Porém, seu ritmo era dado pelo canto dos passarinhos que voavam entre as árvores das alamedas, das calçadas e dos jardins frontais. A trilha também era marcada, descompassadamente, pelos mugidos das vacas, pelos relinchos dos cavalos e pelos latidos e uivos dos cachorros. Seria essa a diferença rítmica do *ritornelo*?

A cidade, formada por um conjunto longitudinal de casas e ruas, está localizada entre uma rodovia federal e um campo de criação de gado. Nesse território do entre, havia canteiros centrais cuidados e geridos pelos moradores, visto que em cada tronco de árvore eram cultivadas orquídeas. Entre uma árvore e outra, plantavam-se roseiras e construía-se pequenos jardins dentro de pneus que serviam de floreiras.

Os passeios públicos também orquestravam um ritmo, nesse caso não apenas sonoro, mas visual, tátil e olfativo. As calçadas eram pavimentadas de diversas formas. De praxe, escorregava-se na moda dos pisos cerâmicos, possível manifestação da afinidade entre espaços público e privado ou da confusão entre eles. Alguns trechos do passeio eram gramados ou ajardinados. Quando pavimentados, recebiam vasos e, até mesmo, esculturas, como a do afortunado burrinho que carrega dois cactos. Na interface dos espaços públicos-privados, havia árvores, arbustos e trepadeiras, que garantiam um pouco de sombra aos transeuntes e proporcionavam o desenvolvimento de outras vidas, vegetais e animais. Ali, na sombra de um abacateiro, nasce uma flor que depois alimenta um passarinho. Simples assim. Junto aos passeios, estavam os recuos frontais. A maioria deles era ajardinada. Alguns tinham base de terra e grama; outros, lajota, com vasos e floreiras em cima, adaptando seus jardins as novas condições.

As pimentas não aparecem *in natura* em meio à cidade, mas são

recorrentes nas placas das edificações públicas, como acontece na prefeitura e nas secretarias. O monumento com a escultura da pimenta calabresa indica a localização do centro de eventos da cidade, que foi sede da 16º Oktoberfemorango e da 16º Fepimenta, ambas realizadas em 2017. Já os movimentos da cidade naquele sábado não puderam ser vistos de modo tão declarado quanto o símbolo da pimenta. Eles existem, mas não se notam explicitamente, porque se diferem do que acontece na excessiva concentração das grandes cidades. Suas oscilações decorrem dos sons já descritos, dos olhares ilusoriamente estáticos que apreciam a paisagem, daqueles que cuidam dos afazeres do jardim, dos poucos que transitam, seja a pé, de bicicleta ou em veículos motorizados, que assim como o vento, passam. Esses sutis movimentos compõem e transformam aquele território.

Naquele entardecer de sábado, os poucos comércios da cidade estavam entreabertos, quase fechando ou fechados. Os veículos – caminhões, carros, motos e bicicletas – estavam estacionados. A vida parecia repousar. Uma indústria local, que ainda sobrevive, também não estava ativa naquele dia. Até mesmo as igrejas estavam de portas cerradas. No caminho de volta, percorrendo a rua do meio, que ao final acessaria a BR, surgiu o caminhão de um feirante que chegava a casa para descarregar os restos e por ali descansar, provavelmente até a segunda-feira. Assim, como o feirante, a pesquisadora findou por um tempo sua atividade. A espera do ônibus para retornar a Pelotas

não demorou muito no tempo do relógio, só no longo tempo regido pelo incômodo da incerteza do que esperar. A partir do abrigo da parada de ônibus, observou-se que a estrada estava mais movimentada do que no momento de chegada. Vários ônibus passaram por ali, até que um, enfim, parou.

A experiência em Turuçu revela um encontro com Hefestos. A presença do deus fogo foi sentida pela aridez, mas também pela estética visual e sonora de um oásis, que seduz como um lume através de seus ritmos agudos e únicos. Turuçu poderia representar a vitória do fogo, presente na atividade industrial e no cultivo da pimenta, sobre a água, motivo de sua origem nas imediações do grande arroio. Segundo o valor simbólico dos mitos, essa façanha foi garantida por Hefestos, mas sem harmonia entre os elementos. Hefestos cultivou a habilidade do mundo industrioso. Mestre das artes do fogo, em prejuízo da sua identidade, traído, enfermo, coxo, revela “o ‘saber fazer’ à custa do ‘saber ser’” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009, p. 485).

Coletâneas

- [1] Coletânea Registros de Viagem, Turuçu/RS. Fonte: Software Google Earth™, 2017, editado pela autora.
- [2] Coletânea Primeira Impressão: Abandono, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [3] Coletânea Alamedas, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [4] Coletânea Estar, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [5] Coletânea Caminhos, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [6] Coletânea Jardinagem dos Espaços Públicos, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [7] Coletânea Vegetação, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [8] Coletânea Jardins Frontais, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [9] Coletânea Animais, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [10] Coletânea Instituições: Associação dos Funcionários de Arthur Lange; Prefeitura Municipal; Secretaria de Agricultura, Obras, Urbanismo, Trânsito e Saneamento; Câmara de Vereadores, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [11] Coletânea Monumento à Pimenta, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [12] Coletânea Movimentos, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [13] Coletânea Comércio, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [14] Coletânea Estacionamentos, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.
- [15] Coletânea Indústrias: Sapataria local, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017. Empresa Arthur Lange e Filhos Ltda. Antiga, Turuçu/RS. Fonte: Google Street View. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/place/Turuçu> > Acesso em: 20 fev. 2018.
- [16] Coletânea Igrejas: Adventista do Sétimo Dia; Comunidade Evangélica de Confissão Luterana Bom Pastor; Igreja Católica São José Operário, Turuçu/RS. Fonte: da autora, 2017.

Turuçu

16/12/2017 – Sábado



Percurso 3Km
Duração 1h30min
Início 16h08min
Final 17h38min



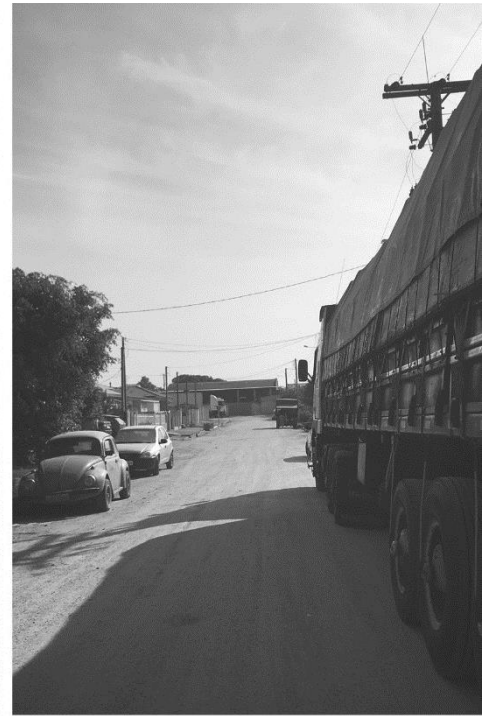
Viagem 50min
42,5Km de Pelotas
Acesso BR-116

0 100 500m















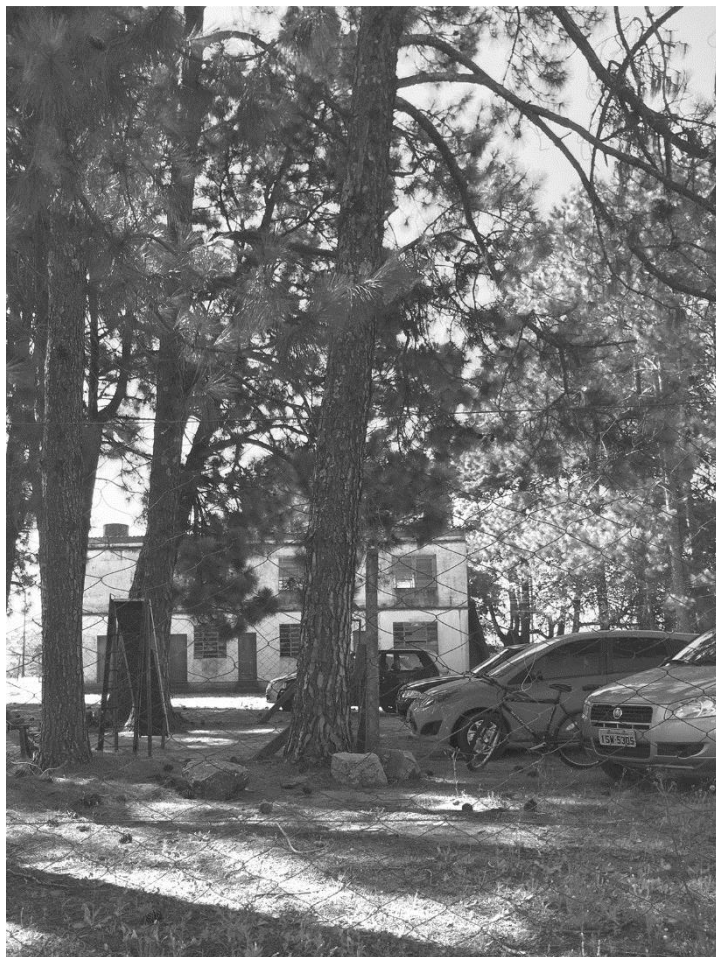
















Mapa de Hefestos

O chão e o ar ardiam como um sinal de boas-vindas a Hefestos, cidade que, para além do estereótipo de um cenário devastado após um incêndio, continha no seu íntimo a beleza do próprio fogo. Hefestos compunha-se do movimento rítmico de uma flama: descompassado, complexo, plausível à diferença e não à repetição. Dentre a calmaria espaço-temporal, estavam intrínsecas as oscilações visuais, sonoras e táteis.

A cidade, fruto de um encontro entre o saber fazer e o saber ser, foi experienciada em um recorte espaço-temporal determinado por um corpo intruso, um estrangeiro que naquele instante compôs uma paisagem que anunciava distintos modos temporais. O tempo do deus Chronos estava ali para conduzir aqueles que precisam olhar o relógio e também os dias que tem feira – segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feira. Para alguns, aquele sábado era como

se fosse um dia com feira. Nesse espaço-tempo do já e do ainda não, entre a semana que já havia passado e a que ainda estava por vir, uns procuravam um lugar à sombra, e compunham pouco a pouco um “estar”, apropriando-se de tudo que só essa interrupção na rotina pode oferecer. Ali estava a fagulha do cotidiano, na sua máxima expressão de potência. Esse espaço no meio de, no entre-tempo, pertence a outro deus: o Aion.

Tal divindade oferece um tempo flutuante, não mesurável, que transcorre não externamente, mas sim a partir de cada subjetividade. O acontecimento deleuziano não tem lugar no tempo Chronos, sucessivo, marcado por um início, um meio e um final. Contrariamente, o acontecimento marca uma interrupção, uma censura, capaz de parar um tempo e retomar outro. Esse espaço não temporal é regido por Aion. Talvez seja mais banal, mas pode-se dizer que no tempo vago, despretensioso, ocioso, nesse

intervalo de tempo em que parece não acontecer nada, é que acontecem grandes coisas, coisas que realmente importam

O poder desse instante atemporal se reflete nas livre escolhas dos locais de “estar”. Sempre à sombra, esses locais podiam ser fixos e consolidados, como um banco de concreto; móveis e recém extraídos do interior da casa, como uma cadeira; montáveis e desmontáveis, como um assento de praia; ou fruto de uma intervenção, transformação que não requer obra, apenas ato: “e o menino que usava a escada para subir no meio dela usou-a para sentar.”

A composição da cena do “estar” ardia na monotonia de um olhar treinado a arquitetar, regular, organizar, ordenar, alinhar os elementos que estruturam a paisagem. Em meio àquela bagunça formal, carregada de informações visuais, foi despertado, mais que o globo ocular, um corpo inteiro, convidado a sentir a

multiplicidade e a complexidade, a experienciar o território. A viagem a Hefestos ofereceu uma imersão sensorial análoga a uma pitada de pimenta, que aguça os sabores da comida. A partir dessa experiência foram potencializadas muitas outras...

3.4. Ágora | Pelotas

Toda obra é uma viagem, um trajeto, mas que só percorre tal ou qual caminho exterior em virtude dos caminhos e trajetórias interiores que a compõem, que constituem sua paisagem ou seu concerto (DELEUZE, 1997, p. 9-10).

O procedimento da pedagogia da viagem acontece não só através do deslocamento físico, mas também se realiza no interior do pesquisador movido pelo desejo de novas experiências. A viagem simboliza uma procura pelo conhecimento e, nesta pesquisa, resume uma aventura por territórios de um devir menor até então incógnitos: Morro Redondo, Arroio do Padre e Turuçu. Após várias viagens externas e internas, atenta-se que todas partiram e retornaram a um mesmo ponto, que compõem outro território, indissociável dos demais. Pelotas, representa uma espécie de Ágora da mitologia grega, devido a seu caráter de reunião e de concentração. Como uma praça, acolhe os encontros de Dionísio, Diomedes, Hefestos, entre outras cidades ou divindades que compõem essa região.

Pelotas é o centro urbano mais populoso e a cidade polo da região estudada. Em 2016, a população do município foi estimada em 344.385 habitantes, apresentando um aumento populacional de aproximadamente 5% em relação ao último censo, realizado há oito anos. Desde os registros de 2010, mais de 93% da população é urbana. A divisão administrativa que recebe o nome

da sua cidade polo, formada por 482.915 habitantes em uma extensão de 10.331,5 km², é considerada pelo IBGE uma microrregião pertencente à mesorregião Sudeste do estado do Rio Grande do Sul, abrangendo os municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu (IBGE, 2010, 2016).

Contudo, a grandeza de uma Ágora não pode ser medida pelo seu tamanho, mas sim pelo seu potencial de concentração, dado pelos encontros que acontecem nesse ou a partir desse território. Segundo Endlich (2006), os potenciais de atração, comuns às cidades polos, derivam da diversificação da oferta das atividades comerciais e dos serviços públicos e privados, especialmente dos equipamentos de saúde especializada e de educação superior. A cidade de Pelotas se assemelha a essa condição devido à oferta e também à alta centralização desses serviços, muitas vezes inexistentes nas demais cidades da região.

Endlich (2006) destaca que a municipalização dos serviços de saúde no Brasil gerou uma articulação necessária entre as cidades a fim de superar as dificuldades financeiras. Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES (2017), Pelotas é o único município da microrregião que possui hospital de alta complexidade. Através de quatro unidades, a cidade atende desde as demandas cirúrgicas até grande parte das demandas de maternidade

dos demais municípios. Outra relação de forte dependência ocorre diretamente entre Cerrito e Pedro Osório, cujas áreas urbanas, separadas pelo Rio Piratini, estão conectadas por uma ponte. Os municípios compartilham o mesmo hospital. Cerrito, emancipado de Pedro Osório há pouco mais de duas décadas, aplica parte dos seus recursos de saúde no município vizinho, o que permite que a população desfrute em conjunto de tal equipamento¹³.

Em relação à oferta de ensino superior na microrregião, a cidade de Pelotas possui seis instituições cadastradas nos registros de 2017 do Ministério da Educação – MEC, a Faculdade Anhanguera de Pelotas, a Faculdade de Tecnologia SENAC, a Faculdade João Paulo II, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, a Universidade Católica de Pelotas e a Universidade Federal de Pelotas. Esta última possui ainda um campus universitário em Capão do Leão, mas sua instalação antecedeu o processo de emancipação do município. Ainda sobre os equipamentos de ensino superior, apenas mais uma cidade da microrregião conta com serviço de ensino superior. Trata-se de São Lourenço do Sul, onde há a extensão de um campus da Universidade Federal do Rio Grande.

Os serviços de saúde e educação impulsionam inúmeras viagens entre Pelotas e as demais cidades. Os deslocamentos em busca de saúde são

¹³ Informação verbal, fornecida na entrevista com a arquiteta e urbanista de Cerrito – Pedro Osório (apêndice D).

realizados, em geral, pela frota municipal, através de ambulâncias, carros ou vans. Já os que se dão em razão da busca por educação acontecem por meio de vans, micro-ônibus e ônibus, que usualmente são contratados pelas associações de estudantes, algumas das quais possuem auxílio do município menor. Nesse quesito, também é comum uma articulação entre os municípios para atender os moradores que viajam em busca de ensino especializado. Por exemplo, no período de exames ou férias de algumas instituições, quando o número de passageiros diminui, uma única linha com origem em Camaquã atende também os demais municípios localizados no caminho até Pelotas, dentre eles Cristal, São Lourenço do Sul e Turuçu¹⁴.

Os deslocamentos entre os territórios acontecem ainda de modo particular e individual, bem como através de ônibus intermunicipais. As rotas destes geralmente acessam o centro da cidade de Pelotas, onde há paradas, especialmente junto aos locais de prestação de serviços e de atrativos comerciais. Embora sejam turnês rotineiras, esses deslocamentos realizam o intercâmbio de experiências singulares entre esses territórios. Um fluxo intenso, que sutilmente pode hospedar um processo de aprendizagem, uma pedagogia da viagem. A bagagem, ou plano extensivo, constitui os crivos dos sujeitos que se lançam, sensíveis ou não, aos *afectos* e *peceptos* produzidos em uma viagem, ou plano intensivo. No retorno, ou plano cartográfico, territórios e vidas

¹⁴ Experiência da pesquisadora na viagem de volta, de Cristal até Pelotas.

são tecidos, criados e transformados. Esse movimento entre viagens e encontros, mesmo que sutil, reverbera em múltiplos desejos.

O deslocamento dos arquitetos e urbanistas revela que a Ágora, além de concentrar vários desejos e saberes, os dissemina pela região. Todos os arquitetos e urbanistas entrevistados (apêndices B, C, D, E, F e G) cursaram a graduação em Pelotas. Alguns, na Universidade Federal de Pelotas. Outros, na Universidade Católica de Pelotas. Alguns vinham das suas cidades para Pelotas diariamente. Outros, depois de formados, faziam o caminho inverso, saindo todos os dias de Pelotas para trabalhar nas pequenas cidades da região. Esses profissionais, aproximados pelo território de formação, contêm singularidades na construção dos seus conhecimentos, dadas pelas experiências obtidas nos distintos territórios habitados. Essa potência gerada por diferenças e subjetividades, perceptível nesses territórios de um devir menor, somou-se aos agenciamentos da filosofia da diferença e do urbanismo contemporâneo a fim de sugerir pistas cartográficas que direcionem uma reflexão sobre o papel do profissional arquiteto e urbanista nas cidades pequenas.

4. Arquiteta-urbanista-cartógrafa | Pistas cartográficas

“As cidades são locais fantasticamente dinâmicos, o que se aplica inteiramente a suas zonas prósperas, que propiciam solo fértil para os planos de milhares de pessoas” (JACOBS, 2000, p. 8). Reconhecer que existem singularidades e interesses distintos nesse contexto é fundamental para a atuação do arquiteto e urbanista que se propõe a ação de planejar e projetar nas e para as cidades. Quase que contraditoriamente às concepções que definem planos e projetos na perspectiva do urbanismo contemporâneo, deseja-se processos que permitam que a vida aconteça, transformando o produto final em elemento não hierarquizável, aberto no *continuum* do espaço e do tempo.

La arquitectura amplía sus âmbitos y sus materiales para proyecto de habitabilidad del mundo. Por ello, cabe definir nuevos códigos de actuación con los cuales desencadenar um proyecto arquitectónico que tengan como fundamento la conexión con los valores y los potenciales del lugar. Um processo que, al terminar, permita dejar unas condiciones abiertas para que la vida opere, igual cuando se planta un árbol (GUALLART, 2008, p.5).

Em consonância com as ideias de Vicente Guallart, surge nesta pesquisa uma arquiteta-urbanista-cartógrafa que pretende deixar condições abertas para que a vida possa atuar nas cidades pequenas. Não como uma árvore ou uma

estrutura tradicionalmente aplicada ao urbanismo, mas sim em um devir-urbano, que transcorre como uma grama. A árvore, modelo representativo da raiz-pivotante ou fasciculada, segue uma lógica binária, articula e hierarquiza os decalques. A árvore é filiação, impõe o verbo “ser”. A grama, modelo representativo do rizoma, não segue uma lógica estrutural ou gerativa, é cartografia, é mapa, e não decalque. O rizoma é aliança, não tem início nem fim, se encontra sempre no meio, no entre as coisas, tem como tecido a conjunção “e... e... e...” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a).

Os resultados desta pesquisa cartográfica, apresentados como uma composição de pistas, estão entre a importância do interesse da ciência que investiga e o interesse próprio da investigadora sobre as cidades pequenas. “O pesquisador sai da posição de quem – em um ponto de vista de terceira pessoa – julga a realidade do fenômeno estudado para aquela posição – ou atitude (o *ethos* da pesquisa) – de quem se interessa e cuida” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p. 29). Na experiência de arquiteta-urbanista-cartógrafa, a pesquisadora coloca-se em uma dimensão interativa com as experiências capturadas nas cidades percorridas e os discursos dos arquitetos e urbanistas, atuantes nessas cidades (apêndices). O intuito disso é conferir ao trabalho um sentido de cuidado às atividades de plano e projeto do urbanismo contemporâneo e também às intervenções urbanas.

4.1. Planos e projetos | Pista de Hospitalidade

As cidades pequenas cartografadas demonstram uma condição de “contra-urbanismo”. Assim como a cidade natural de Christopher Alexander (1965), surgiram espontaneamente, sem planos e projetos na sua concepção, e receberam uma pátina da vida. Além dessas características, as cidades pequenas seguem sobrevivendo, muitas vezes, sem diretrizes para a implantação de medidas de ordem técnica, econômica, social ou política, provenientes das práticas do planejamento urbano, comumente regulamentadas pelo Plano Diretor. Com frequência, não contam com a atividade técnica de criação para as intervenções no espaço urbano; ou seja, não há projetos urbanísticos de loteamento, regularização fundiária, sistema viário, acessibilidade, equipamentos urbanos, entre outros.

A atividade dos arquitetos e urbanistas geralmente está voltada para as grandes e médias cidades. O Estatuto da Cidade (2002), por exemplo, traz essa concepção no seu conteúdo, onde grande parte dos instrumentos está direcionada aos processos de verticalização, de expansão periférica e da falta de habitação. No capítulo II, da Política Urbana, o Estatuto apresenta como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Atentos às questões presentes e ausentes no Plano Diretor nas cidades pequenas, Marinho e Pozzobon

defendem a importância de tal proposição:

Embora possam não sofrer na mesma escala que os problemas urbanos dos grandes centros, os pequenos municípios seguramente sofrem com a falta de definição de diretrizes e instrumentos para orientar seu desenvolvimento e, portanto, não devem abrir mão de construir seu referencial para cuidar do seu território e orientar o desenvolvimento urbano. Mais que isso, todos os municípios têm por atribuição constitucional a responsabilidade de exercer o controle sobre o uso e ocupação do solo e criar condições para o desenvolvimento sustentável e mais justo do seu território (MARINHO; POZZOBON, 2004, p. 69).

As cidades pequenas, sem ordenamentos previsíveis e controladores, podem ser vistas como cidades selvagens. Não se encontram submetidas aos aspectos negativos e aos rigores formais, que remetem à artificialidade e à assepsia, característicos das práticas de domesticação, organização, higienização e embelezamento da disciplina arquitetura e urbanismo. Contudo, a intenção de um plano ou de um projeto é sempre positiva, como noticiam seus nomes, desde os planos de melhoramento até os, mais recentes, planos estratégicos de revitalização e requalificação. Os arquitetos e urbanistas atuam em prol de resolver ou amenizar os problemas, qualificar os espaços. Em síntese, tentam melhorar a vida urbana. “No entanto, as criações do urbanismo são, em toda parte, assim que aparecem, contestadas, questionadas”, como

aponta Françoise Choay em obra que propõe uma extensa antologia sobre o urbanismo (2013, p. 1).

Diante disso, o conceito de hospitalidade do filósofo Jacques Derrida, aproximado das temáticas da arquitetura por Fernando de Freitas Fuão (2014), apresenta-se como uma potência para pensar frente aos planos e projetos nas cidades pequenas, assim como, sobre suas ausências. O conceito de hospitalidade sugere mais que uma simples ponderação dada pela dualidade de lugares hospitaleiros ou inóspitos. Ele permite pensar sobre um sentido de acolhimento. Este pode reestabelecer uma ética nas ações de arquitetura e urbanismo a partir da abertura de um espaço, através do ato de dar passagem, de permitir a chegada do outro, a coexistência do diferente. A passagem, como ideia de abertura e ligação, é evidenciada pelo arquiteto e urbanista Fuão em muitos de seus ensaios sobre as formas de acolhimento presentes na cidade – como a porta, a ponte, o elevador o teleférico – e também nos seus estudos sobre a *collage*.

Os modos de acolhimento, hospitalidade derridiana (FUÃO, 2016), podem ser explorados nesta pesquisa a partir da trajetória dos arquitetos e urbanistas que se inserem no serviço público. Isso porque não há aberturas, pré-estabelecidas ou afirmadas, para esses profissionais nas prefeituras das cidades pequenas. O discurso dos arquitetos e urbanistas atuantes no serviço público entrevistados nesta pesquisa (apêndices D, E e F) denuncia a ausência de vagas

para profissionais concursados nos municípios de pequeno porte da microrregião de Pelotas. Quando conquistados tais serviços, os profissionais ficam sujeitos às condições das contratações temporárias, que contabilizam no máximo dois anos, o que compromete as atividades de longo prazo, especialmente as que tangem às questões de planejamento urbano. Outra possibilidade são as contratações como cargo de confiança, que acentuam ainda mais as relações de interesses pessoais características das cidades pequenas. Nessa situação, é difícil priorizar as instâncias públicas diante do favorecimento das relações individuais e personificadas, bem como dos bens privados.

Nesse cenário profissional, conformado por uma passagem corrompida, existe uma possibilidade, entre as fissuras, de acessar uma luz: o fulgor do conhecimento, que segundo o discurso dos arquitetos e urbanistas entrevistados deve ser construído em conjunto, entre a comunidade, outros técnicos e a gestão. O arquiteto chega geralmente como um estrangeiro, um hóspede nem sempre desejável, um estranho devido à sua origem ou à indiferença em relação às suas atribuições, desconhecida por muitos. De acordo com uma das falas (apêndice E), o início é mais difícil. Esse começo se refere tanto à chegada, como à cada lançamento de uma nova proposição. Por isso, para seguir em frente, é imprescindível certo tempo para ganhar a confiança da população e mostrar a importância do trabalho a ser realizado. “O arquiteto precisa descer do seu pedestal” (apêndice E) para incentivar os processos de participação visando

à construção de planos e projetos. Tal ação favorece uma futura apropriação e solicitação dos seus serviços.

Hospitalidade é a hospitalidade da cidade como um todo, mas antes de nada, é a hospitalidade com que cidadãos se acolhem uns aos outros, independentemente da forma. Hospitalidade é capacidade de receber o outro, os outros, para além da própria capacidade, o estrangeiro, o estranho, o que vem do outro do lado, e para isso não é necessário dar nada. A hospitalidade não se funda na dívida, mas na dúvida, na incerteza, na indecidibilidade e, principalmente na impossibilidade de uma retribuição. O que funda a hospitalidade é o lugar, como disse Derrida, e o lugar não pede nada em troca, a não ser a presença do que chega e de quem espera (FUÃO, 2014, p. 62).

O conceito de hospitalidade explicita que mesmo as situações hostis ou inóspitas são capazes de acolher. Há hospitalidade dentro da inospitalidade e vice-versa. Esse acolhimento possibilita estabelecer uma ética, dada por procedimentos de alteridade, perante a arquitetura e o urbanismo (FUÃO, 2014).

Para que o arquiteto e urbanista conquiste um papel de atuação nas cidades pequenas, ele precisa estar disposto a dar passagem aos demais agentes e interesses locais. Junto às “decisões técnicas, estão as decisões políticas” (apêndice E). Em consonância com essa afirmativa sobre a experiência de atuação em uma cidade pequena, é possível transcorrer em outra dimensão espaço-territorial, promovendo um encontro com outro arquiteto, o Josep Maria

Montaner (2009, p. 9), que assegura a forte relação existente entre as questões estéticas, éticas, sociais e políticas na condição da arquitetura contemporânea: “cada posição formal remete a uma concepção do mundo e do tempo, do sujeito e do objeto”.

Contudo, para que haja uma harmonia entre as decisões técnicas e políticas e, para que elas sejam éticas e atendam as demandas sociais, é fundamental que cada um tenha posse do seu papel. Um arquiteto que assume um cargo com outra nomeação profissional – ainda mais quando não compõe o quadro técnico, mas sim o da gestão, os famosos “CC”, ou seja cargos de confiança – não pode assinar os registros de responsabilidade técnica – RRT. Desse modo, não pode garantir a autonomia e o comprometimento na prestação do seu serviço. No entanto, a ausência de profissionais arquitetos e urbanistas nas prefeituras dos municípios pequenos, despontam uma condição mais recorrente e menos favorecida do que as escassas e frágeis contratações existentes.

Tal ausência tem evidenciado uma proposição de planos e projetos inadequados. Como na legislação do Plano Diretor de Arroio do Padre, que destoa completamente da condição local em relação às alturas e aos recuos

permitidos. Além desse município¹⁵, Turuçu e Cristal também não contam com profissionais arquitetos e urbanistas no quadro de funcionários da prefeitura. Não houve também profissionais com essa formação que tenham trabalhado em seus planos urbanísticos. Talvez esse fato evidencie que a afinidade entre as leis de Diretrizes Urbanas¹⁶ propostas nas duas cidades não é mera coincidência. Com o mesmo o título, as leis seguem a mesma ordem na proposição dos capítulos e artigos, que contêm a mesma redação e os mesmos parâmetros. Sem mais informações para uma devida análise, como menções à elaboração da lei e sua aplicabilidade, avalia-se que estes documentos se tratam de um modelo genérico que poderia ser replicado indistintamente para inúmeras cidades, não sendo, dessa forma, aplicável a nenhuma.

O Plano Diretor de Morro Redondo¹⁷ pode ser considerado uma exceção, tanto pela forma como foi elaborado, quanto pelo condicionamento dos modos

¹⁵ ARROIO DO PADRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Arroio do Padre**. Lei N° 006/06, de 04 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://arroiodopadre.rs.gov.br/novosite/planodiretor2015/>>. Acesso em 30 de nov. 2017.

¹⁶ CRISTAL, Prefeitura Municipal de. **Diretrizes Urbanas do Município de Cristal**. Lei N° 1050/08. Disponível em: <<http://www.cristal.rs.gov.br/p.php?id=41&1989%2F2012>> Acesso em: 20 dez. 2017. TURUÇU, Prefeitura Municipal de. **Diretrizes Urbanas do Município de Turuçu**. Lei N° 720/09. Disponível em: <<http://www.turucu.rs.gov.br/225/Legislacao/>> Acesso em: 20 dez. 2017.

¹⁷ MACIEL, Alexandre Pereira. Município de Morro Redondo. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico (1990-1995). In: **Antigos Prédios e Novos Municípios: Patrimônio Arquitetônico Urbano Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu e Arroio do Padre – RS**. Pelotas: Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/1063>>. Acesso 16 em mai. 2017.

de vida local nas suas proposições. Ele foi construído de forma conjunta entre a prefeitura, que dispunha de um quadro técnico de arquitetos e estagiários, dentre outros profissionais, e a participação de professores e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que estavam envolvidos em um projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas. Na década de 1990 já havia tensionamentos sobre a importância da participação popular na construção dos planos e projetos. Entretanto tal garantia só foi fundamentada nos anos 2000, com o Estatuto da Cidade. Ainda que a representação dos municípios se restringisse aos poderes Executivo e Legislativo, a população esteve presente no cerne das proposições, que evidenciam um caráter rural nos modos de vida dos morro-redondenses.

A hospitalidade não atribui um sentido ao espaço, mas sim um sentido intrínseco ao indivíduo, aos modos de vida que hospeda. Hospedar um modo de vida rural em meio à cidade é possível. Mais do que isso, é necessário pensar um plano do território municipal que dissolva as fronteiras entre o urbano e o rural, sobretudo nas pequenas cidades, de modo que o urbano esteja contido no rural e vice-versa. Isso corrobora as experiências da pedagogia da viagem nas pequenas cidades da microrregião de Pelotas e a ideia do território de um devir-urbano construído na fundamentação teórica desta pesquisa. Entretanto, assumir uma única identidade, de um morador padrão, como se todos tivessem habilidades e prazer em cultivar uma horta, por exemplo, pode representar a máxima de um desejo de hospitalidade, que a torna hostil. Não é uma tarefa

simples acolher as diferenças das vidas que fogem à regra, que não são determinadas por um padrão.

Para propor um plano que abranja todo o município, faz-se necessário evidenciar as singularidades dos distintos modos de vida que sobrevivem e transformam o território. Isso poderia possibilitar modos de viver isolado, em comunidade, ou no anonimato da urbe. Mesmo na área rural dos municípios podem haver distintos modos de vida. Os extremos podem ser vistos nas diferenças entre o interior de Pedro Osório e Cerrito (apêndice D). Em Pedro Osório, o cenário recorrente de grandes propriedades, latifúndios, propicia atividades de monocultura, que precisam de serviços mecanizados. Lá são poucos os que residem. Ocupa-se mais o tempo lidando com motores do que com a terra propriamente. Já em Cerrito, o cenário de pequenas propriedades facilita as atividades de uma agricultura familiar, que utiliza quase que exclusivamente a mão de obra humana. Lá a densidade populacional é maior, alguns aglomerados se reconhecem enquanto vilas e formam comunidades.

Apesar dos grandes avanços na elaboração e na proposição do Plano Diretor de Morro Redondo, este sofre um grande entrave na sua implementação. Isso por causa da não publicização das leis que o compõem e da necessidade de uma revisão, pois já se passaram mais de duas décadas. A proposição da participação popular, assim como a orientação de uma revisão periódica e frequente das leis urbanas segundo o Estatuto da Cidade (2001), permite uma

abertura, um movimento de acolhimento. Segundo Fuão (2014), a abertura dá o sentido, o sentimento, e assim a possibilidade hospedar as diferenças.

O Estatuto da Cidade também regulamentou as diretrizes para o planejamento urbano e territorial, definindo que os Planos Diretores devem ser responsabilidade das prefeituras e abranger a totalidade do perímetro municipal. O processo de planejamento passa por algumas etapas básicas que constituem uma eterna espiral. No entanto, essa não pode ser simplesmente explicada por sua forma geométrica, como alertam os estudos de Vico (1979). Além dos procedimentos cíclicos e repetitivos de levantamento, análise, diagnóstico, prognóstico, proposição, avaliação e implementação, as atividades de planejamento urbano e territorial, carecem da habilidade de abordar distintas escalas, tempos e desejos.

Pensar em uma hegemonia territorial, através de um único recorte, visto a partir de uma única escala, sugerida em um único tempo e sob a perspectiva de um único desejo, pode ser uma grande falha do papel de um arquiteto e urbanista. Talvez essa seja umas das limitações desta pesquisa, já que somente as áreas centrais das cidades foram percorridas durante as viagens e que as cenas capturadas evidenciam um recorte temporal: a visita a Arroio do Padre ocorreu abaixo de chuva, a Turuçu foi em um sábado, a Morro Redondo se deu durante a safra do pêssego. Cada vez, a cada instante, o território acontece em um ritmo, ele suporta os movimentos de *te-des-re-territórios*, que constituem os

ritornelos (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Nesse momento, devido a aproximação de tal consciência, uma arquiteta-urbanista-cartografa pode se perguntar: As cidades pequenas realmente precisam de planos e projetos? Talvez sim, pois ainda há muito a fazer, muitos desejos a atender e a despertar. Destaca-se a urgência de praças, além de hortas, pátios, jardins e canteiros. As cidades precisam de praças, Ágoras, templos de acolhimento. Todo ato de hospitalidade implica um encontro e configura um estado aberto e receptivo (FUÃO, 2014). As praças hospedam os encontros entre o ócio e os negócios, entre a vida humana e natural, e muitos outros. Planejar e projetar espaços abertos é um grande desafio e desejo da contemporaneidade, apontado nos estudos da preeminência do vazio de Montaner (2009). A maioria das poucas praças percorridas durante as viagens configurava espaços residuais, de difícil urbanização. Não possuía equipamentos, nem pessoas.

A hospitalidade resulta em uma pista a partir das reflexões do papel de uma arquiteta-urbanista-cartógrafa em meio às atividades de planos e projetos, públicos e privados. “A pré-figuração do espaço, o projeto é um ponto de partida que pode dar certo ou não, nunca um ponto de chegada” (FUÃO, 2014, p. 53). Tal pista está atrelada ao ato de cuidar, zelar, amar, como a hospitalidade incondicional de Derrida, que versa sobre uma afetividade perdida no tempo e compõe o espaço da arquitetura, da cidade e, atualmente, até mesmo um

ciberespaço no mundo. Esses espaços constituem uma rede de comunicação e de encontros e se diferem da hospitalidade enquanto mercadoria, da arquitetura de um hotel ou da cidade turística, fruto da indústria cultural. A pista de hospitalidade se dá pela sobreposição de planos, mapas, planos, projetos e ações. Não há um caminho único, não está sendo sugerido um plano ou um projeto inusitado ou extraordinário, possível de ser replicado. Indica-se a relação com o conceito de hospitalidade apenas como uma pista a fim de acompanhar a processualidade que requer uma cartografia, que seja capaz de acolher multiplicidades e que sempre possa ser criada ou reinventada.

4.2. Urbanismo contemporâneo | Pista de Subjetividade

A produção do espaço das cidades pequenas na contemporaneidade mostra, além do presente momento, também as aspirações da representação de uma certa “modernidade”. As modificações resultantes desse desejo, como sinônimo de progresso e desenvolvimento, oferecem formas, objetos, conteúdos e problemas até então exclusivos dos núcleos maiores. O consumo e a consumação desses desejos incorporam novas arquiteturas, novas configurações da urbe e, assim, novos modos de vida, que não transcorrem necessariamente nessa ordem. Essas novidades podem constranger os marcos tradicionais e simbólicos das cidades segundo Baumgartner (2010).

As falas dos arquitetos e urbanistas (apêndices B, C, D, E, F e G) confirmam tais desejos nas cidades pequenas da microrregião de Pelotas. A população da cidade pequena deseja o shopping, o edifício em altura, o asfalto, as novas tecnologias e materiais. Por trás desse desejo, existe uma ideia de ascensão social. No entanto, a ausência desse desejo, evidencia uma baixa-estima da população, um certo pessimismo, um comodismo desacomodado. A ação de uma arquiteta-urbanista-cartógrafa na contemporaneidade requer flexibilidade, elasticidade, habilidade, agilidade, disposição, entre outras características que poderiam facilmente estar associadas à atividade de uma bailarina. “Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque

remete sempre a uma presumida competência”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 21). As intervenções urbanas podem auxiliar as questões sociais implicadas na vida cotidiana, mas só sob a condição de que as intenções libertadoras da intervenção fomentem as práticas e os desejos do indivíduo em exercitar sua própria liberdade.

Em sua literatura, Walter Benjamin (1987) discorre sobre a representação do camundongo Mickey como um dos desejos do homem contemporâneo. Todos saem do corpo do camundongo. Ao mesmo tempo em que superam os limites técnicos, zombam deles. O primitivismo e o conforto se unificam. As pessoas, esgotadas pelas infinitas complicações diárias, enxergam o objetivo da vida apenas como um ponto de fuga. Em uma interminável perspectiva, surge uma existência que basta a si mesma, um automóvel não pesa mais que um chapéu de palha. Assim, a produção do espaço na contemporaneidade se serve das práticas em arquitetura e urbanismo como instrumento político de dominação ou para manutenção do estado das coisas. Mas também de lutas, de micropolíticas; junto às “estratégias” comparecem as “táticas” (CERTEAU, 2014).

Morro Redondo captura fortes desejos característicos das cidades grandes, especialmente no que tange ao consumo das relações neoliberais para a produção da cidade. Isso é notório na expressão do artifício de um centro comercial, o shopping center. Distintamente das edificações usuais, seu exemplar estabelece um diálogo e certa harmonia com o entorno, convidando o

transeunte a adentrar. Dessa forma, torna-se mais próximo à condição de uma arquitetura de galeria ou de feira, onde diferentes produtos, vendedores e consumidores são acolhidos pela mesma cobertura. Outro desejo explícito em Morro Redondo revela certa afinidade com o modelo de cidade fruto da indústria cultural. Abordado nos planos estratégicos sobre as novas proposições de gestão urbana apresentados por Otília Arantes (2013). Através da presunção de uma solução econômica frente às atividades turísticas, que oferecem como espetáculo um cenário natural junto a um modo de vida colonial-sustentável, a cultura de Morro Redondo assume uma identidade genérica, a partir das heranças dos seus imigrantes, particularmente dos alemães.

Pelotas também apresenta um modo de vida influenciado diretamente pela dinâmica e convívio com os moradores das cidades vizinhas. Nos últimos anos, uma fábrica de biscoitos com sede em Pelotas tem realizado campanhas que remetem a cenas de um cotidiano típico das cidades pequenas. Os projetos da empresa exaltam principalmente as questões de vizinhança através de dispositivos que motivam os encontros, o compartilhamento de conhecimento, as brincadeiras e demais atividades de convívio e apropriação das ruas da cidade. “Por que não reunir vizinhos novamente e tentar mudar a situação?” A pergunta proferida no vídeo do *Projeto Cadeira na Rua*, após imagens de muros, grades, cercas elétricas e arames de concertina, anuncia outra possibilidade aos moradores da cidade de Pelotas: colocar uma cadeira na calçada para sentar

junto com os vizinhos, seja para conversar ou comer biscoito, tornando as ruas mais seguras.¹⁸

A segurança criada a partir da vigilância natural é consenso desde os famosos “olhos na rua” anunciados por Jane Jacobs (2000), nos seus estudos para as grandes cidades na década de 1960. Entretanto, a condição consagrada pela autora se difere em dois aspectos fundamentais da intenção proferida na campanha e da dinâmica das cidades pequenas, especialmente no que diz respeito às cenas observadas em Turuçu. O primeiro aspecto reverte a clara separação entre o espaço público e o privado, sugerida por Jacobs, visto que a intenção da campanha evidencia uma relação intrínseca entre o espaço público e o privado. A partir do ato de apropriação, as pessoas experienciam uma condição de fronteira nesses espaços, onde os ambientes coexistem sem ser definidos ou delimitados. O segundo aspecto reverte a condição da convivência entre estranhos, defendida pela autora. Nesse caso, a campanha propõe aproximações, ou seja, um certo (re)conhecimento entre os vizinhos, como experienciado nas cidades pequenas, onde todo mundo conhece todo mundo e pode, inclusive, expulsar os estrangeiros, como em Arroio do Padre.

Em uma cidade de raros alpendres ou sacadas, também de poucas praças e parques, é esperado que as pessoas ocupem as calçadas em frente às

¹⁸ BISCOITOS ZEZE. Vídeo “Leve sua cadeira para a calçada e chame seus vizinhos”. **Facebook**. 14 abr. 2015. Disponível: <<https://www.facebook.com/BiscoitosZeze/videos/809686052445541/>> Acesso: 02 mai. 2018.

suas casas no final de tarde. Mesmo diante dessas condições, a campanha evidencia que a dinâmica proposta para Pelotas está mais próxima dos desejos de segurança presentes no imaginário das cidades pequenas, do que da segurança obtida na vitalidade das metrópoles, através do “balé das ruas” de Jacobs (2000). Esse saudosismo foi capturado pelo desejo de consumo, não apenas da bolachinha, mas também de um tempo e um espaço singulares, característicos de um devir-urbano.

A relação de vizinhança nas cidades grandes, a julgar por uma distância geométrica, poderia ser avaliada como mais próxima do que acontece nas cidades pequenas. Em Pelotas, por exemplo, os vizinhos estão separados geralmente por uma única parede, situação comum em uma arquitetura de casas geminadas ou de apartamentos. Já a condição das habitações nas cidades pequenas experienciadas condicionam vizinhos mais distantes, alguns até mesmo a mais de dez metros. Porém, mesmo morando mais próximas umas das outras, na cidade grande a maioria das pessoas não se conhecem, devido à dinâmica espaço temporal vivida de forma distinta e indiferente. Talvez essa seja a principal diferença estabelecida entre a configuração espacial e os modos de vida dos que habitam nos casarões em Arroio do Padre e dos que habitam nos condomínios fechados em Pelotas.

As relações de simulacro, das características das cidades pequenas estabelecidas nas metrópoles e da apropriação dessas pelo capital, e o

idealismo presente na utopia dos modelos urbanísticos para cidades indicam a necessidade de resgatar a noção de subjetividade. Isso porque “a única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo” (GUATTARI, 1992, p.33). As experiências das cidades pequenas estão diretamente relacionadas ao conceito de subjetividade proposto por Félix Guattari quando um conjunto de condições possibilita que desejos possam emergir dos territórios, de modo individual ou coletivo. E quando tais territórios possibilitam criar subjetividades, formadas por múltiplos encontros.

O conceito de vida cotidiana está diretamente vinculado ao de experiência. São os detalhes presentes nos simples atos, nos exercícios da vida trivial, que sustentam a existência de um indivíduo e a configuração do espaço, por este que o habita. A produção do espaço urbano sempre é concebida politicamente, seja para manter, resguardar ou transformar seus modos vida. No entanto, a vida cotidiana pode ser monótona independentemente do porte da cidade. Tal passividade decorre na medida em que os habitantes delegam aos especialistas, dentre eles os arquitetos e urbanistas, as decisões e o cuidado e a preocupação com as intervenções urbanas. Essa tranquilidade, idealizada no saber técnico, pode oferecer à população a miséria do cotidiano (VELLOSO, 2016).

Embora estejam à margem de uma política urbana nacional, estadual e,

por vezes, municipal, as cidades pequenas são repletas de política. Esta se expressa melhor pelo conceito de micropolítica, por um poder administrativo que emana dos sujeitos de vida comum, que ali habitam. No espaço urbano, lugar de conflito e disputa do poder, é possível observar como as cidades pequenas vem atuando frente ao contexto das legislações relacionadas às práticas de arquitetura e urbanismo, mais precisamente na escala do desenho urbano, por exemplo, das calçadas. A delimitação das calçadas geralmente ocorre junto com a pavimentação da rua. Antes disso, configura um espaço ajardinado, permeável e florido. Contudo, quando delimitada e impermeabilizada, visto a exigência da legislação para pavimentar a via, a calçada não fica aquém das “táticas” e das “maneiras de fazer” (CERTEAU, 2014) que se materializam nesse espaço através do uso de vasos, floreiras, entre outras invenções.

O urbanismo contemporâneo mostra a potência de um urbano como experiência e apropriação, acontecendo simultaneamente a um urbano fruto do consumo. Embora o primeiro aspecto seja mais evidente nas cidades pequenas, ainda é praticado nos núcleos urbanos maiores. Inversamente, mas ainda assim concomitantemente, apresenta-se o segundo aspecto. O conceito de subjetividade articulado enquanto pista evidencia a necessidade de uma processualidade que sugira a proposição de um urbanismo aberto às mudanças e às distintas inserções. Um urbanismo que atue mais pelas frestas e pelas rupturas do que pelas noções massificadas e homogeneizadoras de “tábula

rasa”, preservacionismo ou espetacularização. Visto que as atividades dos arquitetos e urbanistas atuam como repertórios capazes de compor ou dissolver a produção singular e os processos de subjetividade, oriundos dos distintos modos de vida e territórios das cidades pequenas, faz-se necessária também uma reflexão sobre as intervenções urbanas a partir do conceito de “educação menor”.

4.3. Intervenção urbana | Pista de “Educação menor”

Pesquisar sobre as cidades pequenas rompe com os estudos corriqueiros e tradicionais em arquitetura e urbanismo, fato que aponta para as questões da educação. Assim como a função dos mitos é primordialmente pedagógica, esta pesquisa – quando traspõe os lugares comuns, os estudos óbvios e por vezes ultrapassados – apresenta uma possível contribuição nesse processo de aprender e ensinar. Tal pedagogia não corresponde a uma receita, modelo ou prescrição única, mas sim a elaboração de pistas de uma arquiteta-urbanista-cartógrafa anunciadas através do agenciamento das atividades atribuídas aos arquitetos e urbanistas, junto aos conceitos da filosofia. Tais pistas apontam certa direção dentre infinitos caminhos possíveis de serem percorridos.

A ação dos conceitos na filosofia consiste em reaprender a ver o mundo, envolvendo um aprendizado do vivido, uma forma de resignificação. Os conceitos são filosóficos, esta pesquisa não os cria, apenas os opera com determinadas proposições. Assim, o conceito de “literatura menor” de Deleuze e Guattari (2014) – apropriado na fundamentação teórica desta pesquisa como uma potência para *desterritorialização* na composição de um território de um devir menor, de um devir-urbano – reaparece nesta etapa através dos estudos da obra *Deleuze e a educação*, de Sílvia Gallo (2008). Isso ocorre precisamente

através do deslocamento que parafraseia o conceito de origem e é denominado de “educação menor”.

As disciplinas abordadas na faculdade de arquitetura e urbanismo – como a morfologia urbana, a percepção ambiental e a teoria e história – foram essenciais para os estudos sobre os espaços produzidos nas cidades pequenas. Contudo, não foram suficientes para apreender tal conhecimento. Isso porque esses estudos, assim como os métodos mais tradicionais dessa área, partem e se fundamentam em metrópoles. Por exemplo, um mapa de sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984) resultaria em duas, no máximo três, distinções de classes para suas medidas. Assim, não despontaria uma análise mais profunda do que já é visível em um mapa de eixos, dada a simplificação das conexões, feitas, na maioria das vezes, através de uma via linear de grande extensão longitudinal, cortada por poucas vias transversais.

Outro exemplo é a aplicação de um mapa mental com os elementos propostos por Kevin Lynch (1960), que também não evidenciaria muitos dados. Sob as perspectivas desses estudos, as cidades pequenas parecem pouco relevantes, até mesmo insuficientes. Não há como aplicar às cidades pequenas um método de análise pensado a partir das e para as metrópoles, pois a partir deles não é possível revelar a dinâmica espaço-temporal desse outro ritmo que reserva complexidades e demandas para a ação de planos, projetos e intervenções.

Foi preciso dissertar sobre as cidades pequenas como um cão com fúria e alegria faz seu buraco, como um rato é capaz de fazer sua toca ou sair de um labirinto. Nesse processo, anunciado com base em Kafka, passando por Deleuze e Guattari e agora por Gallo, encontrou-se uma possibilidade de tornar sensível algo desconhecido. A fim de conciliar o movimento entre os *perceptos* e os *affectos*, foi fundamental encontrar um próprio patoá, construir um certo amuleto para esta pesquisa. O método cartográfico se apropria de outros métodos, reverte alguns, cria a partir de outros. Ele significou uma saída possível, metaforicamente ao fio de Ariadne, através da fabulação junto às lições da mitologia grega, que serviram como dispositivo para aprender a ver, a analisar, a registrar e a comunicar todo o processo desta pesquisa. Dessa maneira, criou-se um mapa que desse a possibilidade de adentrar, percorrer e, até mesmo, se (de)morar nesses territórios de pequeno porte e infinitas singulares.

Segundo Gallo (2008), não vivemos um tempo de profetas, mas de militantes. As atividades de ensinar buscam viabilizar conexões abertas, como um rizoma, sem hierarquia, dado sempre por conjunções aditivas, uma trama “e... e... e...”. A “educação menor” funda um poder de resistência no campo dos desejos e se produz na esfera da micropolítica, na experiência dos movimentos comprometidos com a singularização e com os valores libertários. Associado aos exemplos de “literatura menor”, Gallo aponta as primeiras obras escritas no Brasil após a colonização, na língua portuguesa, sob novos parâmetros na busca

de uma literatura “com cheiro desta terra”, por exemplo as do autor Lima Barreto.

Nesse movimento de descolonização, da necessidade de uma revolução na educação, pode ser destacada a prática do diário de bordo, um dos procedimentos da pedagogia da viagem utilizados nesta pesquisa. A pista do diário de bordo de uma viagem-intervenção descrita na obra organizada por Passos, Kastrup e Escóssia (2009), avigora a potência das práticas de escrita como um acontecimento político. O diário, desde as práticas da etnografia na construção do saber antropológico, serviu como uma “tática”, criando outra possibilidade diante do saber colonizador. Uma luta pedagógica diante de uma doutrina hierárquica e impositiva, que desde os tempos do “descobrimento”, ainda se faz presente, até mesmo nesta pesquisa.

O exercício do profissional arquiteto e urbanista é um instrumento para produção dos territórios, que pode atender ou impor distintas proposições, estabelecer relações de poder e também fazer política. Para que essas proposições possam potencializar a vida cotidiana, alguns procedimentos se fazem necessários, como conhecer a realidade e pensá-la em conjunto para, se for preciso, ter a capacidade de ajudar a transformar. Uma das experiências compartilhadas nas entrevistas (apêndice D) elucida exatamente a linha tênue que o saber técnico percorre.

Designada para solucionar o saneamento de uma comunidade, percorrendo as etapas de projeto, especificação, quantitativo, orçamento até a

devida execução, enquanto responsável técnica, a arquiteta e urbanista entrevistada elaborou uma proposta dentro do escritório de projetos da prefeitura. Esta proposta previa a coleta e o tratamento do esgoto gerado pelas residências de uma comunidade. O projeto previa a instalação de uma fossa séptica para cada residência nos fundos do lote. Desse modo, solucionaria os problemas ocasionados pela má destinação do esgoto, que estava conectado à rede de drenagem pluvial, conformada por uma estrutura ainda insipiente, com valetas a céu aberto junto aos alinhamentos das propriedades. O esgoto comumente transbordava, ocasionava mau cheiro e até doenças a comunidade.

Já em vias de licitar os materiais e serviços necessários, que seriam a custas da administração pública, a arquiteta e urbanista entrou em contato a comunidade que receberia tal benefício. Logo, surgiu o questionamento se essa era a única solução possível para o saneamento da comunidade. Obviamente não era, mas, até então, parecia ser a mais viável. No entanto, a solução apresentada para o tratamento do esgoto doméstico comprometia a produção alimentar que era realizada nos fundos dos lotes das residências. Aquela pequena área não era residual. Nela eram cultivadas hortaliças, vegetais e frutas, bem como criados pequenos animais, intervenção que promovia fundamentalmente a alimentação da família.

Tais atividades de sobrevivência, revoluções do cotidiano, ressignificam o valor do solo. A aquisição de uma área urbana destinada a uma estação de

tratamento de esgoto, a fim de receber todo o esgoto sanitário da pequena cidade ou grande parte dele, assim como todo o custo para instalação da rede coletora poderiam somar mais cifras, mas não ser detentoras da mais-valia. O valor, não o preço, do metro quadrado desses territórios, produzidos pelas habilidades herdadas de um domínio das práticas rurais, é muito maior do que o valor do metro quadrado dos centros urbanos. Cada centímetro do território daquela comunidade estava destinado à produção de um modo de vida, da pulsão do cotidiano.

Sensível às necessidades e aos desejos da comunidade, atenta ao poder da vida cotidiana, a arquiteta e urbanista, desfez sua proposta. Mesmo sabendo que a solução ideal não seria realizada no mesmo prazo. Anos depois, no momento da entrevista, nada tinha sido feito quanto ao saneamento daquela comunidade. Ainda assim, a profissional compartilhou isso como um importante aprendizado obtido na sua experiência profissional. Na maioria das vezes, o conhecimento da experiência, construído sensivelmente junto às vivências, aos espaços de troca e compartilhamento, é tão ou mais importante que o conhecimento obtido dentro de uma instituição.

Levando-se em consideração esses aspectos, o conceito de “educação menor”, agenciado às práticas pedagógicas presentes nas intervenções urbanas, serve como um dispositivo para pensar sobre os modos de ensino e aprendizado em arquitetura e urbanismo. Assim como a “literatura menor” é

revolucionária por operar uma subversão, a “educação menor” opera ações de transformações, mesmo que mínimas. De modo comprometido com as lutas de um urbano como experiência e apropriação, busca construir possibilidades de libertação, ressaltando a importância da ação coletiva e abrangendo diversos níveis e ângulos de participação, nunca de forma isolada.

5. Próximos passos | Considerações finais da pesquisa

*Uso a palavra para compor meus silêncios.
 Não gosto das palavras
 fatigadas de informar.
 Dou mais respeito
 às que vivem de barriga no chão
 tipo água pedra sapo.
 Entendo bem o sotaque das águas
 Dou respeito às coisas desimportantes
 e aos seres desimportantes.
 Prezo insetos mais que aviões.
 Prezo a velocidade
 das tartarugas mais que a dos mísseis.
 Tenho em mim um atraso de nascença.
 Eu fui aparelhado
 para gostar de passarinhos.*

Manoel de Barros

Esta pesquisa iniciou crédula de que a pesquisadora estava destinada ao domínio ou à criação de uma ideia sobre as cidades pequenas. No entanto, logo houve a primeira ruptura em relação a essa compreensão, devido ao grande desafio de definir cidade pequena. Dentre alguns parâmetros populacionais para classificar as cidades de pequeno porte, destacou-se o critério de menos de 20 mil habitantes porque essas cidades estão à margem das políticas urbanas, geridas pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade de 2001. Essa pista elementar levou à escolha de cidades que apresentassem certa

condição de “contra-urbanismo”, ou seja, que sobrevivem sem a obrigatoriedade de regulamentação e a contribuição técnica e científica dessa disciplina. Isso porque a temática desta pesquisa buscou abordar as cidades pequenas frente às especificidades das práticas de arquitetura e urbanismo na contemporaneidade.

Contudo, somente um critério não foi suficiente para dar continuidade e delinear quais seriam as cidades a serem estudadas. Os caminhos e as possibilidade de escolha foram muitos, foram múltiplos. Na tentativa de mensurar, seria mais ajustado dizer que foram exponenciais. A começar pela participação em outra pesquisa que experienciou o procedimento da pedagogia da viagem nas cidades gêmeas entre o Brasil e o Uruguai. Dentre as cidades percorridas, as aglomerações Chuí – Chuy e Aceguá – Acegua, assim como as cidades brasileiras Quaraí e Barra do Quaraí se ajustaram ao recorte populacional e, assim, a uma condição de “contra-urbanismo”. Porém, nessa etapa, a pesquisa sofreu mais uma ruptura, pois somente Quaraí revelou aquilo que a pesquisadora esperava encontrar. Apenas nessa cidade encontrou-se produção de singularidades nos espaços públicos a partir das atividades da vida cotidiana instigadas pelas relações sociais e simbólicas. Essa ruptura causou uma *desterritorialização*, que fomentou um movimento de fuga desde uma *territorialização* inicial, à procura de outros territórios, *reterritorializações*, para além das situações conhecidas e das semelhanças que construíam a noção de

cidade pequena própria do processo de subjetivação da pesquisadora. Mesmo assim, sempre foram inevitáveis as consultas ao Oráculo, que representa as forças de Itatiba do Sul, cidade de origem da pesquisadora.

Desse modo, foi fundamental refletir sobre a relação entre as produções de subjetividade e as produções de território. O contexto de 2016, durante o processo de eleição municipal, atribuiu a essas produções a questão do desejo, visto que os discursos dos candidatos das grandes cidades proferiam características das cidades pequenas, e vice-versa. A constatação de que as produções das subjetividades e dos territórios podem ser fruto dos desejos fez com que a pesquisadora se desse conta dos seus próprios desejos diante das cidades pequenas, principalmente perante àquelas que não correspondiam ao que era esperado. Por isso, foi indispensável romper com o imaginário ideal e idealizador das cidades pequenas, a fim de dar passagem a outros desejos, apreendidos nos modos de resistência e nas submissões, considerando o momento atual e os possíveis desejos de intervenção nesses territórios.

Então, as cidades pequenas foram abordadas na inflexão desses movimentos do desejo, que rompem com a passividade das condições de isolamento territorial e das essências do passado e também com a mera absorção das representações da modernidade. A experiência na fronteira entre o Brasil e o Uruguai demonstrou que cidade pequena não é uma definição generalizável. Há vários atravessamentos e características para a composição

de cada universo de cidade. Mesmo assim, as condições para pesquisar as cidades pequenas na fronteira político-administrativa não faziam despontar uma potência, visto que o tema da fronteira sobressaía da temática da pesquisa e poderia impossibilitar a devida dedicação a ela. Ante essas constatações, outra fronteira acabou revelando a efervescência necessária para este estudo: a superfície de contato entre o campo e a cidade.

Ressalta-se que o estudo sobre as cidades pequenas lutou constantemente para sobreviver em meio a certa invisibilidade perante à produção do conhecimento na área de arquitetura e urbanismo. As experiências de comunicação desta pesquisa em congressos, seminários e encontros da área demonstrou um desinteresse pelos municípios com menos de 20 mil habitantes, apesar de eles serem maioria no Brasil. Quando aceita, a pesquisa esteve à margem e, até mesmo, deslocada. Em geral, não despertou interesse, salvo de alguns economistas ou simpatizantes da filosofia da diferença.

Através de inúmeras rupturas, em meio à *desterritorialização*, antes mesmo de redefinir o recorte espacial que seria experienciado, procurou-se uma *reterritorialização* a partir da aproximação entre as teorias do urbanismo contemporâneo e da filosofia da diferença. Desde então, foi construída uma definição fundamental para a compreensão desta pesquisa, a de que as cidades pequenas compõem territórios de um devir menor, que consiste na construção de uma captura, de uma possessão, jamais uma reprodução ou uma imitação.

Correspondendo a maioria das cidades e sendo minimizadas diante das políticas públicas, as cidades pequenas respondem às forças dominantes através da construção de uma mais-valia, de um urbano diferença.

O conceito de “literatura menor” possibilitou uma abertura para importantes desdobramentos deste estudo. Ainda assim, a pesquisa apresenta limitações que comprometem um entendimento consistente desse conceito. Proferir a composição de um território de um devir menor, ou um devir-urbano, soa como um brutal contrassenso diante dos estudos fiéis às teorias da filosofia da diferença. Isso porque o devir vem sempre de uma força molecular, e o urbano, em especial a disciplina do urbanismo, é essencialmente molar. Diante das inúmeras contradições enunciadas pelos estudos do urbanismo contemporâneo, um devir-urbano poderia erroneamente dar sentido a um vir a ser urbano, como se o objetivo da pesquisa fosse o pleno crescimento das cidades, desde a concentração de bens e serviços até o seu total esgotamento. Entretanto, o devir-menor acaba despertando o sentido para o menor, que pode decorrer cada vez menor, seja na cidade pequena, no bairro, na rua, no quarteirão, no lote, na casa e até na pequena fresta que surge dos movimentos de ruptura.

Outra limitação desta pesquisa relacionada ao conceito de “literatura menor” se dá pela falta de aversão, pela mera aceitação do caráter dominante ou colonizador das teorias abordadas. A maioria das referências bibliográficas

pesquisadas não foram construídas para a temática das cidades pequenas e, muito menos, a partir desse contexto. O próprio produto desta dissertação, salvo os breves momentos das viagens às cidades de estudo, pertence a um conjunto dominante, pois foi criado, apresentado e compartilhado apenas dentro da academia, sitiada em uma cidade polo regional. Para superar esses limites, outras pistas ainda precisam ser construídas.

Sem dúvidas o conhecimento não se produz somente dentro do ambiente universitário, mas também depende de um certo distanciamento daquilo que é familiar. Esta pesquisa não poderia se desenvolver sem percorrer e experienciar corporalmente um território, do mesmo modo, que esse território a ser explorado precisava extravasar a cidade de origem da pesquisadora. Agora, localizada em Pelotas, havia a possibilidade estudar os municípios relacionados a esse contexto regional, favorecendo assim a conexão entre a teoria e a prática, devido à relação de proximidade física. A partir da delimitação da microrregião de Pelotas pelo IBGE, estipulada em 2005, destacaram-se seis cidades que possuem menos de 10 mil habitantes que pareciam estar condicionadas a uma perspectiva selvagem, de um urbano não domesticável: Arroio do Padre, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório e Turuçu.

Em 2017, um ano depois do início desta pesquisa, muitas cidades já haviam sido percorridas. Em busca de mais informações junto ao IBGE, observou-se que foi proposta uma nova divisão regional. Como esta pesquisa

não se aprofundou nos estudos de âmbito regional, não foi possível fazer uma avaliação mais apurada dessa nova proposta. Essa limitação sugere como pista outra abordagem que poderia ser trabalhada a partir da temática desta pesquisa.

O mundo da pesquisa é repleto de possibilidades, por isso, torna-se fundamental marcar e repetir os objetivos para não os esquecer. Como se trata de uma cartografia, também foi necessário reconstruir os objetivos ao longo do processo, pois eles não buscavam responder, mas dar a pulsão inicial aos seguintes questionamentos: Como se configuram os modos de vida no espaço público da cidade pequena? Como os desejos em arquitetura e urbanismo produzidos na cidade grande vêm sendo capturados pela cidade pequena e vice-versa? A partir desse movimento, exaltado pela processualidade enunciada através da questão do “como”, as perguntas se ampliaram originando mais três questionamentos: Como sobrevive a coexistência dos desejos das cidades pequenas e das cidades grandes? Como o papel do arquiteto e urbanista pode intervir para que os desejos continuem a produzir territórios diferentes? Como poderia ser combatida a mera reprodução de simulacros, ou ainda de hegemonia das abordagens?

A criação dos objetivos foi um dos primeiros e um dos últimos passos desta pesquisa. Portanto, foram reorganizados em três objetivos específicos. Cada um deles teve sua respectiva meta, resultando em uma composição cartográfica. O primeiro objetivo buscou refletir sobre territórios de um devir

menor, começando pela fundamentação teórica com base na filosofia da diferença e no urbanismo contemporâneo, e compôs o capítulo 2 – Território de um Devir Menor. O segundo objetivo buscou tornar perceptíveis singularidades, diferenças e subjetividades das cidades pequenas, a partir da experiência da pedagogia da viagem, e compôs o capítulo 3 – O Fio de Ariadne. O terceiro objetivo buscou tecer pistas sobre o papel de arquitetos e urbanistas nas cidades pequenas, desde agenciamentos múltiplos e atravessamentos diversos, potencializados por experiências, entrevistas e conceitos teóricos, e compôs o capítulo 4 – Arquiteta-urbanista-cartógrafa.

Por fim, o objetivo geral da pesquisa consistiu em aprender com os modos de vida e os desejos em arquitetura e urbanismo, experienciados em Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu, pequenas cidades da microrregião de Pelotas, a fim de sugerir pistas que pudessem sensibilizar a ação dos arquitetos urbanistas na contemporaneidade. Tal objetivo, teve suas metas atendidas pelo conjunto das três composições. Entretanto, seu enunciado indicou a necessidade de mais um recorte espacial no desenrolar da pesquisa. Das seis cidades experienciadas na microrregião de Pelotas, apenas três foram dissertadas conforme o procedimento da pedagogia da viagem.

Ao todo, foram percorridas as áreas urbanizadas nas cidades de Arroio do Padre, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório e Turuçu. Contudo, essa ação resultou em inúmeras anotações, fotografias e horas de gravação de áudio.

Esse volumoso material precisou ser lapidado. Inicialmente, o recorte a ser trabalhado evidenciou as recorrências. Entretanto, visto que esta pesquisa corrobora a potência dos movimentos da diferença, foi necessário encontrar também as singularidades de cada cidade. As diferenças entre as três cidades surgiram da análise das suas formas, na morfológica que o DNA de cada território carregava como um palimpsesto.

A experiência do procedimento da pedagogia da viagem que embasou a descrição das visitas a Morro Redondo, Arroio do Padre e Turuçu apresentou a composição dos territórios a partir do movimento do *ritornelo*. A bagagem – que decorreu do momento de *territorialização*, obtido pelos registros existentes sobre o histórico, a morfologia, o topônimo, a demografia e a legislação – constituiu os planos extensivos. O diário de bordo – que narrou o movimento de *desterritorialização*, estimulado pela experiência corporal em meio ao território durante a viagem – estabeleceu os planos intensivos. O mapa, produto cartográfico, expressou o desejo de *reterritorialização*, possível através do encontro entre os planos extensivos e intensivos.

Embora tenham sido abordadas mais intensamente as cidades de Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu, as demais apareceram, ao longo do texto da dissertação, pois fizeram parte do processo desta pesquisa, e contribuíram com esta produção de conhecimento sobre as cidades pequenas. Por isso, o delineamento do território de estudo, assim como a definição da temática, não

foi rígido e consolidado, mas fluido e moldável em distintos acordos. O mesmo ocorreu com o entendimento do método da cartografia, que guiou os demais procedimentos desta pesquisa. A cartografia, enunciada na filosofia da diferença, serviu como uma potência, a partir das diversas possibilidades para o estudo da temática proposta.

A importância desta pesquisa se dá pela ruptura com as abordagens predominantes e tradicionais das disciplinas de arquitetura e urbanismo, especialmente as da linha de pesquisa de urbanismo contemporâneo. Essa ruptura se deu tanto através do apontamento de outras possibilidades metodológicas, quanto por meio do destaque à insuficiência de uma teoria que é pouco desenvolvida para as cidades pequenas, porque se concentra nas metrópoles e nas forças do capital. Isso colocou em questionamento os princípios de planos e projetos propostos até então.

Existe ainda outra relevância fundamental deste estudo, que extrapola o meio acadêmico. Ela diz respeito ao que aconteceu em meio aos movimentos do ato de pesquisar: a apropriação dos sentidos e das significâncias dos territórios experienciados, em meio à surpresa, à dúvida e à indignação reveladas pela população local a cada encontro. Essa outra relevância também diz respeito ao valor que a pesquisa teve no processo de compartilhamento, de reflexão e de práticas micropolíticas junto aos profissionais arquitetos e urbanistas que atuam ou atuaram nesses territórios.

A cartografia se comportou esquizofrenicamente em meio às distintas atividades e perspectivas que recaem sobre esta dissertação. Sua apropriação por parte da pesquisadora ultrapassou os limites da pesquisa. Nos estudos da filosofia da diferença, a cartografia serve como um alerta para a não representação. Nas aulas práticas de planejamento urbano e regional, ela aparece sobretudo de forma quantitativa e como ferramenta para análise espacial. Nas aulas teóricas sobre história e emergência da arquitetura, ela revela uma experiência estética. Essas e outras variações da cartografia compõem a noção do método desta pesquisa-intervenção, que não se estabelece como dogma ou regra a ser seguido, mas sobretudo como alternativa de criação, comunicação e compartilhamento. Todos os mapas são invenções entre a representação e a não representação, diante das intervenções dos desejos.

Através do encontro com a mitologia e a prática da fabulação, os mapas das cidades experienciadas puderam ser elaborados. Foi um grande desafio cartografar as cidades pequenas, compor um mapa, através de um processo rizomático que evidenciasse o território como o movimento de um *ritornelo*, em uma trama de heterogêneos: “e... e... e...”. Um desafio necessário diante de uma disciplina que segue uma lógica hierárquica. No processo estrutural do urbanismo, o desenho de uma cidade pequena apareceria como um ponto que demarca um início ou um final. Porém, o território de um devir menor é uma linha

de fuga, uma fronteira, que não tem nem começo nem fim, só tem um meio. Esse meio não corresponde a uma média, mas a uma aceleração. Diante dessa noção, esta pesquisa não aponta para um final, mas para um lançamento, para a pulsão da micropolítica nos estudos das cidades pequenas.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALEXANDER, Christopher. **The city is not a tree**, 1965. Disponível em: <<http://www.rudi.net/pages/8755>>. Acesso em 10 de jun. 2017.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas; In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 11-74.

ARROIO DO PADRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Arroio do Padre**. Lei N° 006/06, de 04 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://arroiodopadre.rs.gov.br/novosite/planodiretor2015/>>. Acesso em 30 de nov. 2017.

BACON, Francis. **A sabedoria dos antigos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BARROS, Manuel. **Meu quintal é maior do que o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; BAUMGARTNER, Wendel Henrique (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 45 - 58.

BEIERSDORF, Cássia Raquel; WEIDUSCHADT, Patrícia. Arroio do Padre/RS e sua identidade luterana: práticas de educação e cultura de uma comunidade (1950-1960). In: **Revista Latino-Americana de História - UNISINOS**, v. 2, nº. 7. São Leopoldo, 2013, p. 421-437.

BENJAMIN, Walter. Escola de Frankfurt Experiência e pobreza. In.: **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BERGSON, Henri. **Duração e Simultaneidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BISCOITOS ZEZÉ. Leve sua cadeira para a calçada e chame seus vizinhos. In: **Vídeos Facebook BiscoitosZeze.** 14 abr. 2015. Disponível: <<https://www.facebook.com/BiscoitosZeze/videos/809686052445541/>> Acesso: 02 mai. 2018.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: **Revista Brasileira de Educação.** N. 19, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em 27 de abr. 2017.

BRASIL. **Constituição de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata.** Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

CACCIARI, Massimo. **A cidade.** Barcelona: Gustavo Gilli, 2010.

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE / CNES. **Banco de Dados.** Disponível em: < <http://cnes.datasus.gov.br/> > Acesso em 02 de mai. 2017.

CALABI, Donatella. A cidade Industrial e Sua Forma. In: **História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares.** São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 13-39.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética.** São Paulo: Gustavo Gilli, 2013.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de saber fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympi, 2009.

CRISTAL, Prefeitura Municipal de. **Diretrizes Urbanas do Município de Cristal**. Lei N° 1050/08. Disponível em: <
<http://www.cristal.rs.gov.br/p.php?id=41&1989%2F2012>> Acesso em: 20 dez. 2017.

CORNELL, Elias. **A arquitetura da relação campo-cidade**. Brasília: Editora Alva Ltd., 1998.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação**: cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999a.

_____. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. **O ato de criação**. Palestra conferida em 1987. Edição Brasileira: Folha de São Paulo, São Paulo, 27 jun. 1999b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia.** vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia.** vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia.** vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **O abecedário de Gilles Deleuze.** Entrevista com Gilles Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001, VHS, 459min. Paris: Éditions Montparnasse, 1997.

DELLAGNEZZE, René. **Os enclaves, os exclaves e a soberania do estado no mundo globalizado.** In: Âmbito Jurídico. v. 1. Juiz de Fora: 2016, p. 1-43.

DETONI, Luana Pavan; FARIA, Ana Paula Neto de. Urban life in small towns. In: **Part II Academic Session Papers: Streets as Public Spaces and drivers of Urban Prosperity.** Buenos Aires: International Conference Future of Places, 2014.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná.** Presidente Prudente: UNESP, 2006.

ESPINOZA, Benedictus de. **Ética.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

GALLO, Sílvio. **Deleuze e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUALLART, Vicente. **Geologics: geografía, información, arquitectura.** Barcelona: Actar, 2008.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: Um novo paradigma estético.** São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo.**

Petrópolis: Vozes, 1986.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e o sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas: Ed. UFPel, 2004.

HOLANDA, Frederico. Gente. In: **Trilogia do Mundáu**, Trairi/CE, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NsGvyfsJOfl>>. Acesso em 27 de abr. 2017.

_____. **Arquitetura e Vídeo**. 2017. Disponível em: <http://www.academia.edu/30896906/ARQUITETURA_E_VÍDEO>. Acesso em 27 de abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / IBGE. **Censo de 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do-sul>>. Acesso em 27 de abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / IBGE. **Dados estimados em 2016**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do-sul>>. Acesso em 25 de nov. 2016.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. In: **Arquitextos**, n. 093.07. São Paulo: Vitruvius, 2008. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em 27 de abr. 2017.

HILLIER, Bill; HANSON, Julianne. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. Cidade e campo. In: LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: centauru, 2001, p. 73-75.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. In.: **Saúde debate**, 2014, vol. 38, n. 102, p. 593-606. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042014000300593&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 10 de abr. 2017.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1960.

MACIEL, Alexandre Pereira. **Antigos Prédios e Novos Municípios: Patrimônio Arquitetônico Urbano Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu e Arroio do Padre – RS**. Pelotas: Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/1063>>. Acesso em 16 de mai. 2017.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T.M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MANSANO, Sônia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. In: **Revista de Psicologia da UNESP 8 (2)**, 2009, p. 110-117. Disponível em: <<http://186.217.160.122/revpsico//index.php/revista/article/viewFile/139/172c>>. Acesso em 10 de abr. 2017.

MARINHO, Geraldo; POZZOBON, Regina Maria. Plano Diretor para Pequenos Municípios. In: ROLNIK, Raquel. (Org.). **Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Ministério das cidades,

2004, p. 68-72.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / MEC. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em 02 de mai. 2017.

MEIRELES, Cecília. **Ou isto ou aquilo**. São Paulo: Global Editora, 2012.

MONTANER, Josep Maria. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2009.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

NASCIMENTO, Roberto Duarte Santana. **Teoria dos signos no pensamento de Gilles Deleuze**. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2010. Disponível em:< http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280549/1/Nascimento,%20Roberto%20Duarte%20Santana_D.pdf >. Acesso em 10 de abr. 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, Jelson. **Filosofia da Viagem**. Curitiba: PUCPress, 2014.

PAIVA, Kauê Felipe. O estudo da história e da morfologia urbana como gerador de estratégias de intervenção e de proposições urbano arquitetônicas: o caso de Batatais–SP. In: **Anais do Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto**. Goiânia: UNUCET, 2014, p. 627 – 646.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In.: **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, 2004, v. 11, n. 11, p. 25-30. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334>>. Acesso em 10 de abr. 2017.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ROCHA, Eduardo; AZEVEDO, Laura Novo de; ALLEMAND, Débora Souto; HYPOLITO, Bárbara de Bárbara; TOMIELLO, Fernanda. **Cross-Cult: Desenho Urbano/Urban Design – Pelotas/RS e Oxford/UK**. Pelotas: UFPel, 2016.

RÉ, Tatiane Monteiro Ré; BOVO, Marcos Clair. PEQUENAS CIDADES: uma análise dos referenciais e dos parâmetros conceituais utilizados nas teses e dissertações produzidas entre 2000 a 2010. In.: OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Anais do IV Simpósio Nacional sobre Cidades Pequenas**. Ituiutaba: UFU, 2016, p. 1566- 1585. Disponível em:<<https://www.sinapeq.com.br/anais>>. Acesso em 20 de nov. 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

ROLNIK, Suely. Novas figuras do caos mutações da subjetividade contemporânea. In: SANTAELLA, Lucia; VIEIRA, Jorge Albuquerque (Org.) **Caos e Ordem na Filosofia e nas Ciências**. São Paulo: Face e Fapesp, 1999; p. 206-221.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In.: MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa Omega, 1982, p. 21-36.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; BAUMGARTNER, Wendel Henrique (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010, p. 229 - 247.

FUÃO, Fernando Freitas. As formas de acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonora; FUÃO, Fernando Freitas (orgs). **Derrida e arquitetura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 41-114.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SOUZA, Vilma De Katinszky Barreto de. **A história e a filologia na Ciência Nova de Giambattista Vico.** In: Fragmentos. Florianópolis, 2007.

TURUÇU, Prefeitura Municipal de. **Histórico.** Disponível em: < <http://www.turucu.rs.cnm.org.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100143441>> Acesso em: 20 dez. 2017.

TURUÇU, Prefeitura Municipal de. **Legislação.** Lei N° 157/99. Lei N° 228/00. Lei N° 720/09. Disponível em: < <http://www.turucu.rs.gov.br/225/Legislacao/>> Acesso em: 20 dez. 2017.

ULPIANO, Claudio. **Movimento extenso e movimento intenso: indivíduo e singularidade.** Aula transcrita, 1995. Disponível em:

<<http://claudioulpiano.org.br/category/aulastranscritas>>. Acesso em 10 de abr. 2017.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 122 - 134.

VELLOSO, Rita. **Apropriação, ou o urbano-experiência**. In.: Vitruvius, Arquitextos, São Paulo, 2016, n. 189.05. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5949>>. Acesso em 15 de abr. 2018.

VICO, Giambattista. **Princípios de uma ciência nova**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

Apêndices

Apêndice A | Pistas para as entrevistas cartográficas

Pistas propostas nas entrevistas cartográficas, realizadas com os profissionais, arquitetos e urbanistas, atuantes, ou que já atuaram, nas cidades pequenas da microrregião de Pelotas.

Pista 1. Ligar o gravador antes de iniciar.

Registrar data, hora e local.

Pista 2. Perguntas de identificação.

Nome completo, idade, territórios por onde já transitou: cidade em que nasceu, morou, estudou, trabalhou.

Pista 3. Perguntas sobre a formação.

Instituição e período em que cursou a graduação.

Instituição e período em que cursou especialização, pós-graduação, outro curso ou formação complementar que considere relevante na formação.

Pista 4. Perguntas sobre a atuação profissional.

Atuação profissional atual.

Trajetória da atuação profissional.

Atuação profissional na cidade em questão.

Pista 5. Perguntas para sensibilizar quanto à atuação na cidade em questão.

Experiência profissional mais marcante.

Experiência profissional que mais atendeu as expectativas.

Experiência profissional que não atendeu as expectativas.

Pista 6. Compartilhar as perguntas e inquietações da pesquisa.

Como se configuram os modos de vida no espaço público da cidade pequena?

Como os desejos em arquitetura e urbanismo produzidos na cidade grande vêm sendo capturados pela cidade pequena e vice-versa?

Como sobrevive a coexistência dos desejos das cidades pequenas e das cidades grandes?

Como o papel do arquiteto e urbanista pode intervir para que os desejos continuem a produzir territórios diferentes?

Como poderia ser combatida a mera reprodução de simulacros, ou ainda de hegemonia das abordagens?

Apêndice B | Entrevista arquiteta e urbanista de Morro Redondo

Entrevista realizada em Pelotas, dia 6 de outubro de 2017. Alguns trechos foram cortados a fim de não explicitar a identidade da entrevistada e também para evitar repetições ou informações consideradas irrelevantes para a pesquisa. Esses trechos estão marcados com o uso da seguinte representação: (...).

Pesquisadora: Estou fazendo mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, na UFPel. Venho estudando o papel dos arquitetos e urbanistas nas cidades pequenas. Então, gostaria de saber mais sobre as tuas experiências profissionais em Morro Redondo. Para começar, podes me contar qual a tua origem, por quais territórios já transitaste, em quais cidades já moraste, onde estudaste ou trabalhaste?

Arquiteta e urbanista: Nasci em Pelotas, mas me criei em Morro Redondo (...). Morei em Capão do Leão

um tempinho, quando eu estudava o técnico em Pelotas e a graduação em Rio Grande (...). Depois, durante um pequeno período, (...) fui morar em outro estado, numa cidade grande, maior que Pelotas (...). Depois voltei, terminei a graduação aqui, e desde então moro em Pelotas (...). Hoje eu trabalho como arquiteta autônoma em Pelotas, mas também tenho projetos em Morro Redondo (...).

Pesquisadora: Existe alguma diferença na proposição para os projetos que são em Pelotas e para os que são em Morro Redondo? (...).

Arquiteta e urbanista: Pelo porte da cidade não. Talvez porque os clientes que eu tive lá tinham um poder aquisitivo menor (...). O que eu faria aqui, talvez eu fizesse lá (...).

Pesquisadora: Quanto à legislação? Morro Redondo tem Plano Diretor?

Arquiteta e urbanista: Tem, ele é bem básico (...). Eu tenho cópia só de uma parte que eu mais uso, mas gostaria de ter o plano completo (...). Tem que fazer um requerimento para solicitar na prefeitura (...).

Pesquisadora: Pensando nos teus projetos, qual foi a tua experiência mais marcante?

Arquiteta e urbanista: Foi uma

residência, pela proporção do projeto (...). O projeto de uma fachada que eu fiz me deu bastante retorno, quanto ao reconhecimento (...). As pessoas vinham me falar que era diferente, mas é supersimples (...).

Pesquisadora: Qual destas obras mais atendeu as tuas expectativas?

Arquiteta e urbanista: Olha, a da residência, porque foi um projeto mais completo, eu fiz os complementares (...), aprovei na prefeitura (...).

Pesquisadora: É possível observar desejos de cidade grande em Morro Redondo?

Arquiteta e urbanista: Olha, o pessoal de lá quer coisa boa, eles sabem que existe tecnologias diferentes e eles querem (...). Talvez um tempo atrás não, mas hoje eles querem casas contemporâneas, diferentes (...). A ligação entre Morro Redondo e Pelotas é 30 minutos, todo mundo vem (...). Lá um faz uma coisa diferente, todo mundo quer, todo mundo fica sabendo e vai lá olhar (...).

Pesquisadora: Eu também observo que as cidades grandes têm desejos de cidades pequenas.

Arquiteta e urbanista: Sim, eu acho que esses condomínios fechados são uma tentativa de ser cidade pequena (...). É mais um isolamento, mas a

tentativa é próxima (...). Morro Redondo tem shopping agora (...). Vai ter até prédio (...), tipo uma Cohabpel (...). Não sei onde vai ser o projeto, eu só vi uma imagem no Facebook (...). Mas são bem próximos os edifícios uns dos outros (...). Acho que são três andares (...), bem diferente das residências que tem lá (...).

Pesquisadora: Como o papel do arquiteto e urbanista pode intervir para atender os desejos das pessoas, mas ainda assim produzir arquiteturas singulares, de acordo com a realidade local? (...).

Arquiteta e urbanista: (...). Eu tenho certeza que as pessoas não vão caminhar pela calçada que fizeram porque a vida inteira eles caminharam pela estrada (...). Onde tiver uma calçada mais larga o pessoal até vai usar, mas diante daquela calçadinha o pessoal vai preferir seguir pela rua (...). Lá nunca tiveram muitas intervenções urbanísticas, desde que eu era pequena acho que vi abrirem uma rua (...). A cidade cresceu em torno daquela via principal. Tem umas duas vilas mais densas, mas é só (...).

Pesquisadora: Se um colega nosso fosse trabalhar em Morro Redondo, o que tu aconselharias?

Arquiteta e urbanista: O arquiteto tem

que ter uma noção da realidade local, de onde ele está trabalhando (...). Por exemplo, não sei como esse projeto dos edifícios irá funcionar (...). A prefeitura também tem que ter uma certa fiscalização (...).

Apêndice C | Entrevista arquiteta e urbanista de Pedro Osório – Cerrito

Entrevista realizada em Pedro Osório, dia 14 de outubro de 2017. Alguns trechos foram cortados a fim de não explicitar a identidade da entrevistada e também para evitar repetições ou informações consideradas irrelevantes para a pesquisa. Esses trechos estão marcados com o uso da seguinte representação: (...).

Pesquisadora: Estou fazendo mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, na UFPel. Venho estudando o papel dos arquitetos e urbanistas nas cidades pequenas. Então, gostaria de saber mais sobre as tuas experiências profissionais em Pedro Osório e em Cerrito. Para começar, podes me contar qual a tua origem, por quais territórios já transitaste, em quais cidades já moraste, onde estudaste ou trabalhaste?

Arquiteta e urbanista: Eu nasci em Pelotas, mas me mudei ainda criança para Cerrito (...). Depois minha família

se mudou para Pedro Osório (...). Eu cursei o ensino médio em Pelotas, ia todas as manhãs com um ônibus daqui (...). Fiz a faculdade morando em Pelotas (...). Depois de formada eu voltei para passar as férias de verão e logo ir embora, para procurar emprego fora (...). Acabei ficando aqui por alguns anos. Como as pessoas sabiam que eu já estava formada, então foram falando comigo que queriam fazer uma reforma na fachada, no pátio vazio queriam fazer um paisagismo, (...). Depois apareceram outros projetos: uma loja, uma lancheira, várias coisas, até uma igreja (...). Até que apareceu um emprego fora e eu fui para Porto Alegre (...). Eu percebi pela minha experiência que aqui não tem uma cultura de projeto, de saber que precisa de um projeto, com todos projetos complementares, tudo desde o início da obra, para ela sair redondinha, sem dar nenhum problema no caminho (...). Tu condicionas o projeto por uma mudança que já está acontecendo na obra (...). Até estão aprendendo a valorizar o arquiteto agora. Como tem vários arquitetos aqui, eles já conseguem ver que um projeto feito por um arquiteto fica mais harmônico (...).

Pesquisadora: Eu estranho, porque aqui é uma cidade antiga e tem uma arquitetura histórica relevante.

Arquiteta e urbanista: Mas não tem uma valorização. As pessoas deixam essas arquiteturas históricas deteriorar (...). Essa arquitetura é muito mais vista como uma coisa velha. Se eles destruírem e puderem construir uma coisa moderna, melhor, significa que a cidade está evoluindo (...).

Pesquisadora: Pois é, até vimos várias ruínas na nossa caminhada (...).

Arquiteta e urbanista: Sim, a própria cooperativa dos ferroviários, que foi um teatro. Teve até um grupo que tentou angariar fundos para restaurar para que fosse um espaço cultural de novo. Só que é muito difícil isso. Conforme não vão conseguindo, vai deteriorando mais, e aí vai chegar uma hora que não vai ser viável tentar conservar.

Pesquisadora: Mesmo vendo tantos potenciais a serem melhorados na tua cidade, tu sempre pensaste nessa tua volta à cidade como temporária? Isso está associado à questão da profissão?

Arquiteta e urbanista: Sim, eu acho que isso está associado. Apesar de eu nunca ter procurado projetos aqui e sempre ter tido alguma coisa para fazer, eu sempre tive a impressão de que uma hora ia acabar. Não sei se pelo poder aquisitivo das pessoas, pelas práticas ou por não ser valorizado. Penso que tem várias coisas para fazer, mas uma

hora não vai ter mais, vai acabar. A cidade é pequena, vai acabar essa demanda das pessoas querendo reformas, querendo projetar. E já tem outras pessoas atuando aqui também. A questão de valores também, de não poder cobrar o quanto tu deverias cobrar (...).

Pesquisadora: Para aprovação de projeto, qual legislação é preciso seguir?

Arquiteta e urbanista: Aqui é pelo código de obras (...). Tem uma secretaria de obras, onde atua um arquiteto, que está nesse cargo há muito tempo (...), ele ainda atua lá. Acredito que ele não tenha um contrato temporário ou tenha um cargo de confiança, como os outros (...). Leva uma semana o processo de aprovação aqui. É rápido, mas acho que também porque ninguém tentou uma coisa absurda (...). Uma vez eu levei um projeto para a prefeitura, o arquiteto levou para o prefeito avaliar, mas não foi aprovado porque eu usava uma parte da calçada, que era uma área pública, ele me disse que nem se quisesse me vender aquele pedaço, ele não poderia (...). Foi como um estudo de viabilidade, mas completamente informal. Eu até levei os estudos em 3d (...).

Pesquisadora: Engraçado isso, do prefeito analisar o projeto.

Arquiteta e urbanista: Aqui não é (...).

Pesquisadora: Agora que tu estás morando em outra cidade, ainda tens algum projeto aqui?

Arquiteta e urbanista: Sim. Alguns projetos que eu tinha em andamento, mais alguns da minha família (...). Eu já avisei que eu faço o projeto, mas a distância eu não vou conseguir acompanhar a obra. Obra requer uma atenção todo dia. Ainda se eu estivesse em Pelotas eu conseguiria, mas em Porto Alegre e com a demanda de trabalho que eu tenho lá, não vai dar (...).

Pesquisadora: Qual a tua experiência mais marcante enquanto arquiteta e urbanista aqui?

Arquiteta e urbanista: A da loja, com certeza a da loja (...). Era uma loja antiga, um sobrado e estava pintado todo de verde limão. Era casa em cima, loja em baixo (...). O prédio é todo de uma família. As donas da loja não eram da família, alugaram a parte de baixo e queriam fazer uma vitrine grande (...). Eu fiz o projeto como pedido. Aí um dia, olhando o Facebook, postaram uma foto com vista para essa obra; quando eu olhei a foto, percebi que ela mantinha muitas das características originais. Aí eu pensei: “eu destruí um prédio histórico da cidade”. Logo eu, querendo

tanto manter e recuperar, deixar tudo para as pessoas aprenderem a reconhecer e preservar (...). Eu estava com o olho tão acostumado com aquele edifício, que não tinha percebido até então (...). Eu precisava atender a demanda dos meus clientes, mas eu fiquei chateada por isso (...). Ninguém percebeu. Elas também não iam querer regredir e fazer as janelinhas pequenas como antes, elas queriam a vitrine grande (...). No dia da inauguração, eu estava ali ajudando a dizer “liga essa luz, desliga essa luz” (...). As pessoas entravam e diziam: “que lindo, nem parece Pedro Osório. Agora eu quero visitar as outras lojas do shopping”. Querendo dizer que aquela parecia uma loja de shopping. E eu estava ali ouvindo tudo isso. Depois eu estava na frente tirando umas fotos, as pessoas não sabiam quem eu era, e estavam comentando: “até que ficou bonito, mas eu acho que não tem público aqui para comprar nessa loja”. Sendo que essa é uma loja super antiga da cidade, tradicional, que tem coisa acessível, que todo mundo, de todos bairros da cidade, compra, o atendimento é ótimo, muito receptivo (...). Não mudaram os produtos ofertados, nem os donos ou os funcionários da loja, só a arquitetura. Tanto que quando as pessoas entravam na loja elas diziam: “Olha, é tudo para vocês” (...). Teve uma das pessoas que

me cumprimentou e disse: “Parabéns, Pedro Osório estava merecendo.” (...). Ouvir isso foi muito bom (...). Eu sempre tive ideia de sair daqui para ganhar mais experiência, até em obra (...). Mas quem sabe eu volto com mais experiência (...). Pouca gente se forma e retorna para sua cidade de origem para aplicar seu recurso ou seu conhecimento na cidade (...). Eu tinha medo de estar aqui e estar me excluindo do mundo (...). Mas a relação de proximidade com Pelotas ajuda um pouco nisso (...).

Pesquisadora: Tu acreditas que tenha que fazer um projeto diferente porque estás fazendo aqui, ou farias o mesmo que se fosse em Pelotas ou em Porto Alegre?

Arquiteta e urbanista: Não, algumas questões têm que fazer diferente. Por exemplo quando trabalhamos com MDF, tem a questão da mão de obra (...). Em Porto Alegre, as marcenarias têm mais equipamentos para conseguir fazer o que está proposto no projeto. O móvel de MDF não fica lascando (...). Aqui não. É uma serra na garagem (...). E aqui as pessoas preferem comprar as coisas daqui, mesmo que tenha serviços próximos, em Pelotas. As pessoas não querem. Elas querem valorizar o que é daqui (...). Aqui a relação é assim: “eu podia comprar da fulana, mas ela não é minha cliente.” “Eu vou valorizar quem é

meu cliente.” (...). Isso tem um aspecto bom, que é tentar manter e fazer circular o dinheiro dentro da cidade, e não ir buscar tudo em Pelotas (...).

Pesquisadora: Tem algum aprendizado dessa tua experiência de trabalhar em Pedro Osório ou em Cerrito? O que tu podes levar junto como tua bagagem?

Arquiteta e urbanista: Pois é difícil definir. Eu acho que eu aprendi muito com a relação com a mão de obra, com os pedreiros (...). Mais do que um atendimento vertical, eu experienciei uma relação de troca de conhecimento (...).

Pesquisadora: Que conselho tu darias para algum colega que viesse trabalhar por aqui, nessas cidades pequenas?

Arquiteta e urbanista: Eu acho que diria para aproveitar e conversar com as pessoas, que as pessoas são muito receptivas e aqui se tem uma boa troca, uma parceria, e isso funciona muito bem. Não tem tanto aquela coisa de competição, como ‘eu não vou te dar as minhas informações’, ‘faz as tuas coisas que eu faço as minhas’ (...). Não sei se isso é tão real na prática ou se isso é mais um desejo meu interno (...), mas (...) acho que aqui tem mais um senso do coletivo (...).

Pesquisadora: É possível perceber em

as pessoas que vivem em Pedro Osório possuem desejos característicos de uma cidade grande?

Arquiteta e urbanista: Há um certo pessimismo na cidade, de que aqui nada funciona, nem vai funcionar (...). Pedro Osório é uma cidade meio acomodada. As pessoas pensam que, se vier algo novo, ótimo. Se não vier, a gente gosta de ser uma cidade desse tamanho, calma, de não ter uma urbanização muito forte (...). Tem gente que diz que é uma cidade de velhos. É comum alguns profissionais que passaram por aqui, depois que se aposentam retornarem para viver aqui (...).

Pesquisadora: Tem alguma coisa para dizer sobre as relações de segurança?

Arquiteta e urbanista: (...). Pedro Osório é chamada de “terra sem lei” (...). Dizem que é comum roubarem carro em Pelotas e trazerem para cá porque aqui ninguém vai procurar. Um pouco isso realmente começou a acontecer, mas a ideia dessa possibilidade deixa as pessoas mais preocupadas (...).

Apêndice D | Entrevista arquiteta e urbanista de Cerrito – Pedro Osório

Entrevista realizada em Cerrito, dia 31 de outubro de 2017. Alguns trechos foram cortados a fim de não explicitar a identidade da entrevistada e também para evitar repetições ou informações consideradas irrelevantes para a pesquisa. Esses trechos estão marcados com o uso da seguinte representação: (...).

Pesquisadora: Estou fazendo mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, na UFPel. Venho estudando o papel dos arquitetos e urbanistas nas cidades pequenas. Então, gostaria de saber mais sobre as tuas experiências profissionais em Cerrito e Pedro Osório. Para começar, podes me contar qual a tua origem, por quais territórios já transitaste, em quais cidades já moraste, onde estudaste ou trabalhaste?

Arquiteta e urbanista: Pedro Osório, (...) sempre morei no território de Pedro Osório. Antes da emancipação Cerrito

era um bairro de Pedro Osório (...).

Pesquisadora: Existe alguma rixa entre as cidades?

Arquiteta e urbanista: É, existe uma certa competição. Como bairro já tinha, ao menos eu considerava (...). As pessoas de Cerrito eram mais bairristas. O que acontecia, por exemplo, se tinha um evento em Pedro Osório, poucas pessoas de Cerrito iam. Mas se tinha um evento em Cerrito, Pedro Osório vinha em peso. Os bailes daqui eram maravilhosos, bem melhor do que os de lá (...).

Pesquisadora: E Cerrito sempre foi menor?

Arquiteta e urbanista: Na verdade, em termos geográficos, não tanto (...). A população é a mesma coisa, elas têm em torno de 8 mil habitantes. O que acontece: Cerrito desenvolve muita atividade no interior, e por isso tem a maior parte da população rural, diferente de Pedro Osório. Eu estou falando de Pedro Osório sempre junto, não tem como não falar devido a minha experiência na prefeitura de lá é claro.

Pesquisadora: Por favor, me conte das duas.

Arquiteta e urbanista: Então, Pedro Osório possui 10% da população rural. Cerrito é muito mais, é quase 50% em

relação a urbana. Eles (Cerrito) têm pequenos produtores, têm um interior muito forte, têm várias cooperativas, eles têm algumas produções como o leite, que é destaque. O nosso município (Pedro Osório) é diferente, possui latifúndios, então são pouquíssimos proprietários de grandes áreas. Então, Cerrito tem a zona urbana menor em relação ao número de habitantes, mas a zona rural é muito forte, o que é uma característica muito diferente da nossa (Pedro Osório) (...).

Pesquisadora: As cidades, as áreas urbanas, apresentam uma forte relação entre elas?

Arquiteta e urbanista: (...). O que aconteceu... quando era um município único, o hospital se localizou lá no centro de Pedro Osório. Até houve numa época uma clínica aqui, um pequeno hospital, mas não teve condições de se manter e fechou. Então, toda população daqui continuou indo a Pedro Osório. Aí os prefeitos, em comum acordo, resolveram que Cerrito também deveria colaborar com recurso. Claro era um valor bem inferior, vamos colocar um valor assim estimado: Pedro Osório participa com 50 e Cerrito com 10 (...). Tem outros órgãos que acabaram ficando só um. O sindicato dos talhadores rurais ficou localizado lá, a inspetoria veterinária é aqui, bancos a

gente tem nos dois, escolas são independentes, mas aqui não tem particular.

Pesquisadora: Quando não tem os serviços nem em Pedro Osório, nem em Cerrito, qual a primeira cidade a que vocês recorrem?

Arquiteta e urbanista: Pelotas (...). Em questão de saúde agora existe uma centralização, o estado dividiu cada município digamos que com um potencial para conseguir distribuir melhor, se não ficava muito Pelotas e Rio Grande. Então cada município tem o seu polo. Por exemplo, me parece que serviço de oftalmologista é em Jaguarão (...). Outras especialidades são em Piratini (...). Pedro Osório ficou com a saúde mental (...). Mas nós não temos um hospital especializado. Nós não podemos fazer cirurgia, fazer parto. Recebemos só um idoso que está convalescendo, quem precisa de uma manutenção na mediação (...).

Pesquisadora: Então não tem mais pessoas naturais, nascidas aqui nas cidades?

Arquiteta e urbanista: Não, a não ser aqueles que não deu tempo, que nascem antes (...).

Pesquisadora: Em relação ao ensino superior, a qual cidades vocês recorrem? Tu estudaste arquitetura em

Pelotas?

Arquiteta e urbanista: Sim. Mas acredito que agora com o Enem tem quem vá mais longe (...). Mas o mais normal é em Pelotas.

Pesquisadora: Mesmo durante a faculdade tu residias em Pedro Osório? Tu sempre foste e voltaste?

Arquiteta e urbanista: Sim, todos os dias (...). E eu trabalhava, então o prefeito concordou que eu fizesse um remanejo de horários. Tu sabes que lá na arquitetura é uma loucura de horários. Às vezes de manhã, às vezes de tarde, às vezes manhã, tarde e noite (...).

Pesquisadora: Em quanto tempo tu conseguiste fazer a faculdade?

Arquiteta e urbanista: Até que eu consegui dar conta, eu me formei em 6 anos, porque a gente teve uma greve muito grande (...).

Pesquisadora: Teve alguma outra formação?

Arquiteta e urbanista: Sim. Eu fiz edificações. Era mais fácil o deslocamento porque o curso era só noturno (...). Eu também fiz quase todo curso de artes. Só faltaram os estágios (...). Mas eu sempre trabalhei na área, eu nunca me afastei da área da arquitetura, desde a época de

edificações (...).

Pesquisadora: Tu sempre trabalhaste em prefeitura?

Arquiteta e urbanista: Sim, sempre fui funcionária pública.

Pesquisadora: Com concurso ou contratos temporários?

Arquiteta e urbanista: Na época em que eu entrei na prefeitura não precisava fazer concurso. Eu era celetista, era com carteira assinada. Com a constituição de 88, entrou a questão do concurso e eu estava ali como técnica em edificações; eu poderia ficar ali ou aquela vaga entraria em extinção se eu saísse, então eu continuei. Aí, depois, quando eu me formei (...), eu me demiti da prefeitura para poder voltar como arquiteta. Aí eu entrei como cargo de confiança, porque não tinha vaga. Até teve depois um concurso, mas eu não quis fazer porque era melhor para mim ficar como “CC”. Era financeiramente melhor (...).

Pesquisadora: Então, além de nem sempre haver um cargo no quadro técnico para o arquiteto, quando tem o salário é muito abaixo do piso?

Arquiteta e urbanista: É, já aqui no Cerrito é um diferencial (...).

Pesquisadora: Corresponde com o piso indicado pelo CAU?

Arquiteta e urbanista: Não, ainda não (...).

Pesquisadora: Tu chegaste a ter escritório também?

Arquiteta e urbanista: Isso, até hoje eu tenho na minha casa um escritório. Digamos que eu já tinha alguns clientes. Minha casa está localizada no centro. Em seguida que eu entrei como arquiteta na prefeitura, eu abri meu escritório também (...). Acho que atualmente eu estou com uns 8 clientes entre Cerrito e Pedro Osório.

Pesquisadora: São obras mais residenciais?

Arquiteta e urbanista: Algumas comerciais também (...). Mas mais residências.

Pesquisadora: Quanto ao Plano Diretor nem Cerrito e nem Pedro Osório tem?

Arquiteta e urbanista: Não (...). É pelo código de obras, pela lei acho que de Planejamento Urbano, que delimita as áreas (...).

Pesquisadora: Tem online? Eu poderia ter acesso?

Arquiteta e urbanista: Não, a de Pedro Osório eu tenho porque eu trabalhei lá muitos anos.

Pesquisadora: E a daqui?

Arquiteta e urbanista: Eles têm a

física, mas não sei se ela é nova. Acho que eles ainda não fizeram a nova lei (...). A nossa lei (Pedro Osório) é do ano passado, foi quando eu consegui concluir (...). Quando eu saí, tínhamos encaminhado para a câmara (...). Não soube de mais nenhuma notícia da continuidade, porque mudou toda a legislatura, poucos vereadores continuaram (...).

Pesquisadora: É possível fazer um trabalho de fiscalização trabalhando como arquiteta nas prefeituras?

Arquiteta e urbanista: Eu entendo que isso é nossa obrigação (...).

Pesquisadora: E vocês conseguem dar conta dessa fiscalização?

Arquiteta e urbanista: Só tinha um técnico responsável em Pedro Osório e ele dava conta de avaliar apenas os projetos que entravam (...).

Pesquisadora: E o cadastro é só para cobrança do IPTU?

Arquiteta e urbanista: Isso mesmo, vai lá o fiscal e mede (...). Mas tudo para efeito de IPTU, nada para o planejamento.

Pesquisadora: Isso é registrado em mapa físico ou digitalizado?

Arquiteta e urbanista: Físico, tudo físico (...).

Pesquisadora: E aqui em Cerrito tu já começaste a ter um contato com isso? É físico também?

Arquiteta e urbanista: Isso, aqui no Cerrito eles estão um pouquinho mais adiantados nisso. Eu já vi que eles têm alguma coisa digitalizada (...). Teve um arquiteto aqui que fez um serviço bom (...). Ele trabalhou mais de um ano aqui, veio da faculdade quentinho para fazer isso (...).

Pesquisadora: Se tu tivesses que comentar sobre um trabalho de arquitetura ou urbano, tanto no teu escritório quanto na prefeitura, qual te marcou mais?

Arquiteta e urbanista: Nesse tempo todo, acho que foi a praça de Pedro Osório.

Pesquisadora: Linda! É aquela praça que fica num canteiro central?

Arquiteta e urbanista: Isso, que tem uns pergolados. Esse foi um trabalho que além de eu ter conseguido projetar, eu consegui ver executarem tal e qual (...). O projeto inicial era um pouquinho mais rebuscado, mas a gente não conseguiu orçamento. Foi preciso fazer algumas modificações, mas ele não perdeu aquela essência (...). A maior gratificação é assim quando tu fazes um trabalho e tu sentes que as pessoas se sentem bem naquele local, se apropriam

com prazer e entendem que teve alguém pensando. Essa interpretação é que traz satisfação. Às vezes tu fazes uma casa simples, mas tu também consegues provocar isso na família, um sentimento da posse do bem. Imagina, quem tem uma casa tem tudo, né? (...). E a praça eu consegui atingir um número maior de pessoas com essa satisfação (...). Quando tu estiveste ali?

Pesquisadora: Há menos de um mês, mais ou menos.

Arquiteta e urbanista: Ah, eu lamento que tu não tenhas ido uns 6 meses antes. No ano passado a gente se dedicava muito para manter aquilo que a gente fez. Agora está desmerecido, tem coisa quebrada. As lâmpadas, eles trocaram os tipos das lâmpadas. Claro que de noite tu não chegou a ver, mas eram todas amarelas, tinha uma coisa de mistério no ar (...). E eles trocaram quase todas por brancas (...). Ah, nós tínhamos muita dedicação para manter a proposta, então hoje já não é mais a mesma (...). Tem quem destrua, mas ali também teve um temporal que destruiu algumas coisas e não foram repostas (...). A maior gratificação que eu tenho é quando eu passo ali no final de semana, principalmente no domingo, quando sai um solzinho gostoso e a praça está lotada, mais do que nos dias de semana. Eu tenho um prazer de ter feito

parte desse processo, que envolveu muitas pessoas. O que sabia menos era o prefeito, no final foi surpresa até para ele, mas ele confiava na gente (...).

Pesquisadora: E antes essa praça não era tão viva ou tão usada?

Arquiteta e urbanista: Não, tinha toda a questão dos bicões, tinha muito bicão na volta.

Pesquisadora: O que é bicão?

Arquiteta e urbanista: É o trailer, aquele que vende lanche (...). Mas as pessoas estavam ali enraizadas, eles tinham alicerces no lugar do estacionamento e ocupavam toda a calçada. Se tinha uma calçadinha de ladrilho eles colocavam um piso cerâmico. Tinha uma cobertura transparente de acrílico, com um plástico na volta. Isso em quase toda a praça, que ficava fechada e muito escura. E era uma areinha entre os caminhos delimitados, e as raízes das árvores subindo naqueles caminhos. Então uma criança pequena não podia utilizar aquele espaço. Ir de noite nem pensar porque era muito escura. E as pessoas que passavam na rua não viam o que acontecia na praça porque tinha muito bicão (...). Parecia uma terra sem dono, era de todos, mas só uns usavam (...).

Pesquisadora: Os bicões foram

destinados a algum lugar ou deixaram de existir?

Arquiteta e urbanista: A lei já previa que só podia bicão móvel. Eles podiam chegar ali, se instalar, se recolher e no outro dia podiam ir ali e fazer de novo (...). Mas não tinha fiscalização pra que fizessem cumprir as coisas. Foi uma briga na época (...). Mas foi uma mudança tão grande, que depois a população começou a apoiar (...). Um ou dois conseguiram se adaptar, agora vendem lanche ali na volta, pois se estabeleceram no comércio, em locais físicos (...). Melhorou muito, nós não tínhamos mais um restaurante, porque o que acontecia, como que um restaurante que paga aluguel, luz, o imposto todo ia concorrer com um que não pagava nada (...). A gente não tinha onde ir à noite. Ou pedia lanche em casa, ou ia nos bicões (...). A gente também teve que derrubar algumas árvores, tinham uns pinus que estavam em frangalhos (...). O pinus começa a ficar grande, os galhos pesam e caem, faz muita sujeira com aquelas pinhas, é uma árvore que fica grande e frágil (...). Os feirantes queriam um apoio para amarrar suas lonas e começaram a plantar eucaliptos, quando vimos tinha um mar de eucaliptos na praça (...). Era muito ruim o que tinha ali (...). Fomos muito criticados na hora de tombar aquelas árvores. Foi um horror (...). Eu

fiz um estudo para entender quais eram as espécies mais adequadas, um estudo para deixar entrar mais sol na praça. O nosso período é muito mais inverno do que verão. Claro que a sombra é maravilhosa. Também estudamos as cores da vegetação.

Pesquisadora: E vocês ainda tiveram a gentileza de deixar registrado todas as espécies com plaquinhas. Hoje a população reconhece?

Arquiteta e urbanista: Reconhece, quando a gente começou eu estava na fiscalização, passava muito tempo por ali. Um dia passou uma senhorinha e falou com a outra: “Eu não entendia o que eles estavam fazendo. Até fui contra. Mas hoje eu entendo.” (...).

Pesquisadora: Quanto tempo levou esse processo?

Arquiteta e urbanista: Dá para colocar que foi um ano de obra (...). Tivemos muita sorte, porque nessa função de licitação tu não tens como escolher, e a empresa que se habilitou deu muito certo (...). A mesma empresa também fez a obra da Avenida Presidente Vargas (...). Ali também tivemos algumas resistências, mas eram menos comerciantes atingidos (...). Não foi fácil tirar os estacionamentos eles diziam: “Quando eu vou a Pelotas eu estaciono meu carro na frente”. Eu respondia:

“Então o senhor deve ir bem longe do centro” (...).

Pesquisadora: Eu vi muito uso da bicicleta aqui, será que é uma escolha ou uma saída diante das dificuldades econômicas?

Arquiteta e urbanista: Acredito que por questões econômicas mesmo (...).

Arquiteta e urbanista: Na praça, o nosso maior problema com manutenção tu sabes que foram os cachorros?

Pesquisadora: Imagino. Tem muito cachorro de rua em Pedro Osório. Eu tenho muito medo de cachorro. Lembro bem que tem uma esquina cheia de caixa de papelão como casas dos cachorros.

Arquiteta e urbanista: Aquilo é um problema, não conseguimos convencer a proprietária da loja a não fazer aquilo ali (...). Tentamos um controle, nós castramos eles, colocamos um chipzinho. Mas aí as pessoas colocam mais na rua, dão comida, uma caixa de papelão (...).

Pesquisadora: Outra questão, o que me dizes quanto à segurança?

Arquiteta e urbanista: As pessoas já têm sentido esse problema aqui. Nosso batalhão é pequeno, tem poucos profissionais (...). Ainda as pessoas vão para rua, isso não está limitando, elas

ainda vão pra rua, à noite, no centro. A praça é muito ocupada, as pessoas ficam na volta, com cadeiras. Ocupam muito a praça assim, de dia e de noite. Nisso aí, a gente ainda está bem à vontade, mas eu vejo a questão dos assaltos nas residências (...).

Pesquisadora: De fato acontecem assaltos ou é mais um sentimento de insegurança?

Arquiteta e urbanista: Já acontecem. Tem períodos que é mais, depois dá uma acalmada. É incrível isso. Parece bem um ciclo (...). O cara do mercadinho, da padaria, da lotérica já foram assaltados. E isso já está acontecendo aqui na nossa cidade, Pedro Osório, e até Cerrito já teve assaltos.

(...)

Foi feito um trabalho junto com psicólogo, assistente social. O nome da campanha era “a rua que eu moro é a rua que eu cuido”. Promovemos o plantio de árvores, de flores, a prefeitura forneceu as mudas, eles escolheram as mais indicadas, que florescessem em tal período. Aí plantaram em toda a rua, dimensionaram as distâncias, tudo bonitinho para tentar criar um ambiente diferente naquela rua.

Pesquisadora: Que legal!

Arquiteta e urbanista: Eu acho que as

mudas já estão com um metro e pouco. É um processo devagar, todo processo que acontece na comunidade é devagar. É preciso ter aquela ideia, implementar. Depois aquilo meio que dá uma murçada, tu tens que voltar, repor as mudas que forem arrancadas, até que dê certo (...) todo processo é lento, lento eu falo 6 anos, que se for pensar é pouco tempo. Mas todo processo requer uma repetição, um não desistir da proposta. A grande lição é tenta uma vez, se não dá certo, daqui um ano tentar de novo. Uma hora vai dar certo (...).

Pesquisadora: Tem alguma experiência contrária dessas que tu me relataste, que tu tenhas te frustrado? Que não tenha correspondido tuas expectativas.

Arquiteta e urbanista: Olha eu tenho mais experiências boas do que ruins. Nos projetos de arquitetura teve alguns (...). Por exemplo, de tu projetares uma fachada de uns 20 metros por 50, um prédio muito grande, um comércio, e as vezes por questões financeiras o cliente abre mão de tudo e faz um galpão. E tu tinhas outra proposta, pensada desde o revestimento daquele prédio, das cores, dos recuos, para tentar integrar aquele prédio no conjunto (...). E o foco dele era só ter aquele prédio coberto para abrir a porta e colocar seu comércio (...). E é

um prédio muito significativo naquele contexto. Aqui todas edificações, as casas, são pequenas, com fachadas de 10 metros no máximo. Um prédio, com 20 metros de frente, ia causar. Na arquitetura, as coisas acontecem muito por referência. Existe uma coisa no município, tanto Pedro Osório, quanto Cerrito, que me entristece muito. É ver a cerâmica nas fachadas. Aquilo virou febre. Eles pegam essa cerâmica e recobrem a fachada. Parecem túmulos (...). O problema é que alguém fez, não sei, acho que outro gostou e fez também (...). Já se tu fazes uma coisa incrível, essa ideia de melhorar também é contagiosa. Tu melhora tua casa, aí teu vizinho já melhora, teu bairro já melhora, e a cidade melhora. No fundo, são ideias que constroem e contribuem para estética, para o embelezamento, para essa coisa do urbano. Mas também têm umas que acontecem que, no meu entendimento, podem destruir muito. Porque, se a casa estivesse no reboco, isso aconteceria com a cor (...). Agora, se tu pensas na cerâmica, aquilo vai ficar por muitos anos, 30 anos sem mexer naquela fachada (...).

Pesquisadora: O que tu consideras como um aprendizado, a partir dessa tua experiência de trabalhar em cidades pequenas como Cerrito e Pedro Osório?

Arquiteta e urbanista: A humildade,

apesar de termos uma formação acadêmica, de sempre estar pensando em projetar alguma coisa para o melhor. Tem que ter humildade de receber a opinião das outras pessoas. A sensibilidade de perceber que nem tudo que a gente pensa é apropriado para aquele momento pelo menos. Às vezes, tu tens uma ideia e gostarias de fazer, mas não é adequado para aquela comunidade. As pessoas não querem, às vezes. Nem sempre o conhecimento acadêmico é uma necessidade para aquela comunidade, naquele momento. Então essa coisa da humildade, de conseguir sempre avaliar, fazer um estudo, fazer uma pesquisa de campo, mesmo que superficial, tu podes sondar se aquela interferência é apropriada naquele momento. Porque já aconteceu fatos assim de tu tentares fazer o melhor e executar e criar um desgosto (...).

Pesquisadora: Tu tens algum exemplo que aconteceu contigo para relatar?

Arquiteta e urbanista: A situação da rede de esgoto, que tem problema de valas abertas (...). Nós não temos uma estação de tratamento, não temos esgoto encanado para um tratamento público. São usados fossa e sumidouros, mas existem situações que as famílias estão colocando aquele esgoto para frente, com vala aberta, então tu queres eliminar aquilo. É o

melhor para o município, é uma ação pública que tem que ser tomada, mas em alguns locais a manifestação das pessoas foi tão contrária. Elas não admitiam receber aquela descarga, que é da família, que é sua, de ter que abrir um outro poço, de dar conta daquilo porque em tese tu terias que assumir. Mas eles diziam: “não, porque meu pátio tem horta, eu não vou obstruir todo o meu pátio, eu não tenho onde botar esse esgoto”. Tem locais que não conseguimos ter um consenso, a gente teve que recuar e esperar um outro momento para intervir naquela comunidade porque senão as pessoas não aceitam (...). Claro, isso era uma questão de saúde pública. Elas queriam que nós tubulássemos as valetas e conduzíssemos aquele esgoto para outro local. Mas e se tu não tens aonde colocar? Eu não tinha onde colocar o esgoto (...). Ninguém quer o esgoto na sua área, não vai ter onde plantar, onde criar os animais, e é uma obrigação do município, a gente tem essa consciência (...). Tu não podes ter uma ação drástica quando tu tratas com comunidades, tem que ser tudo num consenso (...). Se tu não tens o poder de convencimento naquele momento, eu acho que tu debes recuar e volta depois com outros argumentos ou com outras alternativas (...). Em termos de comunidade, de tu lidares diretamente com o modo de vida

das pessoas, eu entendo que nem sempre o que está no nosso papel conseguimos efetuar naquele momento (...). As pessoas nos ensinam muito, as vivências, as experiências, às vezes a gente tem que recuar de uma proposta um projeto. Num órgão público, o projeto é diferente de um particular (...), onde existe mais aquela troca (...). Eu sempre penso que quem tem que sair satisfeito é o meu cliente. Projetar para a comunidade é pensar isso no macro (...).

Pesquisadora: Tu acreditas que precisamos combater as reproduções das cidades grandes, as cópias que acontecem nas cidades pequenas? (...).

Arquiteta e urbanista: Nas cidades pequenas quase todas as ruas são locais (...). Tu não podes vir aqui e propor um desenho de uma perimetral (...).

Apêndice E | Entrevista arquiteto e urbanista de Morro Redondo

Entrevista realizada em Pelotas, dia 29 de novembro de 2017. Alguns trechos foram cortados a fim de não explicitar a identidade do entrevistado e também para evitar repetições ou informações consideradas irrelevantes para a pesquisa. Esses trechos estão marcados com o uso da seguinte representação: (...).

Pesquisadora: Estou fazendo mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, na UFPel. Venho estudando o papel dos arquitetos e urbanistas, nas cidades pequenas. Morro Redondo é uma das minhas cidades de estudo. Então, gostaria de saber mais sobre o teu envolvimento com as questões referentes a arquitetura e urbanismo. Acredito que tua experiência possa contribuir muito com os meus questionamentos sobre o papel dos profissionais, arquitetos e urbanistas, nessas cidades.

Arquiteto e urbanista: Eu achei isso

muito legal, pensar o papel do arquiteto nas cidades pequenas. Porque o que aconteceu comigo foi o seguinte: eu me formei e havia um projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas, junto à Prefeitura de Morro Redondo, com o condicionante que a Prefeitura deveria ter uma equipe local, que seria formado por um arquiteto e alguns estagiários. O prefeito concordou, o pessoal da federal fez uma prova seletiva e então eu ingressei como arquiteto da prefeitura e fiquei lá durante muitos anos trabalhando.

Pesquisadora: Quando iniciou esse processo?

Arquiteto e urbanista: No início da década de 90 (...). É muito interessante porque eu pude vivenciar esse processo como equipe local, diante das dificuldades do município. Tem algumas coisas que eu acho que são importantes e, quando tu falaste do papel do arquiteto nos municípios pequenos, eu me lembrei que depois de muitos anos eu saí do Morro Redondo e não ficou nenhum arquiteto lá porque o cargo não existia, era contratado, recontratado, entrava como cargo de confiança ou contrato temporário. Enfim, como cargo tem o dentista, o médico, o contador, mas o cargo de arquiteto não foi criado, apesar de indicarmos para eles muitas vezes: “Olha, por que vocês não fazem

concurso”. A prefeitura não teve interesse. Então hoje a prefeitura de Morro Redondo tem dois engenheiros civis trabalhando lá e não tem nenhum arquiteto (...). Quando os municípios são pequenos eles têm essa dificuldade do corpo técnico, mas essas profissões, nem, sei se posso dizer, mais tradicionais, como dentista, médico, contador, existem. Teve uma época que Morro Redondo não tinha um agrônomo na Prefeitura, mas tinha no centro da EMATER. Entendo que é uma dificuldade dos municípios. Esses municípios pequenos normalmente tem um recurso super-reduzido, talvez como os grandes, só que a fonte maior de recursos deles é o fundo de participação dos municípios, que é um bolo dividido por todos, proporcional ao número de habitantes, e isso vem diminuindo cada vez mais. Então, é uma dificuldade recorrente e uma dificuldade futura. Eu penso que alguma coisa nós tínhamos que fazer, não sei se através do conselho, ou de alguma política.

(...)

Morro Redondo é uma exceção, vou te falar um pouco do Plano Diretor. Morro Redondo foi uma exceção porque teve um planejamento, teve a participação da universidade, enfim conseguiu montar seu Plano Diretor que de início, agora eu não sei como que está, foi um bom

plano. Contemplava muitas coisas interessantes como um tamanho de lote grande (...). A falta do profissional, do arquiteto e urbanista, nos municípios pequenos tem como consequência algumas legislações não adequadas (...). A realidade do município pequeno é bem diferente. Eu vou te falar um pouco da minha vivência lá. A pessoa conversa com o prefeito, o prefeito se envolve no dia a dia dos funcionários. É uma coisa muito caseira, que eu acho que é uma coisa boa. O que eu não acho bom, que é uma relação um pouco mais difícil, é o aspecto de fiscalização. Na minha experiência em Morro Redondo eu vivenciei isso. Uma dificuldade de fiscalização do poder público pelo fato de ser muito pequeno, do cara não ter uma postura de político, de prefeito, enfim, de poder notificar. O que aconteceu com os loteamentos irregulares? Os prefeitos do Morro Redondo ao longo do tempo foram recebendo correspondências ou notificações do Ministério Público sobre os loteamentos irregulares. Aí sim eles sabiam que, envolvendo o Ministério Público, eles tinham que fiscalizar. Então, quando saía um loteamento irregular, eles tomavam essa postura com medo do Ministério Público. Agora algumas edificações, algum outro tipo de fiscalização que seria necessária, eles recuavam por esse fato de ter um

contato muito direto com a população e ter uma decisão mais política do que técnica (...).

Pesquisadora: Em relação a autonomia da profissão, tiveste muita dificuldade na realização do teu trabalho, por não ter um cargo como concursado?

Arquiteto e urbanista: Eu vejo que essa relação técnica e política é histórica. Essa briga, essa batalha, das decisões técnicas e das decisões políticas (...). Eu acho que essa autonomia, essa briga, essa batalha, entre as decisões técnicas e as decisões políticas são recorrentes em municípios grandes e em municípios pequenos. Acho que é uma batalha que sempre vai existir. No planeamento urbano, eu também vejo isso como algo que faz parte do processo. O planeamento urbano é técnico e é político (...). Como arquitetos, temos que saber costurar isso, temos que chamar a população, temos que saber ouvir a população. Devemos chamar eles para esse processo porque, no momento em que conseguirmos a participação – no plano diretor é obrigatório, mas em outras coisas – o momento em que conseguirmos o respaldo da população, nós vamos ter uma decisão mais forte e, conseqüentemente, essa decisão pode superar a decisão política (...). Também

não acho que o arquiteto tenha que tomar uma decisão, subir num pedestal e achar que a decisão dele está certa. Em muitos casos nós erramos, então não penso que a decisão seja ou deva ser sempre puramente técnica e nossa. Eu acho que é importante o processo político (...). O arquiteto da prefeitura pequena, ele desenha, ele faz tudo. Ele toma decisões de arquitetura, da reforma da escola. Ele toma decisões de desenho urbano e toma decisões de planeamento urbano. E eu acho que, nas decisões de planeamento, o aspecto político faz parte do processo (...). Sobre autonomia, eu acho que – não sei se eu estou certo, mas isso é comum tanto em municípios pequenos como em municípios grandes – vemos algumas decisões agora. Podemos exemplificar. São Paulo, o maior município do Brasil, a capital São Paulo, que tinha evoluído em muitos aspectos de aparato publicitário, com decisões e sustentações técnicas regularizadas, mas que agora foram sobrepostas quando mudou o gestor (...). Teve um período que eu não estive trabalhando em Morro Redondo, um gestor não contratou o meu trabalho, isso é uma prova de que o cargo nunca esteve consolidado (...). Eu dependia de um gestor que contratasse o meu serviço.

Pesquisadora: Durante todos esses anos tu sempre residiste em Pelotas?

Arquiteto e urbanista: Sim.

Pesquisadora: Como era o teu modo de deslocamento até Morro Redondo?

Arquiteto e urbanista: A maior parte do tempo, talvez dois terços do tempo que eu trabalhei lá, o meu deslocamento foi de ônibus. Tinha uma dificuldade muito grande porque não eram bons os horários. Eu costumava comparar com quem trabalhava em Canguçu, que era quase o dobro do caminho, mas eles tinham ônibus pela faixa, pela 392, em horários bons (...). Durante muitos anos, desde o início, eu fui pela estrada de chão, por dentro, pelo Santo Amor, passava pelo Capão do Leão e ia sacudindo daqui até lá, eu até dormia no ônibus. Teve uma época que eu comecei a cansar dessa viagem porque era uma poeira o tempo inteiro, uma estrada pelo interior, então eu ia por cima. Descia lá na 392 e ficava pedindo carona para chegar até o Morro Redondo, para aqueles sete quilômetros que tem da RS. Também voltei muito de carona. Chegava essa época de horário de verão eu pedia carona. Tinha muito vendedor, e eu já começava a ficar conhecido. Então, eu me desloquei durante muito tempo através de ônibus. Depois eu tive dois ou três colegas da elétrica que também começaram a trabalhar lá. Pelo fato de o município ter uma área rural bem

grande, a prefeitura tinha muita preocupação com a expansão da rede elétrica (...). Começamos a revezar e ir um pouco com cada carro. Eu ia dois dias, trabalhava dois dias inteiros. Teve uma época que era nas segundas e nas quintas, mas normalmente era nas terças e nas quintas. Meu contrato era de vinte horas. No início desse processo, eu trabalhava mais uma manhã na federal, que fazia parte do projeto de extensão, e dois dias inteiros lá, pela facilidade da cidade ser perto e dar para eu ir e voltar. Mas eu tive muita dificuldade de deslocamento. Lembro de um colega que trabalhou em São José do Norte também, que comentou isso, que tinha essa dificuldade de deslocamento. Depois de alguns anos, até comecei a ir de carro, mas foi bem pouco. Antes eu ia até a rodoviária de carro, deixava o carro e pegava o ônibus.

Pesquisadora: Por questões de custo?

Arquiteto e urbanista: Sim, por questões de custo.

(...)

Pesquisadora: Os cadastros realizados na prefeitura de Morro Redondo eram feitos de modo manual ou digital?

Arquiteto e urbanista: Na época era manual, agora não tenho certeza. Faz uns anos que eu saí da prefeitura e não

tinha nada de geoprocessamento. Era feito a partir de imagens e de levantamento a campo, porque o perímetro de Morro Redondo é pequeno. Ele é espichado, mas fisicamente ele é pequeno (...). Teve uma época que foi contratada uma empresa que fez um levantamento em toda área urbana – estou conversando e me lembrando – dos lotes para fins de cadastros de IPTU e entregou isso tudo em dwg.

(...)

Arquiteto e urbanista: Quando eu me inseri nesse processo – agora vou falar um pouco daquilo sobre o papel do profissional – foi um pouco difícil no início. Hoje tenho muito amigos lá. Mas o que que acontece, é uma pessoa de Pelotas inserida no processo de Morro Redondo. Não é um morador de Morro Redondo. Isso existe. Me lembro de alguns vereadores comentarem “Bah, mas o fulano não é daqui”. Então eu levei um tempo para ganhar eles. Depois passaram alguns anos e aí eles se tornaram meus amigos. Mas quando eu cheguei, tinha um certo receio de uma pessoa inserida num processo que já estava caminhando e tentando mostrar coisas novas, coisas diferentes (...). Acredito que, como todos municípios, nós tivemos certa dificuldade com o processo de

participação no planejamento. Nas reuniões, audiências, a participação era pequena, mas sempre procuramos isso. E isso foi uma coisa que ajudou com o tempo a nos tornarmos conhecidos. Teve um projeto de uma praça que a gente fez isso, e isso é papel do arquiteto do município pequeno. Uma das coisas que eu tenho muito orgulho: como arquiteto, eu fiz um licenciamento ambiental de uma central de triagem e compostagem de lixo na FEPAM. Chamamos um geólogo para fazer o laudo de permeabilidade do solo, mas o processo todo eu que geri. Agora tem um setor de meio ambiente. Na época, não tinha.

(...)

Então, o arquiteto do município pequeno faz isso. Ele lida com o meio ambiente, ele aprova projeto, ele faz projeto de escola, ele faz projeto de posto de saúde, monta processo licitatório. Ele tem que ser assim: geral.

(...)

Pesquisadora: Quanto tempo levou o processo de aprovação do Plano Diretor?

Arquiteto e urbanista: Isso foi uma estratégia montada lá com o pessoal da federal, da FAUrb. A gente não montou todas as leis e encaminhou para a câmara. Isso foi uma conversa com os

vereadores, porque aquilo seria um tijolo. Não tão grande, mas a gente foi aprovando por partes. Aprovamos primeiro o perímetro urbano, depois parcelamento do solo, depois o tamanho do lote, depois a altura das edificações. Estou exemplificando (...). Me lembro de uma situação de um órgão estadual ou federal que pediu o Plano Diretor, e eu enviei a cópia de uma lei em 1991, uma em 1992, outra em 1993. Enfim não eram todas assim na sequência. E disseram lá que isso não era o Plano Diretor (...). O Plano Diretor não foi uma coisa única, mas eu acho que isso foi uma coisa boa, pois ajudava a explicar para os vereadores e eles irem entendendo esse processo também (...). O processo foi bem interessante. O plano ficou muito bom. Ainda quando eu estava lá, eu perdi o plano passou de dois para três pavimentos. Mas comparando com outros municípios, até com Pelotas, que tem seu plano alterado sem nenhum respaldo técnico arquiteto e urbanista ou outro profissional, eu acho até que foi bem interessante o processo, e o Plano Diretor também foi (...).

Pesquisadora: Qual foi a tua experiência profissional mais marcante em Morro Redondo?

Arquiteto e urbanista: O mais importante, o mais marcante e,

consequentemente, o mais legal para mim, foi o processo do Plano Diretor. Foi bem importante para a cidade, apesar de no momento não ter um arquiteto lá trabalhando no planejamento. Eu esqueci de comentar antes contigo que eu fui me afastado do planejamento pelas necessidades peculiares do município. Eu comecei numa estrada e aí, lá pelo caminho, eu desviei isso porque algumas coisas pontuais foram me sobrecarregando, mas acho que era muito importante eu não me abster disso. Em determinado momento, eu vi que eu estava fazendo pouco planejamento e estava fazendo reforma de creche, projeto para o posto de saúde, licenciamento ambiental (...). Mas isso era necessário para ganhar espaço no município. Acabou que, em determinado momento, eu passei a centralizar muitas coisas.

(...)

O tamanho do lote, a nossa ideia inicial era 20 x 40, não conseguimos. Aprovamos 12 x 40. Mesmo assim, tinha um tamanho bem generoso com a peculiaridade de lá, que o pessoal tinha muita coisa no pátio, muita horta. Isso é uma coisa que a gente conseguiu. O processo do Plano foi bem válido, e acho que isso ficou. O gabarito das ruas foi muito importante. De início, foi uma dificuldade porque o pessoal não

entendia. Tínhamos uma calçada de 4 metros de largura, e o pessoal achava que era muito grande, comparavam com Pelotas. O referencial deles é Pelotas, que é uma cidade histórica e não tem espaço para arborização. Então, ficou um legado bem interessante que foi esse processo (...). Mais recentemente, alguns loteamentos foram aprovados lá com base nessa legislação, com gabarito viário, tamanho de lote, altura máxima.

(...)

Teve também o processo do projeto de uma praça, que eu e mais dois estagiários elaboramos a proposta. Expusemos na praça mesmo. O povo foi lá, votou e depois ela aconteceu.

(...)

Pesquisadora: Teve alguma experiência que não atendeu tuas expectativas? Uma experiência que não foi tão boa.

Arquiteto e urbanista: Sim, tem trabalhos que não correspondem a expectativa. Te dou o exemplo da inserção de algumas habitações de interesse social, com uma densidade maior do eu imaginaria, que poderia ter ficado melhor (...).

Pesquisadora: Te referes às habitações quilombolas?

Arquiteto e urbanista: Não, essas aconteceram quando eu já estava saindo (...). Essas estão no “morro de cima”. Eu imaginava que o tamanho do lote era importante, e essas, como eram habitações sociais, o tamanho do lote foi menor para atender um número maior de famílias em função do que se tinha de área para projetar (...). São casas térreas em fita, e eu considero que a fita não é uma boa solução para lá, por todas essas características do município de ter um espaço maior no pátio. Enfim, o acesso ao pátio também se perdeu porque ficou uma fita.

(...)

Outra coisa que eu pensei agora é que tudo é aprendido. Teve uma vez que um gestor me procurou para fazer um projeto de uma escola e me disse que estava com o orçamento apertado. Eu acreditei e propus uma coisa simples. Eu poderia ter feito um projeto melhor. Depois, o tempo foi passando e eu percebi que recursos para outras coisas eles tinham. Precisamos sempre propor o melhor (...). Eu poderia ter especificado esquadrias melhores, materiais melhores, uma cobertura melhor. Talvez meu pecado tenha sido acreditar que tinham poucos recursos. As coisas foram andando e eu vi que tinham recursos, mas queriam usar para mais coisas.

(...)

Pesquisadora: Tu chegaste a mudar teu título de eleitor para lá?

Arquiteto e urbanista: Não, nunca chegou a essa pressão política, mesmo quando eu era contratado como “cc”; era uma coisa a parte (...). Eu trabalhei nas 4 gestões de um mesmo prefeito. O intervalo necessário para ele poder se recandidatar foi o período que eu não trabalhei. Acho que ele entendia o meu trabalho, por isso me contratava (...).

Pesquisadora: O que tu consideras como maior aprendizado de ter trabalhado em uma cidade pequena?

Arquiteto e urbanista: É difícil. Talvez seja a tua pergunta mais difícil. O aprendizado é muito grande em todos os sentidos. Em termos de planejamento, de desenho urbano, de aprendizado sobre o meio ambiente. Em termo de coisas pontuais como posto de saúde, creche, sinalização viária, até de pavimentação a gente acompanha alguma coisa. Aprendi muita coisa (...). Se eu tivesse que te dizer uma única coisa, seria essa questão de aprendizado da relação técnico política e o processo de aprovação do plano com a participação da população. Talvez esse tenha sido um aprendizado significativo. Não sei se o melhor ou o maior (...). Também que nós arquitetos

temos o conhecimento técnico, mas não somos os donos da verdade do mundo (...).

Pesquisadora: Qual conselho tu darias para um arquiteto que fosse trabalhar numa cidade pequena?

Arquiteto e urbanista: Vários conselhos. Já comentamos várias coisas. O principal, eu acho que eu até consegui sem morar lá, é tentar se tornar uma parte daquela cidade, pra entender as necessidades daquela população, é preciso se inserir nesse processo, nesse turbilhão que é um município pequeno, que são diferentes. Morro Redondo é diferente de Arroio do Padre, que é diferente de Turuçu, porque tiveram histórias diferentes, um processo de emancipação diferente, são peculiaridades. Morro Redondo tinha a CONSULAT, que fechou, o pêssego é muito forte, agora é uma época que a cidade ferve. Diferente de Turuçu que começou com um curtume. E eu acho que o arquiteto tem que se inserir, e tem que entender que ele precisa da comunidade para fazer um bom planejamento, um bom projeto de praça, um bom desenho urbano, um bom projeto de creche, um bom projeto de escola (...). Mesmo que tu sejas daquele município, e tenha saído para estudar, quando tu retornares tu tens que saber que a tua cabeça é outra e tu

precisa se reinserir (...).

Pesquisadora: Tu acreditas que os desejos da cidade grande estão sendo capturados ou apropriados pelas cidades pequenas?

Arquiteto e urbanista: Sim, eles querem o shopping, eles querem o edifício em altura e querem o asfalto (...). Eles vêem isso como uma ascensão social, uma ascensão do município. Eu vejo claro isso no Morro redondo, acredito que nos outros municípios também.

Pesquisadora: Da mesma forma que os desejos da cidade pequena sendo capturados em Pelotas?

Arquiteto e urbanista: Sim, pelo desejo de qualidade de vida, com uma vida mais calma, de ter um lote maior, de ter uma horta, de ter uma tranquilidade maior, até em termos do deslocamento, da segurança (...).

Pesquisadora: Tu observas algum modo de resistência no espaço público da cidade pequena?

(...)

Arquiteto e urbanista: As ruas de Morro Redondo foram pavimentadas num curto espaço de tempo e as pessoas caminhavam pela faixa carroçável. Não havia um cuidado do poder público com os passeios, com as

calçadas (...). Tem uma coisa que talvez eu possa linkar. O município tinha características bem rurais, então quando começamos com o plano, logo que o município se emancipou, o alinhamento predial era com cercas de mourão, como numa propriedade rural. Aprovamos o gabarito das ruas, e havia uma relação difícil para fazer com que as pessoas cedessem. Por exemplo, a pessoa era dona de 10 hectares e, de repente, 140 metros passaram a fazer parte do perímetro urbano, mas a frente da casa dela era um alambrado (...). A gente tinha uma relação empírica, de conversar, de explicar que queríamos colocar uma calçada, mas era muito difícil (...).

Apêndice F | Entrevista arquiteto e urbanista de Pedro Osório

Entrevista realizada em Pelotas, dia 6 de dezembro de 2017. Alguns trechos foram cortados a fim de não explicitar a identidade da entrevistada e também para evitar repetições ou informações consideradas irrelevantes para a pesquisa. Esses trechos estão marcados com o uso da seguinte representação: (...).

Pesquisadora: Estou fazendo mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, na UFPel. Venho estudando o papel dos arquitetos e urbanistas nas cidades pequenas. Então, gostaria de saber mais sobre as tuas experiências profissionais em Pedro Osório. Para começar, podes me contar qual a tua origem, por quais territórios já transitaste, em quais cidades já moraste, onde estudaste ou trabalhaste?

Arquiteto e urbanista: Nasci em Pelotas, sempre morei aqui. Mais precisamente no bairro Simões Lopes,

mas eu já morei no centro. Eu só saí daqui para trabalhar na prefeitura de Pedro Osório (...). Ia e voltava de ônibus (...). Trabalhava lá três dias da semana (...).

Pesquisadora: Como foi a tua seleção e a forma de contratação?

Arquiteto e urbanista: A seleção era enviar teu currículo e fazer uma entrevista. Num primeiro momento eu não passei, depois me enviaram um e-mail me convocando. O contrato era como cargo de confiança (...). Eu fiquei um ano e meio lá. Saí antes por questões pessoais, mas se eu quisesse teria ficado mais, até o final do mandato (...). O piso salarial era bem abaixo do estabelecido pelo CAU (...). Mas eu não era contratado como arquiteto. Na folha de pagamento, eu era... não vou me lembrar o nome. Tinha alguma coisa a ver com planejamento urbano, mas não era arquiteto. Lembrei! Era diretor de departamento.

Pesquisadora: Nesse mesmo período em que tu trabalhaste lá tinham outros arquitetos atuando na prefeitura?

Arquiteto e urbanista: Tinha mais uma arquiteta que também era daqui (...), uma que só foi um dia e viu que não ia valer a pena devido ao deslocamento, ela não era de perto (...). Depois entrou mais uma para auxiliar na aprovação de

projetos (...). Tinha a secretária de planejamento que também era arquiteta (...), um arquiteto que já vinha de outros mandatos (...). Todos nós éramos cargo de confiança (...). Até quando eu estava lá eles queriam fazer um concurso para arquiteto, mas até quando eu estive lá não saiu do papel (...). Não sei agora, com a nova gestão.

Pesquisadora: Quanto à legislação, vocês seguem o código de obras, tem mais alguma?

Arquiteto e urbanista: Não sei, eu nunca vi essa legislação. Eu sempre fiz com os conhecimentos que eu tinha da faculdade (...). Tanto que tinha detalhes que eu precisava fazer, eu perguntava para a secretária de planejamento e ela dizia: “pesquisa na internet”.

(...).

Tinha a planta impressa da cidade. Alguém passou ela para o cad, mas tinha só as ruas e as quadras, não tinha os lotes (...). A gente jogava uma imagem de satélite ali e desenhava (...). O cadastro de imóveis tinha o lote e a edificação desenhados, em folhinhas separadas, mas sem nada de informações do contexto (...). Uma vez eu precisei consultar uma folha do cadastro, disse onde era mais ou menos e o responsável achou em 2 minutos (...). Morre ou sai de lá uma pessoa

dessas e nunca mais ninguém se acha (...).

Pesquisadora: Em quais projetos tu trabalhaste?

Arquiteto e urbanista: No projeto da Avenida Presidente Vargas (...). A ideia era seguir aquele alargamento das calçadas até a prefeitura, por isso teve uma mudança no sentido de acesso na rodoviária (...). Os donos das lojas da avenida não queriam a intervenção de jeito nenhum. Eles estavam preocupados com seus negócios e não com a qualidade da rua (...). No projeto da Praça Sete Alan (...), eu passei dias e dias pesquisando sobre a vegetação (...). O custo para remover cada árvore era elevadíssimo (...). Elas tinham uma medida de proteção. Para tirar uma, tínhamos que plantar várias em outro lugar da cidade (...). Mantivemos tudo que foi possível (...). Aconteceu muito de as pessoas roubarem as plantinhas que a gente colocava, eram todas mudinhas pequenas (...). O pessoal gostou do projeto, foi uma grande transformação porque era uma praça de chão batido, terra, totalmente diferente. Era tudo esquecido, os bancos quebrados, não tinha lixeira, não tinha iluminação, não tinha nada. A gente renovou ela (...). No projeto da festa da melancia, eu só revisei o projeto de PPCI que outro arquiteto fazia (...). No dia da festa da

melancia, todos os cargos de confiança tinham que trabalhar, mas eu não fui (...). Teve a Praça Ivo Peres (...), uma empresa tinha que destinar um dinheiro para obras nas cidades atingidas pelos seus serviços e então, com esse dinheiro, nós tentamos revitalizar uma praça (...). Não era um recurso muito grande, então encontramos uma praça pequena de um bairro que até então ficava esquecido porque era um bairro mais pobre e não ficava próximo ao centro da cidade (...). Revitalizamos essa praça com todas as questões de acessibilidade, equipamentos públicos (...).

Pesquisadora: Tu chegaste a emitir RRT?

Arquiteto e urbanista: Não, eu era cargo de confiança. Era tudo assinado por um arquiteto que era registrado como arquiteto e pela arquiteta que era chefe da secretaria de planejamento (...). O máximo que nós assinávamos era um e-mail (...). Éramos quase pessoas invisíveis (...).

Apêndice G | Entrevista arquiteta e urbanista de Cristal

Entrevista realizada em Cristal, dia 12 de dezembro de 2017. Alguns trechos foram cortados a fim de não explicitar a identidade da entrevistada e também para evitar repetições ou informações consideradas irrelevantes para a pesquisa. Esses trechos estão marcados com o uso da seguinte representação: (...).

Pesquisadora: Estou fazendo mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFPel. Venho estudando o papel dos arquitetos e urbanistas nas cidades pequenas. Então, gostaria de saber mais sobre as tuas experiências profissionais em Cristal. Para começar, me conta qual a tua origem, por quais territórios tu já transitaste, onde moraste, estudaste, trabalhaste?

Arquiteta e urbanista: Sou de Cristal, sempre morei em Cristal. Eu ia e voltava todo dia de Pelotas. Eu saía só à tardinha para a aula, que era de noite (...). Eu fazia estágio aqui em Cristal (...).

É perto Cristal de Pelotas, mas meus colegas não sabiam onde era Cristal, nunca tinham ouvido falar (...). Acho que a região de Pelotas se concentra mais para o sul (...).

Pesquisadora: É mais comum o pessoal daqui estudar em Pelotas ou em porto Alegre?

Arquiteta e urbanista: Pelotas, que tem transporte da associação de estudantes que vai todos os dias (...).

Pesquisadora: Quanto aos serviços de saúde especializada, quando têm que ir para o hospital, para qual cidade vocês recorrem?

Arquiteta e urbanista: Quando a situação é grave, para Pelotas (...), mas também para São Lourenço, que fica a 30 minutos, ou Camaquã, que fica a 20 minutos (...).

Pesquisadora: Me parece que as estradas daqui são ótimas, facilitam os acessos entre as cidades vizinhas. (...).

Arquiteta e urbanista: Para nós, a localização tão próxima com a BR é complicada. Ela fica no meio da cidade. Para nós, passar do lado de cá pra lá não é nada fácil (...). Com a ampliação, dizem que vão fazer um contorno e que não vamos mais precisar atravessar a faixa. Acho que a passagem vai ser por baixo (...).

Pesquisadora: Como tem sido tua atuação profissional aqui? (...).

Arquiteta e urbanista: Na cidade pequena eles não sabem o papel do arquiteto, eles só conhecem o engenheiro (...). Uns pensam que é só para complicar a vida deles. (...). Eles perguntam: “Arquiteto faz planta de casa?” (...). Durante a graduação, eu fiz estágio com um engenheiro (...).

Pesquisadora: Qual a experiência que te marcou mais?

Arquiteta e urbanista: (...). Acho que ainda quando eu era estagiária. Uma laje caiu e, na mesma obra, o carro não conseguia subir a rampa da garagem (...).

Pesquisadora: Mas um projeto desses é aprovado na prefeitura?

Arquiteta e urbanista: Aprova, porque o mesmo profissional que faz o projeto é o que aprova eles na prefeitura (...).

Pesquisadora: Com base em que legislação?

Arquiteta e urbanista: Aqui tem código de obras, que diz que não pode ter rampa na calçada, mas tem, que não pode ter janela na divisa, que também tem. Ninguém usa o código (...).

Pesquisadora: Tem algum trabalho que atendeu mais as tuas expectativas?

Arquiteta e urbanista: Sim, o projeto de uma coqueira que virou uma casa (...). Isso foi na área rural (...).

Pesquisadora: Tem algum trabalho que atendeu menos as tuas expectativas?

Arquiteta e urbanista: Acho que vários, na condição das cores (...). Eles pintam as casas de verde limão (...). Aham que porque é colono então tem que gostar de cor assim saturada (...). E também quando eu fazia estágio, que as casas eram todas iguais (...).

Pesquisadora: Isso de seguir sempre a mesma ordem era uma questão dos profissionais envolvidos ou tinha uma relação com os modos de vida da população?

Arquiteta e urbanista: (...). Eu acho que depois que tu mostrares para as pessoas que elas podem ter um projeto de acordo com a insolação por exemplo, elas vão passar a querer (...).

Pesquisadora: Se um colega nosso viesse trabalhar em Cristal, tu darias algum conselho a ele?

Arquiteta e urbanista: (...). Sim, eu ia dar um conselho. Diria que não é porque a cidade é pequena que não pode fazer coisa diferente (...). Até na comunicação do projeto. Ninguém mostra um 3d aqui, com a proposta do interior ou da fachada, a relação com a orientação

solar. E, só olhando a planta baixa, as pessoas não entendem como a casa vai ficar no terreno (...).

Uma vez eu tive problemas com a equipe da obra. Isso no primeiro dia (...). Aqui eles são bem machistas, eles pensam: “arquiteta e mulher”, aí eles nem escutam (...). Eu pedi uma alteração, já peguei o projeto com a obra acontecendo. Então, eles disseram assim: “Esses arquitetos não servem de nada e essas mulheres só querem complicar”. (...).

Pesquisadora: Teve alguma obra urbana que a comunidade tenha resistido?

Arquiteta e urbanista: Aqui não tem muita obra (...). Para calçar a rua é o morador que tem que pagar, por exemplo uma rua onde as pessoas já são mais velhas não vão calçar nunca, já onde tem gente mais nova, eles querem calçar. Então é feito por licitação, depois todos da rua pagam (...).

Pesquisadora: Percebes que existem desejos da cidade grande aqui?

Arquiteta e urbanista: Cristal é uma cidade de aposentado, aqui é meio pacato (...). O pessoal mais jovem até traz umas imagens de projetos para mostrar como querem (...). A maioria quer morar numa casa que tenha pátio.

Eu vou morar num apartamento, mas lá todo mundo tem cachorro, como que vai dizer que não é para ter, se todo mundo tem (...). Shopping não sei se gostariam, porque tem bastante loja de roupa. Mas são caras. Eu costumo comprar em Pelotas (...). O mercado aqui é muito caro também. Gostaríamos de mais opções. Geralmente vamos comprar em Camaquã, porque para o outro lado tem pedágio (...). Até Pelotas tem 2 pedágios. Sai mais barato ir para Porto Alegre, mas Pelotas é mais perto (...).

